

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Demografia

Henrique Frey

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE
SOROCABA E SUA REGIÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof^o Dr. Daniel Joseph Hogan e co-orientação do Prof^o Dr. Aurílio Sérgio Costa Caiado, como parte dos requisitos a obtenção do título de Mestre em Demografia.

Campinas
Março/2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

F897p Frey, Henrique
O processo de ocupação do espaço urbano na cidade de Sorocaba e sua região / Henrique Frey. -- Campinas, SP : [s. n.], 2010.

**Orientador: Daniel Joseph Hogan.
Co-orientador: Aurílio Sérgio Costa Caiado.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Migração. 2. Deslocamento pendular. 3. Espaço urbano. 4. Urbanização – Sorocaba (SP). I. Hogan, Daniel Joseph. II. Caiado, Aurílio Sérgio Costa. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de

Título em inglês: The process of occupation of urban space in the city of Sorocaba and its region

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Migration
Commuting
Urban space
Urbanization – Sorocaba (SP)**

Área de Concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora: Daniel Joseph Hogan, Rosana Baeninger, Humberto Prates da Fonseca Alves

Data da defesa: 05-03-2010

Programa de Pós-Graduação: Demografia

C
RJO 48

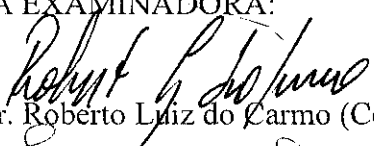
HENRIQUE FREY

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE SOROCABA E
SUA REGIÃO

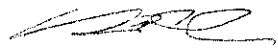
Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof^o Dr. Daniel Joseph Hogan e co-orientação do Prof^o Dr. Aurílio Sérgio Costa Caiado.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 05/03/2010.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo (Coordenador do Programa de Demografia)


Prof.ª Dra. Rosana Aparecida Baeninger


Prof. Dr. Humberto Prates da Fonseca Alves

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan (orientador)

Prof. Dr. Leonardo Freire de Mello. (suplente)

MARÇO/2010

89745070

Dedicatória

*Com muito carinho,
à Dona Mazé!*

Agradecimentos

A entrega deste exemplar representa uma pequena, mas importante parte desta breve caminhada acadêmica. Os diversos momentos e desafios ao longo desse período foram compartilhados com muitas pessoas que tornaram este processo mais leve e, senão tranquilo, com certeza, menos difícil.

Ficam aqui os meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Demografia e à CAPES pelo período concedido de bolsa de estudo.

Um obrigado aos professores que participaram deste momento de formação, entre eles Daniel Hogan, Maria Coleta, Rosana Baeninger, Tirza Aidar, Bete Bilac e Roberto do Carmo. Fica aqui o meu muito obrigado ao professor José Marcos, o Zé!, que esteve presente desde o começo até o final desta jornada.

Agradeço também ao Núcleo de Estudos de População pelo suporte material e técnico, ao pesquisador Alberto Jacob, à bibliotecária Adriana, à Vânia e, em especial à Raquel Jacob que foi sempre muito atenciosa e solícita.

Aos colegas da secretaria do IFCH, Maria Rita e Rodrigo, que muito me ajudaram, e ao pessoal do NESUR-IE, obrigado.

Ao professor Daniel, pela recepção, orientação e apoio nas decisões feitas durante todo o processo de construção desta dissertação, o meu sincero obrigado. A maneira como conduziu a orientação, o respeito e percepção dos limites e necessidades do orientando foram fundamentais para a realização da pesquisa. Ficam, por isso, além do agradecimento, meu carinho e admiração.

Ao professor Caiado, pelas longas conversas, pela disponibilidade e dedicação ímpar no trabalho de orientação, um obrigado especial. Desde a participação e os comentários na qualificação, o cuidado na leitura do texto e a indicação dos caminhos a seguir, enfim, por todo o apoio e atenção que tanto contribuíram para a finalização deste processo, obrigado!

À professora Rosana Baeninger, pela participação na construção do projeto, pelos comentários no processo de qualificação e por aceitar gentilmente fazer parte da banca examinadora, muito obrigado.

Ao professor Humberto Prates, que aceitou prontamente participar da banca examinadora, meus agradecimentos.

Aos professores Luiz Omir, Carla Cristina Garcia e Edimilson Bizeli, grandes incentivadores, que me acompanharam na graduação na PUC-SP, obrigado.

Um agradecimento ao Engº Furlani, da SEHAB e ao Engº Achilles, do NUPLAN, ambos ligados à prefeitura municipal de Sorocaba, pela atenção e apoio dispensados.

Quero destacar também a participação dos companheiros de curso, fundamentais no processo de formação e amadurecimento das ideias e, principalmente nos momentos de descontração geraldina: Cristiano, Iara, Sofia, Daniel, Mariana, Carol Bertho, Maria Teresa, César, Ricardo Dagnino, Tiagão, Carol Guidotti, Dió, Ricardo Dantas (meu amigo geógrafo!) e aos pais do Pedro, Mônica e Paulo! Valeu gente! Quero agradecer também aos camaradas que a demografia trouxe de presente e que deram um super apoio: Eduardo, Ojima, Jú, Kaká, Letícia, Rafael e a querida monitora, Roberta.

Fica aqui um agradecimento especial à Sabrina – cidadã tricolor de Guararapes! –, pela parceira, companheirismo e apoio incondicional nesse período; brigadão, Sá!

Aos amigos da grande Sorocaba, Brunão, Diegão, Fabrício, Gabriel, Hugo, Rafinha, Jeisson, Ricardo, Kinho e Ana Lúcia – os pais do Davi –, Matinho, Sí, Michel, Mí, Ví, Lú, Pri, Érica, Fer e Jé, Artur, Iudi, Binho, Brau, Ângela, Cida, seu Henrique e dona Celina, Marlene, dona Madalena e tantas pessoas queridas que sempre estiveram ao meu lado, muito obrigado por tudo!

Aos amigos das antigas e de qualquer momento... Deriva, Celsão, Romerão e Fran, meu simples, mas sincero obrigado pelo carinho, apoio e camaradagem única. Fica um abraço especial ao Vagnão pelas boas e longas conversas ao longo deste último ano, foi, sem dúvida, um ponto importante de apoio nos momentos de dificuldade.

À família que estou ganhando... dona Neiva, Jú e João, Carol e Claudinha, pela força e apoio nos instantes finais deste processo: muito obrigado por tudo, gente!

Agradeço ainda pela família maravilhosa que tenho. Aos meus tios e tias, primos e primas, pelos gestos cotidianos, simples aos olhos, mas que nos engrandecem dia após dia, fica a todos o meu obrigado. Especialmente à Liliam, minha irmãzinha querida, e ao Mô, que sempre estiveram ao meu lado com palavras de apoio e incentivo e muito carinho, além de terem sido bastante compreensivos durante todo esse tempo. Também agradeço à Kátia, minha prima querida, que deve estar ainda acompanhando e olhando por cada passo meu...

À dona Mazé – a quem, orgulhosamente, chamo de mãe –, pela plenitude de vida que me proporcionou até aqui, pelo carinho e cuidados sem medida – e horário! –, pelos puxões de orelha e, sobretudo, por acreditar neste seu “fã”, muito obrigado!

Esse agradecimento não seria completo se não falasse do incansável apoio e presença de uma pessoa muito especial. À Neiva Maria, minha namorada linda, muitíssimo obrigado por absolutamente tudo que fez ao longo deste difícil e delicado momento. Pela compreensão e rara sensibilidade, pela forma como participou e ajudou, pelo carinho e alegria que me proporciona. Tenho certeza que se não fosse você por perto, este trabalho teria outros rumos... Mais do que isso, a grata sensação de chegar ao final da caminhada e ter a certeza de que tenho alguém para dividir, não somente questões acadêmicas, mas a vida. Neivinha querida, o meu sincero agradecimento.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo entender o processo de ocupação do espaço na Aglomeração Urbana de Sorocaba-SP. Trata-se de uma importante aglomeração, com mais de um milhão de habitantes, localizada em uma área de grande dinamismo econômico, no entorno da Região Metropolitana de São Paulo. No atual cenário de transformações na rede urbana paulista destacam-se novos padrões de articulação regional que, no caso da mobilidade espacial da população, pode ser apreendida pelos movimentos migratórios de curtas distâncias e por meio dos deslocamentos entre casa e trabalho, os chamados movimentos pendulares. O estudo acompanha, portanto, a tendência dos estudos urbanos recentes e deve contribuir para a compreensão da dinâmica de uma das regiões que compõe a macro metrópole de São Paulo, que tem sido pouco estudada.

A estrutura e dinâmica da AU de Sorocaba serão observadas a partir do processo da redistribuição espacial da população com os dados do censo demográfico do ano 2000. O estudo considera, portanto, que a dinâmica demográfica orientada pelo fenômeno migratório participa decisivamente do processo de produção e reprodução social que consolida a estruturação do espaço urbano. Cabe destacar ainda que os desdobramentos do processo de desconcentração produtiva verificados para o estado de São Paulo e a conseqüente inflexão dos tipos e modalidades migratórias, com a emergência de novas modalidades de deslocamento espacial da população, constituem-se como pano de fundo da presente análise.

Abstract

This study aims to understand the process of occupation of space in the Urban Agglomeration of Sorocaba. This is a major conurbation, with over one million inhabitants, placed in an area of great economic dynamism surrounding Metropolitan Area of Sao Paulo. In the current scenario of the transformations of the Sao Paulo urban network stand out new patterns of regional division, in the case of spatial mobility of population, can be perceived by the migratory movements of short distances and through travel between home and work, the so called commuting. This study focuses, therefore, the trend of recent urban studies and it should contribute to understanding the dynamics of the one of the regions that makes up the macro metropolis of Sao Paulo, which has been less studied.

The structure and dynamics of the AU Sorocaba will be observed from process of spatial redistribution of population with data from the census of 2000. The study, therefore, considers that the population dynamics driven by the migration phenomenon decisively involved in the process of social production and reproduction that consolidates the structuring of urban space. It is worth pointing out that the ramifications of the devolution process production recorded for the state of Sao Paulo and the consequent reversal of migration types and migratory modalities, with the emergence of new forms of spatial displacement of the population, they constitute the background of this analysis.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E AGLOMERAÇÃO URBANA: DEFINIÇÕES E ASPECTOSMETODOLÓGICOS.....	5
1.1 Migração: definição, definições.....	6
1.1.1 Métodos de mensuração da migração.....	9
1.2 O censo demográfico na análise dos deslocamentos espaciais da população.....	12
1.2.1 Movimentos migratórios na AU de Sorocaba a partir do censo demográfico de 2000: quesitos selecionados.....	14
1.3 Migração e urbanização no Brasil.....	17
1.4 Estruturação urbana e processos socioespaciais	23
1.5 Considerações sobre o estudo das Aglomerações urbanas	28
1.5.1 A rede de cidades paulistas.....	29
CAPÍTULO 2: DINÂMICA POPULACIONAL E URBANA NA REGIÃO DE SOROCABA NO CONTEXTO DA CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO	34
2.1 Regionalização e desmembramentos administrativos: o uso de distintos recortes espaciais	36
2.2 Breve histórico de Sorocaba e sua região	39
2.3 A região de Sorocaba no contexto da concentração econômica e urbana em São Paulo	41
2.4 Diretrizes da desconcentração produtiva paulista	51
2.4.1 Principais aspectos da interiorização da indústria em São Paulo (1970-85)	53
2.4.1.1 O processo de desconcentração produtiva e a especificidade da região de Sorocaba.....	55
2.5 Migração em São Paulo nos anos 80 e o processo de interiorização econômica....	64
2.5.1 Componentes do crescimento demográfico e o papel da migração no estado de São Paulo.....	65
2.5.2 Dinâmica populacional na região de Sorocaba	70

CAPÍTULO 3:	
O PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA AU DE SOROCABA	80
3.1 Breve caracterização da AU de Sorocaba	82
3.2 Caracterização da ocupação do espaço na AU de Sorocaba	86
3.2.1 Aspectos gerais da migração inter-estadual para a AU de Sorocaba	91
3.2.2 Movimentos intra-estaduais	96
3.2.2.1 Movimentos migratórios inter-regionais para a AU de Sorocaba	100
3.2.2.2 Dinâmica intra-regional na AU de Sorocaba	111
3.3 Movimentos pendulares na AU de Sorocaba: dinâmica intra ou inter-regional?.	120
3.3.1 Aspectos gerais dos deslocamentos pendulares na AU de Sorocaba.....	121
3.3.1.1 Deslocamentos pendulares intra-AU.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
APÊNDICE	145
ANEXO 1	147
ANEXO 2	148

Índice de Tabelas

Tabela I.1 População total e taxa geométrica de crescimento (% a. a.), Brasil e Estado de São Paulo, 1980-2006	30
Tabela II.1 Taxas de urbanização e população total, estado de São Paulo, RA, Sub-regiões e municípios da Sub-região de Sorocaba, 1940-1960	48
Tabela II.2 Distribuição percentual do valor de produção da indústria de transformação segundo grupos e ramos selecionados, RA de Sorocaba, 1956-1980	55
Tabela II.3 Distribuição relativa da estrutura da indústria segundo número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor de transformação industrial, RA, RG e AU de Sorocaba, 1985	56
Tabela II.4 População total e taxas de crescimento populacional total e urbana (%a. a.), RA, RG e AU de Sorocaba, 1980 e 1991	58
Tabela II.5 População Total e Taxas de crescimento populacional Regiões Metropolitanas e Brasil, 1970-2000	62
Tabela II.6 Principais tendências migratórias intra-estaduais, Estado de São Paulo – regiões da PRAD – 1980/93	65
Tabela II.7 Distribuição percentual e absoluta da População RA de Sorocaba, RGs e AU de Sorocaba, 1970-2000	67
Tabela II.8 Número de municípios segundo faixas de tamanho, por Região de Governo – RA Sorocaba, 1980, 1991 e 2000	68
Tabela II.9 Distribuição absoluta e relativa da População da RA de Sorocaba nos municípios por faixa de tamanho, 1980, 1991 e 2000	69
Tabela II.10 Crescimento populacional por componentes vegetativo e migratório, RG e AU de Sorocaba, 1970-2000	70
Tabela III.1 População total e distribuição percentual, RA, RG e AU de Sorocaba por municípios, 2000	78
Tabela III.2 Distribuição percentual da população de quinze anos ou mais da AU de Sorocaba segundo naturalidade, 2000	82
Tabela III.3 Distribuição % da renda total em Salários Mínimos dos residentes na AU de Sorocaba, segundo naturalidade, 2000	83
Tabela III.4 Distribuição dos naturais de outras UFs e dos migrantes inter-estaduais por data fixa e última etapa segundo grandes regiões, 2000	87

Tabela III.5 Distribuição relativa dos migrantes por data fixa e escolaridade (em anos de estudo), AU Sorocaba, 2000	89
Tabela III.6 Distribuição relativa dos migrantes por última etapa e escolaridade (em anos de estudo), AU Sorocaba, 2000	89
Tabela III.7 Distribuição absoluta e relativa dos migrantes por data fixa, AU Sorocaba, 2000	91
Tabela III.8 Distribuição absoluta e relativa dos movimentos migratórios intra-estaduais, segundo origem do deslocamento, AU Sorocaba, 2000	94
Tabela III.9 Distribuição dos emigrantes da RMSP segundo município de residência em 1995 e atual, AU Sorocaba, 2000	96
Tabela III.10 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes do município de São Paulo por faixas de renda (em SM) e destino, municípios selecionados, AU de Sorocaba, 2000	97
Tabela III.11 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes, municípios selecionados da RMSP, por faixas de renda (em SM) e destino, São Roque, 2000	99
Tabela III.12 Distribuição absoluta e relativa dos principais deslocamentos com origem na RMC e municípios da AU Sorocaba, 2000.....	101
Tabela III.13 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes de Campinas com destino à Itu, Salto e Sorocaba, por faixas de renda (em SM), 2000.....	102
Tabela III.14 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes de Indaiatuba, por faixas de renda (em SM) e destinos selecionados, AU Sorocaba, 2000	103
Tabela III.15 Matriz migratória AU Sorocaba, município de residência em 1995 x município de residência atual.....	105
Tabela III.16 Índice de Eficácia migratória (IE) para a migração intra Aglomeração Urbana, municípios AU de Sorocaba, 2000	106
Tabela III.17 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios intra-AU, Itu e Salto, 2000	107
Tabela III.18 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios intra-AU, São Roque e Mairinque, 2000	108
Tabela III.19 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos movimentos migratórios entre Sorocaba e Salto de Pirapora, 2000	109
Tabela III.20 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios entre Sorocaba e Araçoiaba, 2000.....	110

Tabela III.21 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios entre Sorocaba e Votorantim, 2000.....	111
Tabela III.22 População de 15 Anos ou Mais, segundo o Local de Trabalho ou Estudo Brasil e Estado de São Paulo – 2000.....	113
Tabela III.23 Número de deslocamentos pendulares total, segundo município de residência e município de trabalho ou estudo, AU Sorocaba, 2000	115
Tabela III.24 Deslocamento pendular com destino a São Paulo, município selecionados, AU Sorocaba, 2000	115
Tabela III.25 Deslocamento pendular com destino a RMC, município selecionados, AU Sorocaba, 2000.....	116
Tabela III.26 Distribuição absoluta e relativa dos indivíduos que realizam deslocamento pendular intra-AU e Índice de Eficácia de pendularidade, AU Sorocaba, 2000	117
Tabela III.27 Matriz de movimentos pendulares intra-AU, município de trabalho ou estudo \times município de residência, e principais destinos inter-regionais, AU Sorocaba, 2000.....	119
Tabela III.28 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares intra-AU, municípios selecionados, AU Sorocaba, 2000..	120
Tabela III.29 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares intra-AU, municípios selecionados, AU Sorocaba, 2000..	121
Tabela III.30 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares com destino ao município de Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora e Votorantim, 2000	122

Índice de gráficos

Gráfico II.1 Distribuição percentual do valor da produção da indústria de transformações, Regiões do Interior de São Paulo, 1928-1956.....	43
Gráfico II.2 Distribuição Percentual do Pessoal ocupado – Indústria de Transformação, Regiões do Interior de SP, 1928 – 1956.....	44
Gráfico II.3 Grau de Urbanização (%) Estado, RA e Sub-regiões de Sorocaba, Município Sede, 1940	46
Gráfico II.4 Distribuição Relativa do Valor da Transformação Industrial da Indústria de Transformação, Regiões do Interior de SP, 1960 – 1985	53
Gráfico II.5 Distribuição Relativa da Estrutura da Indústria segundo o número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado, Regiões do Interior de SP, 1980 – 1985	54
Gráfico II.6 Grau de urbanização (%) RA, RG e AU de Sorocaba, 1980 e 1991	57
Gráfico II.7 Taxa de Crescimento Populacional (% a. a.) RA, RGs e AU de Sorocaba, 1970 – 2000	69
Gráfico II.8 Componentes do crescimento populacional RG e AU de Sorocaba, 1970/80....	71
Gráfico II.9 Componentes do crescimento populacional RG e AU de Sorocaba, 1980/91....	72
Gráfico II.10 Componentes do crescimento populacional RG, AU de Sorocaba, 1991/2000	74
Gráfico III.1 Taxas de crescimento populacional (% a. a.) AU, Sorocaba, 1980/91 e 1991/2000	79
Gráfico III.2 Pirâmide Etária, AU Sorocaba, 2000	80
Gráfico III.3 Razão de Sexo, Estado de São Paulo, RA, RG, AU Sorocaba, 2000	80
Gráfico III.4 Distribuição % da escolaridade (em anos de estudo) dos residentes na AU de Sorocaba, segundo naturalidade, 2000	84
Gráfico III.5 Pirâmides Etárias	85
Gráfico III.6 Razão de Sexo, naturais de outras UFs, AU de Sorocaba, 2000	88
Gráfico III.7 Distribuição % dos migrantes inter-estaduais por data fixa e última etapa e faixa de renda (SM), AU de Sorocaba, 2000	90
Gráfico III.8 Distribuição % dos emigrantes do município de São Paulo por escolaridade e destino, AU de Sorocaba, 2000	98

Gráfico III.9 Distribuição % dos emigrantes de municípios selecionados da RMSP por escolaridade, segundo destino, São Roque, 2000	100
---	-----

Gráfico III. 10 Distribuição % dos emigrantes do município de Campinas por escolaridade e destinos selecionados, AU de Sorocaba, 2000	103
---	-----

Índice de mapas

Mapa I. 1 Rede Urbana Estado de São Paulo, 2000.....	31
Mapa II.1 Estado de São Paulo – RA Sorocaba por Regiões de Governo e AU de Sorocaba	35
Mapa III.1 AU de Sorocaba, RMSP e RMC, principais fluxos, 2000	92
Mapa III.2 Fluxo RMSP – São Roque, 2000.....	99

Introdução

O avanço da urbanização no Brasil pode ser expresso pelo crescimento da proporção de pessoas que vivem nas cidades ao longo do tempo. Em 1930 cerca de 70% da população vivia no campo e somente 30% nas cidades. O processo de urbanização do país foi um dos mais céleres do mundo: a população urbana que representava 45,1% do total em 1960, passou para 67,6% em 1980 e 81,2% no ano 2000. Importante afirmar que a migração de tipo rural-urbano tem papel decisivo nesse processo. Essa leitura também pode ser feita através da diversificação e complexificação da dinâmica econômica e populacional verificadas pela estruturação de uma extensa rede de cidades. De qualquer modo, as características da urbanização, suas implicações e consequências tem sido objeto de análise de estudos de diferentes áreas do conhecimento que têm apontado para a importância das aglomerações urbanas não metropolitanas nos processos socioespaciais nos dias de hoje.

A escolha da Aglomeração Urbana de Sorocaba¹ como estudo de caso se justifica por ser uma importante aglomeração, com mais de um milhão de habitantes, localizada em uma área de grande dinamismo econômico, no entorno da Região Metropolitana de São Paulo e ser uma região ainda pouco estudada. Acompanha, portanto, a tendência dos estudos urbanos recentes e deve contribuir para a compreensão da dinâmica de uma das partes da área que compõe a chamada macro metrópole de São Paulo, que foi contemplada marginalmente pelos estudos acadêmicos. Assim, o presente trabalho insere-se na discussão acerca da estruturação urbana e **tem como objetivo estudar o processo de ocupação do espaço na aglomeração urbana de Sorocaba-SP a partir da análise demográfica orientada pelo fenômeno migratório.** Para tanto, busca entender a dinâmica e estrutura interna da aglomeração urbana e como esta se apresenta no contexto estadual.

É importante assinalar que a discussão em torno da estruturação urbana dessa região tem como pano de fundo os desdobramentos do processo de desconcentração produtiva verificado entre as décadas de 1970-90 em âmbito nacional e, mais especificamente, no estado de São Paulo. É neste momento que ocorre a crescente urbanização e industrialização no interior do

¹ Cabe destacar que a AU de Sorocaba é composta por onze municípios, são eles: Alumínio, Araçoiaba da Serra, Iperó, Itu, Mairinque, Piedade, Salto de Pirapora, Salto, São Roque, Sorocaba, Votorantim. O município-sede da AU, Sorocaba, está a oeste da Região Metropolitana de São Paulo e ao sudoeste da Região Metropolitana de Campinas, sendo que as três sedes distam aproximadamente 90 km umas das outras.

estado onde a migração intra-estadual, o fortalecimento e expansão das aglomerações urbanas marcam a abertura de novas possibilidades de investigação (FARIA, 1991). Nesse sentido, a análise das transformações na rede urbana paulista apresenta-se como ponto de partida para a construção do referencial teórico-metodológico deste estudo.

De acordo com Caiado (2004) e Caiado e Santos (2003) a forte relação entre a dinâmica econômica e populacional da rede urbana paulista estariam expressos na estrutura territorial – três RMs, onze AUs e outras cidades de porte médio – e sua interligação através dos principais eixos viários. Deste modo, o processo de redistribuição da população no estado de São Paulo teria bases na interiorização do desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, na alteração da divisão regional do trabalho.

Baeninger (2004) aponta para o menor crescimento das RMs e o papel de atração que as aglomerações urbanas assumem ante o processo de redistribuição da população de modo mais contundente na década de 1990: “[...] a contrapartida desse processo de menor crescimento da população metropolitana refletiu-se no expressivo crescimento da população residente em cidades não-metropolitanas [...], especialmente quando se considera os aglomerados urbanos” (BAENINGER, 2004, p. 5).

A autora pondera que apesar de apreender novas formas de mobilidade como parte da reestruturação econômica, esses deslocamentos compõem também um novo mosaico de interações sociais (BAENINGER, 2004, p. 10). Desta forma, o eixo explicativo que vincula economia – em particular nos efeitos da desconcentração industrial a partir das regiões metropolitanas – à mobilidade espacial da população, numa relação de causa e efeito, não comporta a complexidade do processo. Baeninger sugere, então, outras perspectivas para a explicação do fenômeno migratório. Uma delas diz respeito ao uso do conceito de urbano de Villaça (2001), que é o que vamos utilizar para estudar as “novas territorialidades”.

De acordo com Villaça (2001) a localização urbana teria dois atributos: a infra-estrutura e as possibilidades de transporte e comunicação. “Dentre essas possibilidades, a de deslocamento do ser humano (para os locais de trabalho, de compras, de serviços, de lazer, etc.) dominará a estruturação do espaço intra-urbano” (VILLAÇA, 2001, p. 23). Esse princípio norteador da estruturação do espaço urbano compõe o referencial teórico-metodológico dessa dissertação.

O autor atribui à localização no espaço urbano o ponto de partida para a análise da estruturação urbana, que seria expressa pela necessidade de deslocamento das pessoas e pela

relação que os diferentes pontos do espaço estabelecem entre si: “[...] para explicar as formas urbanas – os bairros, as direções de crescimento, a forma da mancha urbana, a verticalização, densidades, etc. – é indispensável considerar as relações de determinado ponto, ou conjunto de pontos, com os demais pontos do espaço urbano.” (VILLAÇA, 2001, p. 24).

A relação entre processos socioespaciais e deslocamentos populacionais é objeto de análise de grande parte da literatura referente aos estudos urbanos. Cabe, no entanto, ressaltar que parte desse referencial inclinou-se sobre as regiões metropolitanas, onde a visibilidade dos problemas de infra-estrutura como saneamento básico, habitação, transportes, entre outros são mais evidentes. Em análise sobre a região metropolitana de Campinas, Pereira (2008) sugere a existência de uma tipologia que relaciona deslocamentos pendulares e processos socioespaciais. No caso do estudo das aglomerações urbanas, como se daria tal proposição? Acompanha as tendências verificadas para a região metropolitana?

A análise da composição dos fluxos diários para trabalho ou estudo intra-AU e inter-regional² subsidia, por um lado, a verificação da relação que se estabelece entre os deslocamentos populacionais e processos socioespaciais na AU de Sorocaba. Por outro, deve indicar como se estrutura e se relaciona a dinâmica da aglomeração urbana nos limites internos e com as demais regiões, sobretudo com as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Vale frisar que essa modalidade de movimento acompanha os avanços e modernização do sistema de comunicação e transportes coletivos e individuais e constitui-se como importante elemento de integração regional. Nestes termos, tanto os deslocamentos pendulares como os fluxos migratórios recentes na AU de Sorocaba serão mensurados e qualificados a partir dos dados do Censo demográfico do ano 2000.

Tendo em vista a relação entre o processo de redistribuição populacional e as transformações socioespaciais, cabe afirmar que este estudo parte da **hipótese de que a mobilidade intra-aglomeração urbana e inter-regional define os contornos da região de Sorocaba**. É importante salientar que não se pretende com tal proposição apresentar uma relação de causa e efeito onde o fenômeno migratório independe de outros processos sociais, mas assumir que o processo de redistribuição da população no espaço incide decisivamente sobre a expansão da malha urbana. De outro modo, dizer que a migração apenas expressa certos processos

² Por mobilidade intra-AU entendemos os deslocamentos realizados entre os municípios que compõem a AU de Sorocaba. A mobilidade inter-regional será observada pelos deslocamentos entre a AU de Sorocaba e as demais aglomerações urbanas, em especial as RMs de São Paulo e Campinas.

espaciais significa desconsiderar a importância daquele movimento diante dos avanços e possibilidades recentes de locomoção individual ou coletiva das pessoas, seja no trajeto casa-estudo, trabalho, compras ou lazer.

Diante do exposto, reafirmamos que o objetivo deste trabalho é estudar o processo de ocupação do espaço na aglomeração urbana de Sorocaba-SP focalizando o fenômeno migratório. Para tanto, procuraremos: i) entender o processo de desconcentração produtiva a partir da capital paulista e seu impacto no processo de produção e reprodução do espaço urbano, privilegiando a especificidade da AU de Sorocaba; ii) analisar os referenciais teóricos que tratam da estruturação urbana e sua morfologia; iii) caracterizar os principais fluxos migratórios inter e intra-estaduais para a AU de Sorocaba; iv) identificar os deslocamentos pendulares intra-AU e inter-regional; e, v) analisar a composição sociodemográfica desses fluxos.

Para tanto, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trata da estruturação urbana e apresenta a metodologia que deve ser utilizada. O capítulo dois discute a primazia da urbanização frente aos processos de industrialização e de distribuição da população no espaço. Discute, também, a especificidade da estrutura e dinâmica da região de Sorocaba no contexto estadual no processo de redistribuição populacional no espaço tendo como pano de fundo os desdobramentos da concentração e posterior desconcentração produtiva no estado de São Paulo. Finalmente, no terceiro capítulo, serão analisados os principais fluxos que envolvem a Aglomeração Urbana de Sorocaba. Após a caracterização demográfica e da ocupação do espaço na AU serão descritos os fluxos inter-estaduais, intra-estaduais e inter-regionais. A dinâmica intra-regional da AU também será trabalhada neste capítulo, a partir da discussão dos movimentos pendulares.

CAPÍTULO 1

MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E AGLOMERAÇÃO URBANA: DEFINIÇÕES E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os referenciais teórico-metodológicos e operacionais que serão utilizados na análise do processo de ocupação do espaço urbano na AU de Sorocaba.

Apresenta inicialmente uma breve síntese acerca do conceito de migração – mostrando as dificuldades quanto à definição, uso e mensuração do fenômeno, dada a complexidade que envolve o tema – e discorre sobre as potencialidades e limitações da fonte de dados escolhida – o censo demográfico brasileiro –, e os quesitos selecionados para análise. Na sequência, discute os principais aspectos e relações entre urbanização e migração no Brasil. É importante destacar que tal esforço subsidia a análise sobre algumas das características da estruturação urbana verificada a partir da relação entre processos socioespaciais e deslocamentos populacionais.

Por fim o capítulo traz uma sistematização sucinta acerca da constituição da rede urbana brasileira, com ênfase para as especificidades do estado de São Paulo. Também será apresentada a definição do termo aglomeração urbana e suas implicações para este estudo, a justificativa para a escolha da AU de Sorocaba e a importância de tal espacialização para apreender a dinâmica e articulação sociodemográfica dessa estrutura, seja internamente ou com outras áreas.

1.1 Migração: definição, definições

Antes de qualquer coisa, é importante sublinhar que os movimentos migratórios diferenciam-se dos demais elementos da dinâmica populacional em pelo menos duas dimensões: “1. pelo fato de não apresentarem, como aqueles componentes [fecundidade e mortalidade], uma dimensão biológica; e 2. pelo fato de, através da redistribuição espacial da população, influenciarem os efeitos decorrentes da magnitude das taxas de fecundidade e mortalidade encontradas numa dada população.” (RENNER; PATARRA, 1980, p. 236)

A migração envolve pessoas, espaços e tempos distintos e pode ser observada a partir de vários tipos e modalidades de deslocamentos. A análise dos fluxos, todavia, não se restringe à mensuração e ao tratamento estatístico dos dados. Estes tampouco podem ser explicados a partir das motivações particulares de cada indivíduo que realiza um deslocamento – ainda que a observação e encadeamento das características sociodemográficas dos deslocamentos deixe o pesquisador seduzido a inferir sobre isso. Sendo um fenômeno essencialmente social, sua compreensão deve contemplar as propriedades dos fenômenos sociais e, por isso,

[...] os procedimentos necessários à determinação de sua natureza, causas e efeitos, são aqueles pertinentes às etapas do conhecimento dos fenômenos sociais. Os dois momentos peculiares à investigação nas ciências sociais se delineiam com suas características próprias, ou seja, as atividades referentes às condições formais da pesquisa empírica sistemática, que resultam na reconstrução da realidade, e as referentes aos métodos de explicação utilizados, ou seja, ao tratamento descritivo ou interpretativo dos dados. (RENNER; PATARRA, 1980, p. 236)

Os massivos deslocamentos populacionais do meio rural para o meio urbano associam-se a uma etapa do desenvolvimento urbano-industrial verificado para a grande maioria dos países – em distintos momentos, obviamente –, e colocam-se como ponto de partida para a discussão acerca do conceito de migração³.

Na relação citada acima o que está posto é a mudança permanente de residência de um espaço geográfico a outro e segue, portanto, a definição da ONU: “A migration is defined as a

³ Os movimentos migratórios revestem-se de diversas características e podem relacionar diferentes distâncias (curtas ou longas), fronteiras (migrações internas ou internacionais) e situações de domicílio (urbano-rural, urbano-urbano, rural-rural ou urbano-rural). As migrações distinguem-se também quanto às modalidades e evidenciam processos sociais distintos, como por exemplo, as migrações sazonais ou de retorno. As principais características e mudanças dos movimentos migratórios no Brasil nas últimas décadas podem ser consultadas em Cunha e Baeninger (2005). Sobre o conceito de migração ver, dentre outros, United Nations (1970); Domenach e Picouet (1995); Bilsborrow (1996).

move from one migration-defining area to another (or a move of some specified minimum distance) that was made during a given migration interval and that involved a change of residence.” (UNITED NATIONS, 1970, p. 2).

Colocado nestes termos, a definição de migração exclui outras modalidades de movimentos populacionais como as migrações sazonais, os deslocamentos de visitantes e turistas e também de populações nômades, uma vez que supõe a existência de populações estabelecidas no espaço. Ampliando este significado, tem-se que a migração implica em mudanças de residência que envolvem completa alteração e ajustamento dos vínculos associativos do indivíduo (BOGUE, 1959⁴ apud RENNER; PATARRA, 1980).

Domenach e Picouet (1995) asseveram que a restrição do conceito à mudança de residência permanente carrega alguns problemas. Um deles está ligado à dimensão temporal do deslocamento: como definir o que é temporário do que é definitivo para um evento que é renovável, às vezes reversível? Nesse aspecto, os autores argumentam que a migração de retorno relativizaria o sentido dado ao termo “definitivo”. Outra questão que acompanha a definição de migração ora apresentada se refere à perspectiva espacial: como definir o termo residência? De acordo com os autores a ideia de residência única tem diminuído em importância uma vez que se acompanha a emergência de novas formas de mobilidade espacial da população. Nesse caso, o estudo da migração deveria relacionar os deslocamentos com outras possibilidades de moradia como, por exemplo, as residências múltiplas e à história profissional e familiar do indivíduo.

Trata-se, em linhas gerais, de colocar a análise da migração sob o recorte espacial cotidiano em que o indivíduo realiza todas as suas atividades, valendo-se da noção de espaço de vida⁵.

Este concepto, si bien no resulta utilizable directamente en la medición de la migración, provee un marco a las nuevas clasificaciones y permite elaborar una “jerarquización” de las múltiples formas de movilidad según criterios muy diversos como: duración, frecuencia y periodicidad en la utilización de cada lugar, las mejoras en la calidad de vida, el ingreso, la actividad, la formación, el modo de desplazamiento, la distancia, las consecuencias a corto y largo plazo, etc. (DOMENACH; PICOUE, 1995, p. 10)

O arcabouço analítico proposto pelos autores contempla a alteração da dinâmica cotidiana dos indivíduos à guisa das transformações e avanços da sociedade urbano-industrial. Nesse

⁴ BOGUE, D. J. Internal Migration. In: **The Study of Population**. Chicago: University of Chicago Press, 1959.

⁵ De acordo com Domenach e Picouet (1995), este termo foi cunhado por Courgeau (1974).

aspecto, poder-se-ia citar as mudanças nas relações de trabalho pautadas pela flexibilização produtiva, as novas formas de interação entre campo e cidade e, principalmente a acessibilidade e as possibilidades de comunicação e transportes. O uso do conceito de espaço de vida, deste modo, apresenta-se como uma alternativa para a compreensão do fenômeno migratório.

A inexistência de consenso que contemple com segurança as diferentes possibilidades de manifestação da migração se expressa na amplitude e diversificação dos determinantes que englobam os processos de redistribuição da população no espaço. Apesar dos diferentes referenciais analíticos para o estudo dos deslocamentos populacionais, a definição de migração para a reflexão comparativa e teórica tende a ser ampla e fluida, uma vez que os diferentes tipos de deslocamentos podem requerer enfoques distintos para sua explicação (SIMMONS, 1991). Assim, o estudo da migração relaciona diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, antropologia, economia, política, entre outras, e não se restringe à mensuração do estoque de pessoas nos locais de origem e destino.

Há de se ressaltar que, tendo em vista a dificuldade de se analisar um fenômeno composto de múltiplas expressões, é imprescindível ao pesquisador delimitar o que pretende avaliar apresentando os procedimentos viáveis para a sua realização. Para tanto, deve-se discorrer sobre os tipos e modalidades de deslocamentos que acompanham o contexto a ser apreendido amparado pelo referencial analítico que se ajuste à questão. Para a proposta deste trabalho, consideraremos os movimentos migratórios de tipo urbano-urbano de curtas distâncias e a sua relação com o processo de estruturação urbana referenciada no arcabouço analítico proposto por Villaça (2001), conforme mencionado anteriormente.

Além do movimento migratório, as informações referentes aos deslocamentos pendulares também são de grande importância para esse trabalho. Captados somente na escala intermunicipal, e com as motivações de trabalho e/ou estudo, os movimentos pendulares adquiriram grande relevância para a análise do desenvolvimento regional recente em São Paulo. A emergência desta modalidade de deslocamento se deve, principalmente, à flexibilização nas relações de trabalho – que reduz as exigências de proximidade entre casa e trabalho, pois este deixa de ser exercido em um único local (terceirização) ou, em muitos casos, tem um horizonte temporal mais reduzido (maior rotatividade) – e ao padrão de urbanização vigente nas grandes cidades paulistas. Isso porque, por um lado, o preço da terra urbana e a valorização imobiliária têm deslocado permanentemente parcela da população com menor poder aquisitivo para as

periferias, distantes das regiões onde se localiza grande parte do emprego e onde estão os principais serviços sociais e coletivos. Por outro lado, a interiorização do desenvolvimento engendrou, fora da RMSP, um padrão de urbanização no qual o mercado imobiliário atuou na ampliação da verticalização das cidades, na implantação de condomínios fechados horizontais para a classe média e na construção de grandes equipamentos de consumo. A contraface desse padrão de urbanização foi a ampliação do número de favelas, cortiços e bairros sem infraestrutura fora da metrópole paulistana, conforme estudado por Caiado (1995). Não menos importante para justificar a ampliação dos movimentos pendulares em São Paulo é a mobilidade. De fato, a melhoria no sistema de transporte rodoviário e o aumento dos congestionamentos na capital possibilitaram a ampliação da distância entre casa e trabalho com manutenção do tempo despendido nos deslocamentos, para a parcela da população com renda suficiente para morar nos bairros com melhor infra-estrutura e serviços ou para residir em loteamentos ou bairros localizados em outros municípios mais afastados.

Entretanto, ao que parece, a redução da exigência de proximidade entre casa e trabalho e a possibilidade de residir em outros municípios fora da metrópole paulistana, só vigora para parcela da população. Em que pese a generalização da flexibilização das relações trabalho estas não ocorrem para o mercado de trabalho em geral, pois somente os trabalhadores com remunerações mais elevadas têm certa autonomia na decisão locacional de sua moradia na cidade.⁶ Grande parte dos trabalhadores possui, como opção de moradia, os bairros pouco urbanizados, com precário sistema viário e serviços deficientes de transportes coletivos, despendendo muito tempo nos deslocamentos casa–trabalho.⁷

⁶ No que diz respeito às transformações nas relações de trabalho, Matoso (1994, p. 523) aponta a existência de duas formas de um mesmo processo. A primeira seria o surgimento do novo trabalhador, mais escolarizado, participativo e polivalente (em contraposição aos trabalhadores especializados, parcelizados e desqualificados da produção fordista) e até mesmo portador de uma revalorização da ética e da utopia do trabalho. “Esse trabalhador emerge como resultado lógico e funcional dos requisitos tecnológicos do novo paradigma de produção industrial de massa de bens diferenciados e do sistema integrado de produção flexível.” A outra face do surgimento desse “novo trabalhador” seria a “crescente massa de trabalhadores que perdem seus antigos direitos e, não se inserindo de forma competitiva, embora funcional ao novo paradigma tecnológico, tornam-se desempregados, marginalizados ou trabalham sob ‘novas’ formas de trabalho e de qualificação, em relações muitas vezes ‘precárias’ e ‘não padronizadas’” (MATOSO, 1994, p. 524). Assim, ao mesmo tempo em que gerou um “novo trabalhador”, o novo paradigma tecnológico “tem acentuado a fragmentação e a heterogeneidade do mundo do trabalho, rompendo com as diferentes formas de defesas ou seguranças do trabalho geradas no pós-guerra” (MATOSO, 1994).

⁷ Diversos são os estudos elaborados pela Fundação SEADE sobre o mercado de trabalho, notadamente o metropolitano, muitos dos quais podem ser acessados em <<http://www.seade.gov.br/produtos/ped/index.php>>. Nesse endereço apresentam-se os resultados e análises da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Os artigos publicados na *Revista São Paulo em Perspectiva*, estão disponíveis em <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=pes&tipo=t>>.

1.1.1 Métodos de mensuração da migração

Além da dificuldade na definição de migração, deve-se atentar também para a escassez das fontes de dados e para suas limitações em termos analíticos (PATARRA; CUNHA, 1987). Os *surveys* ou as pesquisas de campo constituem-se em interessantes possibilidades de levantamento de dados. Porém, embora sejam muito importantes para uma análise mais completa dos deslocamentos populacionais, apresentam alguns problemas como os altos custos, e a questão da representatividade e cobertura espacial e temporal.

O arrolamento de dados acerca dos movimentos migratórios pode ser feito também por órgãos oficiais de governos. Alguns países, principalmente europeus, se utilizam dos registros de população. São fontes de dados bastante completas e a coleta de informações é feita de forma contínua, mas que requerem rigoroso controle, pois o erro no registro é cumulativo e de difícil correção.

Os censos são ferramentas comuns à maioria dos países no que se refere à obtenção dos dados sobre os movimentos migratórios. Diferente dos registros de população, a observação é feita de forma descontínua – obedece à periodicidade de realização dos levantamentos, no Brasil, a cada dez anos – e a unidade de análise é o indivíduo (migrante). Importa ressaltar que para o caso brasileiro, os dados censitários referentes à migração são os mais completos e representativos em termos espaciais⁸ (CUNHA, 2005).

A partir desses dados, as estimativas da migração podem ser feitas através do uso de técnicas, i) diretas, que permitem apreender os fluxos, as modalidades dos movimentos, entre outras características; ou ii) indiretas, em que é possível obter medidas de estoque (*lifetime migrants*), relacionando as entradas e saídas de uma região em determinado período ou apenas por meio do saldo migratório.

Nas palavras de Carvalho (1980),

Por mensuração direta entenda-se aquela que lida com dados obtidos como resposta a quesitos ligados diretamente à migração, como por exemplo os relacionados com tempo de residência no município ou Unidade da Federação (UF), UF de última residência, UF

⁸ Uma fonte alternativa, que dispõe de dados similares ao Censo, é a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar). O problema deste levantamento assenta-se na desagregação geográfica: se restringe às UFs e regiões metropolitanas; não contempla os movimentos inter-municipais. Para maiores detalhes, ver CUNHA, J. M. P. **O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório**: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 875).

de nascimento. Por mensuração indireta deve-se entender o tratamento de dados não diretamente ligados à migração e que, adotadas certas hipóteses ou pressupostos, permite obter, geralmente por resíduo, estimativas de migração. (CARVALHO, 1980, p. 533)

A literatura referente ao tema destaca pelo menos dois métodos para a mensuração indireta da migração⁹: estatísticas vitais e as relações intercensitárias de sobrevivência (RIS). É importante salientar que os resultados obtidos a partir do emprego das técnicas não refletem ou expressam processos sociais de qualquer natureza. Obviamente que com o saldo migratório tem-se uma leitura do fenômeno migratório, mas o que significa dizer, numa situação hipotética, que para o município de São Paulo o resultado é nulo (zero)? Que ninguém entrou ou saiu daquela área num determinado intervalo de tempo? Não necessariamente. Pode tratar-se de uma área de grande circulação de pessoas onde os valores de entradas são iguais aos de saída. Deve-se por isso, advertir quanto às leituras dos resultados encontrados e generalizações a partir destes.

Para as pretensões deste trabalho utilizaremos o método de mensuração direta, onde os fluxos bem como suas peculiaridades serão extraídos do censo demográfico do ano 2000.

No que se refere à mensuração dos movimentos pendulares¹⁰ a principal fonte de dados utilizada também é o censo demográfico, devido à cobertura espacial. As pesquisas Origem-Destino (O-D) constituem-se como uma fonte alternativa e interessante de dados. Isso porque estes levantamentos conseguem apreender os movimentos diários em escala intra-municipal e outras características, como tempo despendido na viagem e o meio de transporte utilizado – informação não captada pelo censo. No entanto, as pesquisas de O-D são realizadas por órgãos municipais associadas ao planejamento urbano e se restringem à análise de algumas regiões metropolitanas no Brasil. (PEREIRA, 2008).

Na sequência, procuraremos explorar algumas das principais características do censo demográfico brasileiro na apreensão dos deslocamentos populacionais escolhidos para análise neste trabalho. Também pretende-se indicar, a partir dos quesitos selecionados, algumas alternativas às limitações colocadas pela fonte de dados.

⁹ Sobre a natureza, explicação e aplicação dos métodos, ver: Hamilton (1975), Carvalho (1980) e Carvalho e Rigotti (1998).

¹⁰ Cumpre dizer que estes movimentos diários não implicam mudança de residência e por isso não integram o escopo conceitual da migração, não obstante apresentar forte correlação com a dinâmica migratória.

1.2 O censo demográfico na análise dos deslocamentos espaciais da população

As informações sobre deslocamento pendular e migração, disponibilizadas a partir dos censos demográficos brasileiros mais recentes são os mais representativos em termos espaciais.

A questão relativa ao movimento pendular é colocada desde o censo de 1970, sendo que apenas o levantamento de 1991 não tratou deste item, o que representa uma quebra para a verificação da série histórica deste tema. Em termos operacionais, sobressaem os problemas relativos à periodicidade dos deslocamentos realizados pelos indivíduos. Tendo em vista que estes deslocamentos para estudo ou trabalho supõem certa frequência diária ou semanal, considerar os movimentos entre municípios da mesma região ou do mesmo estado com aqueles verificados em âmbito internacional como integrantes do mesmo processo, é no mínimo, equivocado.

Para ilustrar o exposto, Pereira (2008) cita o caso de pessoas que no ano 2000 moravam na Região Metropolitana de Campinas e estudavam ou trabalhavam nos Estados Unidos e Japão¹¹, mas que, obviamente, têm menor frequência do que os movimentos realizados no interior da área metropolitana. Por isso a importância deste quesito envolver outras características, como distância e tempo de deslocamento. No trabalho citado, Pereira adverte ainda sobre as dificuldades em separar os indivíduos que estudam daqueles que trabalham, dado que a resposta do entrevistado é única e não pode ser identificada de acordo com a sua motivação. Para contornar essa adversidade, o autor sugere a aplicação de filtros por condição de ocupação e de frequência à escola das pessoas.

No que tange ao estudo da migração, é importante sublinhar que a coleta de dados é feita em uma data específica e representa, portanto, uma fotografia do momento, captando apenas os sobreviventes (à mortalidade e à re-emigração) do período intercensitário. O caráter não retrospectivo dos dados revela uma das limitações desse tipo de levantamento para a dinâmica migratória: é muito difícil qualificar o migrante no momento do deslocamento. Cabe salientar que as informações censitárias impõem outros entraves ao estudo de deslocamentos populacionais, não é possível apreender a migração sazonal, as redes migratórias, as trajetórias migratórias, entre outros (CUNHA, 2005).

¹¹ Verifica-se registro semelhante na AU de Sorocaba.

Há de se destacar, no entanto, os avanços qualitativos da coleta de dados e a ampliação das possibilidades de análise referentes à migração ao longo do tempo. Nos censos de 1960 e 1970 as questões captavam apenas os movimentos oriundos de outras Unidades da Federação (UF) ou país estrangeiro, a situação de domicílio anterior e o tempo de residência ininterrupto no município ou UF.

No censo de 1980, uma das maiores contribuições esteve associada à inclusão do nome do município de residência anterior para os indivíduos que residiam a menos de dez anos no município atual (CARVALHO; RIGOTTI, 1998). A desagregação por município viabilizou, dentre outras coisas, a análise mais detalhada dos processos de metropolização, tão importante entre as décadas de setenta e oitenta. Também a partir do censo de 1980 foi possível inferir sobre três modalidades distintas de deslocamentos populacionais: inter-estaduais, inter-municipais e entre situações de domicílio (rural e urbano).

Os censos de 1991 e 2000 ampliariam o leque de possibilidades analíticas sobre os fluxos migratórios nas dimensões espacial e temporal¹². Nestes termos, cabe reafirmar que além da informação sobre os migrantes acumulados (captados pela naturalidade do indivíduo) e a última etapa de deslocamento¹³ (verificada em função da residência anterior) – já disponíveis no censo de 1980 –, os dois últimos levantamentos fornecem os dados acerca da migração por data fixa (a partir do quesito de residência cinco anos antes do censo).

Na análise da migração pelo quesito de data fixa, percebe-se pelo menos duas lacunas deixadas pela pesquisa: por um lado não consegue identificar os possíveis deslocamentos realizados pelo indivíduo entre a data de referência e o momento do levantamento e, por outro, não consegue identificar a migração de menores de cinco anos de idade – nesse caso, tem que se recorrer a técnicas indiretas de migração (CUNHA, 2005).

Não obstante, além da possibilidade de combinar as unidades tempo e espaço, as vantagens desse tipo de informação assentam-se sobre a construção de taxas de migração mais precisas para medir a intensidade do fenômeno e também para a elaboração de projeções populacionais (RIGOTTI, 1999, apud CUNHA, 2005, p. 7). Ademais, a mensuração da migração

¹² As informações que possibilitam tal leitura são as seguintes: 1. Nacionalidade; 2. Condição de Naturalidade (natural ou não-natural do município de residência); 3. Migração intra-municipal (situação do domicílio anterior – rural ou urbano – dentro do município de residência atual); 4. Situação do domicílio (rural ou urbano) no município de residência anterior; 5. Tempo de residência na Unidade de Federação; 6. Tempo de residência no município; 7. Município de residência anterior. (CUNHA, 2005).

¹³ Para o censo de 2000, no entanto, a última etapa refere-se apenas à UF e não ao município, como em 1980 e 1991.

referenciada em data e local inequívocos, permite observar a contribuição das entradas (imigrações) e saídas (emigrações) de um determinado local para o crescimento populacional. Carvalho e Rigotti (1998) advertem sobre a sutileza e precisão do conceito de saldo migratório e asseveram que essa medida distingue-se daquela resultante da subtração de imigrantes e emigrantes por última etapa. Nesse caso, o resultado não reflete a contribuição das migrações ao crescimento populacional do período – não se sabe exatamente quando chegaram, no caso dos imigrantes –, apesar de alguns pesquisadores assim considerarem.

Ainda no que se refere à comparabilidade entre os dados obtidos através do censo para os movimentos espaciais da população, importa explorar algumas nuances. A informação sobre “município de trabalho ou estudo” – que versa sobre o deslocamento pendular –, está presente somente nos censos de 1970, 1980 e 2000, o que inviabiliza uma análise histórica sobre esse tipo de movimento. O mesmo acontece para última etapa com referência no município, presente em 1980 e 1991, mas retirado em 2000.

Para finalizar, cabe ressaltar que o uso dos quesitos referentes à migração associados a outros temas e variáveis elaborados a partir do levantamento censitário, permitem qualificar o migrante, ampliando as possibilidades analíticas de um determinado estudo. Os cruzamentos por idade, sexo, renda, escolaridade, situação ocupacional são alguns exemplos de variáveis que podem ser utilizadas para tal fim.

1.2.1 Movimentos populacionais na AU de Sorocaba a partir do censo demográfico de 2000: quesitos selecionados

Neste tópico apresentaremos os quesitos do censo que serão utilizados no decorrer deste trabalho. Essa proposta deve atender a dois objetivos principais: o primeiro consiste em apresentar ao leitor a definição de migrante a ser empregada, respeitando as limitações e potencialidades da fonte de dados escolhida. O outro, apesar de mais abrangente, deve servir ao propósito central da pesquisa, qual seja, entender o processo de ocupação do espaço urbano a partir da dinâmica intra e inter-regional da AU de Sorocaba.

No que se refere à migração, é importante sublinhar que serão privilegiados os movimentos realizados a partir do critério de data fixa. Para a análise também serão considerados os deslocamentos pendulares feitos a partir da aglomeração urbana. A escolha de tais

movimentos populacionais deve revelar a dinâmica regional e alinhar-se às tendências recentes dos movimentos migratórios: trocas migratórias de tipo urbano-urbano com maior destaque para as curtas distâncias. Outros quesitos, relacionados a naturalidade do indivíduo ou à UF, devem tangenciar a questão e dar suporte para a análise aqui pretendida.

Segue abaixo os quesitos do Censo Demográfico do ano 2000¹⁴ executado e produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a serem utilizados aqui. Os dois itens centrais para análise são apresentados na sequência:

- V4250 (4.25) - *Código do município de residência no dia 31/07/1995* – o censo registra o deslocamento do indivíduo por data fixa (cinco anos antes da coleta de dados). É possível que não seja a última etapa migratória do indivíduo, mas possibilita apreender o deslocamento por município, além da realização de cálculos exatos de taxas de migração, conhecer o volume populacional do município cinco anos antes do censo e, com isso, calcular saldos migratórios quinquenais.
- V4276 (4.27) - *Código do município e Unidade da Federação ou País Estrangeiro que trabalha ou estuda* – ainda que o indivíduo se desloque no espaço para realizar outras atividades, como lazer e compras, é possível captar a dinâmica de uma região em função dessas trocas diárias (estudo ou trabalho). Com base nestes dados poderemos identificar e caracterizar os movimentos pendulares a partir da AU de Sorocaba. Este item, no entanto, deve ser explorado com mais atenção em outro momento do trabalho.

Conforme colocado anteriormente, outros quesitos devem auxiliar na compreensão do processo de ocupação do espaço na AU de Sorocaba; eles serão divididos por município e UF.

Relacionados ao município:

- V0415 (4.15) - *Sempre morou neste município;*
- V0416 (4.16) - *Tempo de moradia neste Município* – Número de anos completos que a pessoa mora sem interrupção no município de residência atual, ou o número de anos de moradia após o último retorno para o município de residência atual desde que tenha migrado para outro município ou país estrangeiro e depois retornado;
- V0417 (4.17) - *Nasceu neste Município;*

¹⁴ A coleta do Censo Demográfico 2000 foi realizada no período de 1º de agosto a 30 de novembro de 2000, abrangendo 215.811 setores censitários, que constituíram as menores unidades territoriais da base operacional do censo. A operação censitária mobilizou mais de 200 mil pessoas, em pesquisa a 54.265.618 domicílios nos 5.507 municípios existentes no ano 2000, das 27 Unidades da Federação. No entanto, cabe destacar que a investigação dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência o dia 1º de agosto de 2000. (IBGE, 2002)

Relacionados à Unidade da Federação (UF):

- V0418 (4.18) - *Nasceu nesta UF;*
- V4210 (4.21) - *Código da UF ou País de nascimento;*
- V0422 (4.22) - *Tempo de moradia na UF* – Número de anos completos que a pessoa mora sem interrupção na Unidade da Federação de residência atual, ou o número de anos de moradia após o último retorno para a Unidade da Federação de residência atual desde que tenha migrado para outra Unidade da Federação ou país estrangeiro e depois retornado;
- V4230 (4.23) - *Código da UF ou País de residência anterior* – Unidade da Federação ou País estrangeiro de residência anterior. Por meio deste quesito pode-se captar as pessoas que residem na UF a menos de dez anos, e;
- V4260 (4.26) - *Código da UF ou País de residência em 31/07/1995*

Para encerrar a referência aos aspectos metodológicos associados à migração, temos que, pelos itens apresentados acima a definição de migrante deve oscilar entre o indivíduo não natural do município e/ou não natural da UF (São Paulo) – o detalhamento e as distinções serão feitos no momento em que trabalharmos com os dados. Ademais, vale lembrar que a caracterização sociodemográfica dos diferentes fluxos migratórios intra-AU e inter-regional deve oferecer subsídios para a discussão em torno dos processos socioespaciais envolvidos na ocupação do espaço urbano da AU de Sorocaba.

1.3 Migração e urbanização no Brasil

Conforme já apontado neste trabalho, a aplicação das técnicas e consequente mensuração dos dados migratórios constituem-se como uma das tarefas a serem cumpridas para a devida interpretação do fenômeno. Contudo, o processo pelo qual nos interessamos reveste-se de certas peculiaridades que devem ser elucidadas. A migração, quando verificada em âmbito nacional apresenta-se de maneiras diferenciadas por região e mesmo por unidades da federação, mas o mesmo pode ser observado para o estado de São Paulo: os espaços da migração diferenciam-se de acordo com os processos históricos que o estruturam e precedem, ainda que a regularidade encontrada na medição dos fluxos indique a concomitância de modalidades migratórias.

Para o caso brasileiro o processo de redistribuição da população no espaço tem forte relação com o avanço da urbanização e também com o desenvolvimento econômico pautado, principalmente, pela industrialização. Em função dos determinantes históricos, São Paulo foi o estado que concentrou, no decorrer do século XX, grande parte das atividades econômicas e dos contingentes populacionais via migração de tipo rural-urbano de longas distâncias. Esse cenário se altera a partir dos anos 1980, momento de inflexão dos movimentos migratórios, em que se verifica uma série de mudanças de suas características¹⁵. Para a sequência do trabalho procurar-se-á verificar os limites desta discussão e como, para o estado de São Paulo, as características e mudanças dos movimentos migratórios participam da conformação da rede de cidades médias e grandes com a consolidação dos pólos regionais no interior do estado.

Esse cenário está posto entre os anos de 1970-90, período caracterizado pela desconcentração econômica a partir da região metropolitana e pela emergência de modalidades migratórias distintas que

[...] não constituem, na verdade, uma novidade sem precedentes; se se considerar toda a gama de movimentos internos e internacionais, que acompanharam a consolidação e expansão do capitalismo na Europa, nos Estados Unidos e, posteriormente, nas ex-colônias em seus processos de industrialização, verifica-se a recorrência e concomitância de todos esses tipos de movimentos e outros mais. O que varia, e muito, são as condições históricas, econômicas, culturais e políticas que estiveram subjacentes à predominância de determinados tipos de deslocamento populacional. (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 26)

¹⁵ Uma leitura sobre as principais mudanças e características dos movimentos migratórios durante as últimas décadas no Brasil, ver Cunha e Baeninger (2005).

No contexto analisado, Baeninger (1994) atribui à intensificação da urbanização nas regiões interioranas o acirramento de algumas modalidades migratórias. Isso porque as taxas de crescimento populacional de determinadas áreas (sobretudo de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos) continuam altas quando já se percebe o arrefecimento da atividade econômica e apresenta taxas similares à da região metropolitana de São Paulo. Nesse sentido, “[...] a diversificação de atividades e do consumo urbano, contribuiu para uma certa continuidade do dinamismo regional [...]” (BAENINGER; CUNHA, 1996, p. 102).

Colocar na urbanização e nos processos dela decorrentes uma possibilidade explicativa para os processos migratórios recentes deve servir para ampliar a capacidade analítica desse fenômeno social. Isso porque algumas das principais referências para os estudos feitos nesta área ao longo do tempo advertem sobre a regularidade dos fluxos com base nas alterações do sistema produtivo¹⁶, circunscrevendo os movimentos a contextos específicos.

Portanto, se por um lado desloca-se da economia o eixo explicativo da dinâmica migratória, coloca-se, por outro a centralidade do processo de urbanização para a compreensão da mesma. As “inter-relações entre os sistemas urbanos, a rede de cidades, as cidades e seu entorno e os fenômenos sociais” (BAENINGER, 1994, p. 490) constituem-se, deste modo, como importantes elementos para se pensar nos deslocamentos populacionais.

As transformações do sistema urbano brasileiro, extremamente desigual e excludente, são discutidas por Faria (1991). O autor assinala que além da velocidade, extensão e profundidade das mudanças ocorridas desde a década de 1950, esse sistema apresenta uma dupla característica:

Por um lado, concentra grandes contingentes populacionais [...] em número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, outras áreas metropolitanas e capitais regionais e sub-regionais; por outro, alimenta o crescimento da população urbana de um número grande – e crescente – de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto entre o campo e a cidade como entre cidades. (FARIA, 1991, p. 103)

¹⁶ Dois trabalhos clássicos sobre o tema são: Ravenstein (1885) e Lee (1965). Nas “leis da migração” do primeiro, são apresentadas algumas constatações que marcariam os estudos sobre migração até os dias de hoje, como por exemplo, a formação de correntes e contracorrentes migratórias. Já na “teoria sobre migração” de Lee, a sistematização dos “fatores de expulsão” e dos “fatores de atração” pode ser considerada como uma de suas principais contribuições. Nos textos de ambos, porém, há a associação entre ciclos econômicos e movimentos migratórios. Para mais referências teóricas sobre migração, consultar: MOURA, H. (org). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2 t., 1980.

Para o caso brasileiro é possível pensar os processos migratórios vinculados a etapas de transformações estruturais da sociedade. Em linhas gerais, a transição a que se refere Faria (1991) seria marcada pelo deslocamento do eixo principal da economia da agricultura para a indústria. Nesse sentido Singer (1974, p. 7) assinala que “1930 pode ser tomado como uma data limite que marca duas épocas quanto à dinâmica populacional brasileira: a primeira marcada pela imigração estrangeira e a segunda pelo crescimento vegetativo e pelas migrações internas.”

Assim, num primeiro momento se dá a chegada de grande contingente de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café. Esse movimento teve maior intensidade nas duas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, quando teriam entrado no país aproximadamente dois milhões de imigrantes. Esse tipo de migração perderia importância devido às duas guerras que se sucederam e por conta de restrições colocadas pelo governo brasileiro.

A ocorrência deste processo que se deu em grande escala expressaria “[...] as dificuldades de mobilização de mão-de-obra [nacional] para a lavoura cafeeira” (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 33). Os entraves a que se referem os autores dizem respeito à composição da estrutura social e ocupacional brasileira bem como à sua distribuição no território, neste momento, basicamente ligado à agricultura de subsistência¹⁷.

A inserção gradual da economia brasileira nos moldes capitalistas com a formação da sociedade urbano-industrial espacialmente concentrada marcaria a transição do modelo de acumulação. Cabe ressaltar que “[...] isso foi possível porque o crescimento da população brasileira caracteriza-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e amplos deslocamentos populacionais rumo às cidades [...]” (PATARRA, 2003, p. 18). É importante citar que Singer (1974) caracterizou a composição destes fluxos: trabalhadores ligados, em sua maioria, à atividade agrícola de subsistência que fariam parte do excedente de mão-de-obra nas cidades.

Da vasta contribuição deste autor para os estudos acerca do desenvolvimento econômico e mudanças sociais para a América Latina no período em tela, destacar-se-á ao menos duas características. A interação entre os deslocamentos populacionais e as mudanças estruturais da sociedade que acompanhariam estes fluxos.

¹⁷ Sobre uma periodização da migração face as mudanças estruturais da sociedade brasileira ver, dentre outros, Singer (1974), Lopes e Patarra (1974), Balán (1973) e Patarra (2003).

Nestes termos, Singer (1980) aponta que a migração teria “motivação¹⁸” nas áreas de origem e seria associada aos fatores de mudança ou estagnação, onde “As primeiras perdem população mas a produtividade aumenta [...]. Já as segundas apresentam estagnação ou mesmo deterioração das condições de vida, funcionando às vezes como “viveiros de mão-de-obra” para os latifundiários e grandes explorações agrícolas capitalistas.” (SINGER, 1980, p. 225). Os deslocamentos dar-se-iam em meio às amplas mudanças da sociedade que por sua vez expressariam as profundas desigualdades regionais no país – concentração produtiva no sentido centro-sul.

O autor afasta, deste modo, a dimensão psicológica para a explicação¹⁹ da migração e a atribui às possibilidades de resposta que determinado indivíduo pode dar numa certa conjuntura. Nas palavras do autor, “O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento.” (SINGER, 1980, p. 237).

O arcabouço analítico proposto diz respeito a uma etapa específica do desenvolvimento econômico nacional em que predominam os movimentos de tipo rural-urbano. É neste momento que se acompanha a consolidação de várias metrópoles brasileiras com acelerado crescimento urbano e industrial. Trata-se, todavia, de um modelo excludente e desigual onde acentua-se a concentração de renda entre os mais ricos e dissemina-se um tipo de ocupação espacial segregado para a população mais pobre.

Faria (1991) sintetiza os desdobramentos das grandes mudanças verificadas para o Brasil nos seguintes termos:

Em resumo, a sociedade urbana brasileira resultante do processo de crescimento, urbanização e mudança dos últimos trinta anos apresenta-se, estruturalmente, como uma sociedade complexa, espacial, ocupacional e socialmente diversificada, unificada mas heterogênea, segmentada e, sobretudo, profundamente desigual [...]. (FARIA, 1991, p.105)

¹⁸ O autor distingue os motivos (individuais) das causas (estruturais) da migração; o faz para separar a subjetividade da migração das questões concretas do deslocamento: a condição de classe do indivíduo que antecede suas escolhas. (SINGER, 1980, p. 237).

¹⁹ Diferentemente de Singer (1980), para Lee (1980), a decisão de migrar estaria associada a escolha racional do indivíduo em uma espécie de balanço entre os fatores positivos e negativos entre duas áreas. Estes fatores contemplariam os obstáculos intervenientes e os fluxos dar-se-iam de forma seletiva, a partir de sexo, idade, situação ocupacional, entre outras características distintas.

O “resultado” da urbanização brasileira a que o autor se refere apresenta como principais aspectos:

- o ritmo da progressão: a taxa de urbanização quase dobra num curto período, pois, passa de 36% em 1950 para 68% em 1980;
- a conformação de um sistema de cidades;
- a dinâmica do emprego e da estrutura ocupacional das cidades com forte expansão do setor de bens de consumo duráveis;
- a distribuição da renda²⁰ e ampliação do consumo com ênfase para a política de crédito ao consumidor;
- o acesso aos serviços e equipamentos de consumo coletivo, cujas características se pautam pela desigualdade no acesso, principalmente, aos serviços de saúde, educação e habitação.

Cabe frisar que até aqui, procurou-se discutir em linhas gerais o processo de urbanização brasileiro observado na transição de um modelo agrário exportador para industrial com aspirações de formar e integrar o mercado nacional. Foi colocado também que as peculiaridades históricas no âmbito do desenvolvimento econômico e urbano inseriram a porção centro-sul do país, em especial o sudeste brasileiro, de forma diferenciada. Nesse aspecto, evidencia-se, sobremaneira o estado de São Paulo.

Em relação aos deslocamentos populacionais, sobressaem os fluxos de tipo rural-urbano de longas distâncias até o final dos anos 1980. Na consolidação desta sociedade urbano-industrial, entretanto, uma série de mudanças estruturais teriam reflexo no componente migratório. Assim, a formação da rede de cidades, a diversificação da produção e do consumo, a desconcentração econômica a partir da metrópole – notadamente de São Paulo – são alguns exemplos que podem indicar, na concomitância de processos econômicos, políticos, sociodemográficos e culturais, a complexificação da análise que se pretende neste trabalho.

Assim se justifica, conforme apontado no decorrer do texto, a escolha do processo de urbanização como referencial analítico para o processo de redistribuição populacional. Salienta-se, no entanto, que as transformações no espaço urbano são objeto de análise de diferentes

²⁰ Sobre o processo de distribuição (desigual) de renda verifica-se que “[...] a participação dos 60% mais pobres na renda pessoal caiu de 25,4% em 1960 para 20,8% em 1970, enquanto, no mesmo período, a participação dos 5% mais ricos subiu de 27,7% para 34,9%” (SINGER, 1974, p. 15 apud LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Ed. Expressão e Cultura: Rio de Janeiro, 1973).

modelos interpretativos. Na sequência apresentaremos algumas leituras referentes ao processo de estruturação urbana. Isso deve auxiliar para a posterior reconstrução e compreensão da estrutura e dinâmica da AU de Sorocaba.

1.4 Estruturação urbana e processos socioespaciais

O processo de produção do espaço observado pela discussão em torno da (re) estruturação urbana é analisado sob distintas abordagens. Sem incidir em determinismos ou generalizações tentar-se-á marcar as diferenças entre algumas dessas leituras e como essa discussão tem sido incorporada nas análises recentes acerca do tema. O que se coloca como difícil tarefa, uma vez que a problemática urbana apresenta-se nos desdobramentos sociodemográfico, político, econômico, ambiental, cultural, dentre outros.

Para o caso brasileiro, a literatura referente à expansão urbana destaca o processo de periferização²¹ como um dos produtos da consolidação das metrópoles (que pressupõe concentração econômica e populacional numa determinada área). O maior crescimento dos municípios localizados no entorno do município-sede, como no caso de São Paulo, seria a expressão das desigualdades sociais e econômicas dadas pela segregação espacial das camadas mais pobres da sociedade. Nestes termos, a periferia, na acepção sociológica do termo, exprime as relações inerentes à lógica de reprodução capitalista.

Nessa proposição, as relações entre capital e trabalho e capital e Estado são determinantes para a compreensão da alocação das atividades e funções urbanas, que tem como uma de suas principais expressões as questões referentes à moradia. As camadas mais pobres da sociedade têm que procurar por áreas mais afastadas do centro da cidade, por lugares em que não se perceba a ação mais contundente do capital, e, por isso, uma região desprovida de recursos. Kowarick (1993) afirma que tal situação exprime as extorsões que se operam pela inexistência ou precariedade de serviços coletivos: é o processo de espoliação urbana. Assim, o problema do acesso à habitação demonstra parte dessa conjuntura de luta pelo espaço urbano, onde, “do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social.” (ROLNIK, 1995, p. 52).

O entendimento das relações sociais no espaço urbano, no entanto, extrapola os limites da sua produção e reprodução dadas pelo par residência-trabalho. Os processos socioespaciais envolvidos na estruturação do espaço implicariam ainda nas possibilidades de lazer e também de circulação de pessoas (e mercadorias). Sendo que este último coloca-se como importante elemento para se pensar nas ações cotidianas dos indivíduos, seja no par casa-trabalho, compras ou lazer.

²¹ Para maiores detalhes consultar: Kowarick (1993); Maricato (1979); Bonduki e Rolnik (1978).

Em trabalho recente Antico (2004), ao analisar o caso de São Paulo entre as décadas de 1980 e 1990, mostra a localização dos postos de trabalho nas áreas que dispõem de melhor infraestrutura e por isso são mais caras: as regiões centrais. Às camadas mais empobrecidas da sociedade caberiam as regiões mais afastadas e, portanto, mais baratas e menos urbanizadas. Nesse contexto, a mobilidade pendular apresenta forte relação com a distribuição da população no espaço metropolitano, e se expressa pelo aumento progressivo da distância do deslocamento casa-trabalho (CUNHA, 1994).

Mesmo sendo associada aos desdobramentos do processo de periferização, essa modalidade de deslocamento aparece como elemento de integração entre duas ou mais áreas²², assumindo, porém, diferentes características quanto às formas de estruturação do espaço urbano. Com relação a isso, Ojima (2007) aponta para a complexificação da dinâmica intra-urbana e sugere que o par explicativo centro-periferia, que marca o desenvolvimento do capitalismo, restringe a análise à mobilidade de uma camada social específica e não consegue elucidar a consolidação de novas formas urbanas. Para tanto, cabe citar estudo recente (PEREIRA, 2008) que discute a relação de distintos processos socioespaciais e deslocamentos populacionais (notadamente os movimentos pendulares) com a reestruturação urbana.

No referido estudo, um dos elementos de análise diz respeito ao deslocamento diário de uma parte da população de alta renda que reside nas regiões não centrais, mais distantes (geralmente em condomínios fechados), para as áreas centrais. Tal situação expõe, por um lado, a fuga dessa parcela da população dos problemas inerentes aos grandes centros urbanos, como por exemplo, violência, poluição e congestionamentos e a busca de condições de vida mais amenas dadas, principalmente, pelo maior contato com a natureza. Essa exposição contempla, em linhas gerais, os determinantes do processo de suburbanização²³ que, apesar de ter surgido nos EUA no início do século XIX, tornou-se mais presente na Europa após a Segunda Guerra Mundial, notadamente após os anos 1960, e no Brasil, a partir do final da década de 1970.

²² O uso do termo “área” em vez de “região” marca a especificidade deste trabalho, que centra sua análise na mobilidade espacial da população no espaço urbano (VILLAÇA, 2001, p. 26). Sua utilização, portanto, tem como propósito se distinguir dos estudos regionais e seu corpo analítico – ainda que estudo recente do SEADE (2008, p. 5) sinalize para a redução das diferenças entre as categorias analíticas em tela. Isso não significa, todavia, desconsiderar a conjuntura regional; o que esvaziaria qualquer análise.

²³ Pereira (2008, p. 44) indica que “A utilização do termo ‘suburbanização’ para se referir à migração das classes média e alta para a periferia (geográfica) dos aglomerados urbanos pode ser encontrada em BRASIL. Ministério das Cidades. **Política nacional de mobilidade urbana sustentável**. Brasília, 2004. (Cadernos Ministério das Cidades, n. 6) e ANTICO, C. Deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4, out./dez., 2005.”

O autor sublinha, por outro lado, que a “mudança da localização residencial de parcela da classe rica para áreas distantes dos centros urbanos [se verifica] numa estrutura urbana consolidada sobre um padrão altamente polarizado pelo centro” (PEREIRA, 2008, p. 54). Deste modo, o processo de suburbanização coincidiria com o de centralização das atividades econômicas e do emprego.

Partindo de uma perspectiva histórico-espacial Gottdiener (1990) indica um arcabouço analítico que procura esclarecer a emergência dessas novas formas espaciais. Para tanto, destaca alguns elementos que devem ser observados: as relações de trabalho a partir da flexibilização produtiva, as diferentes formas de ocupação do espaço capitaneada pela especulação fundiária – com destacada valorização imobiliária de áreas periféricas –, programas governamentais e o papel dos avanços tecnológicos e do conhecimento. Sobre os avanços tecnológicos, sublinha as mudanças com relação ao transporte e comunicação, uma vez que alteram a dimensão espaço-temporal da ação social.

Ojima (2007) identifica estes contornos espaciais apoiado no referencial teórico-metodológico do *urban sprawl* norte-americano. Segundo o autor a contribuição destes estudos está assentada na “[...] análise da dimensão espacial enquanto uma variável analítica cara ao entendimento da reestruturação urbana a partir das mudanças na esfera individual e coletivas.” (OJIMA, 2007, p. 105). O autor elaborou um indicador para medir a dispersão urbana baseado nas principais dimensões observadas empiricamente e discutidas pela literatura internacional. São elas: densidade, fragmentação, linearidade/orientação e centralidade/integração.

A abordagem da reestruturação pela dispersão urbana indicaria pelo menos duas maneiras de entender o processo. A primeira destaca um descompasso entre crescimento populacional e expansão física para designar um padrão de ocupação de baixa densidade. A outra versa sobre a forma e alocação fragmentada da malha urbana e aponta para a relativa autonomia dos indivíduos nos deslocamentos urbanos diários.

A bibliografia aponta com enfoques distintos que o processo de urbanização e a morfologia das cidades espelham as relações socioeconômicas em curso em cada momento histórico. Soja (2002)²⁴ denomina a configuração recente do tecido urbano por “pós-metrópole” e afirma que esta resulta de uma série de reestruturações causais: descentralização e recentralização geográfica da produção; complexo modelo de desindustrialização fordista e reindustrialização

²⁴ SOJA, E. W. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2002.

pós-fordista; formação urbana mundial ou globalização/localização (SOJA, 2002 apud MOURA, 2004).

Nas palavras de Moura (2004),

Estas três reestruturações, que se reproduzem analogamente nas principais cidades do mundo, exigem que se olhe a metrópole globalmente e trazem como consequência impactos na estrutura socioeconômica, nas relações de classe, na estratificação da renda, na organização do trabalho, do mercado imobiliário, na própria natureza da produção social e do consumo de bens e serviços metropolitanos. (MOURA, 2004, p. 80)

De acordo com Sassen (1991), a cidade global – nos termos da atual fase da economia mundial – seria o produto da compatibilização do espraiamento global das atividades econômicas e da integração econômica, a partir da concentração contínua do controle econômico e da propriedade. Nestes termos, a dispersão territorial da atividade econômica em escala mundial, a partir da globalização, criou novas formas de concentração, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por certas grandes cidades²⁵. A autora afirma que os novos acontecimentos proporcionaram o surgimento de um novo tipo de sistema urbano, que opera em níveis regionais, globais e transnacionais e analisa o impacto da globalização econômica nesse novo contexto. Nesse sistema, as cidades são pontos centrais fundamentais para a coordenação internacional e para a prestação de serviços das empresas.

Em associação ao conceito de cidade global de Sassen (1991), Scott et al (2001) apresentaram o conceito de cidades-regiões globais²⁶. Trata-se de uma escala mais ampla de análise em que os autores afirmam que a reestruturação econômica e a globalização consolidam um tipo de cidade cultural e demograficamente heterogênea que se estabelece de forma policêntrica: são as cidades-regiões que extrapolam os limites territoriais. O papel do Estado, conforme colocam os autores, opera em dois caminhos. Um deles pela fusão com os interesses privados e o outro, num viés institucionalista em que “[...] a governança das cidades-regiões faz

²⁵ “Em outra perspectiva sociológica, elaborada por Castells e Borja (1997), [tem-se que] a cidade global consiste em uma rede de nós urbanos, com distintas funções e distintos níveis hierárquicos, que se estendem por todo o planeta. Assim, ao lado dos centros altamente desenvolvidos e caracterizados por Sassen como cidades globais, encontra-se um vasto território que tem se tornado cada vez mais periférico e excluído desse novo processo econômico globalizado que alimenta o crescimento das grandes economias mundiais.” (CASTELLS; BORJA, 1997 apud SEADE, 2008, grifo não original)

²⁶ Segundo Scott et al (2001) o conceito de cidade-região pode ser considerado como beneficiário da idéia de cidades mundiais de Hall (1966) e Friedman e Wolff (1982) e de cidades globais, ideia de Sassen (1991).

parte de um problema mais amplo de coordenação global contemporânea” (SCOTT et al, 2001, p. 19).

Nessa formulação a questão da governança das cidades-regiões aparece como elemento importante. Pensar conjuntamente para além das fronteiras de um determinado território de maneira articulada pode se traduzir em alternativas para problemas comuns, ainda que por vezes as alternativas se apresentem na forma de guerra fiscal. Os enfrentamentos atrelados ao meio ambiente ou o planejamento do sistema viário e de transportes exemplificam essa formulação.

Em síntese, embora existam divergências de enfoque entre os diversos autores, é possível afirmar que eles têm em comum a idéia de que as recentes mudanças no capitalismo provocadas pela crise, especialmente a partir de 1970, são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano (GOTTDIENER, 1990).

1.5 Considerações sobre o estudo das Aglomerações urbanas

Uma vez que nossa unidade de análise está na rede urbana paulista, mais especificamente nos processos que engendram a formação e consolidação das aglomerações urbanas, cabe destacar alguns dos esforços que têm sido feitos no sentido de compreender o tecido urbano e as funções que suas respectivas partes assumem.

Davidovich e Lima (1975) identificaram aglomerações urbanas que na década de setenta experimentavam crescimento acelerado. Esse estudo tinha por objetivo orientar o planejamento urbano e questões referentes à expansão urbana, uma vez que essas aglomerações poderiam “apresentar problemas econômicos e sociais comuns” (DAVIDOVICH; LIMA, 1975, p. 50). O eixo explicativo colocava-se ante um processo de massivo deslocamento do campo para a cidade, em meio às características que marcam a transição demográfica (queda da mortalidade com posterior queda da fecundidade), como descrevem Martine e Camargo (1984).

Matos (2000) cita alguns estudos que se preocuparam em identificar a rede urbana no Brasil e a sua hierarquia²⁷. O autor assinala que o uso do conceito *aglomeração urbana*, incorporado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é relativamente recente e apesar das imprecisões a que está sujeito “[...] serve para designar outros espaços urbanos, situados em nível sub-metropolitano, que congregam mais de uma cidade, notadamente cidades que começariam a experimentar o processo de conurbação” (MATOS, 2000, p. 2).

As transformações da rede urbana brasileira foram objeto de estudo recente (IPEA/IBGE/IE-UNICAMP, 2001) que classificou cada uma das aglomerações a partir de uma gama de critérios que teve base em indicadores econômicos e demográficos referenciados pelo censo de 1991. A partir dessa classificação estabeleceu-se a hierarquia da rede urbana. Baseado na constituição fragmentada do território, o estudo identificou nas diferentes aglomerações analisadas os seguintes processos: novos padrões de articulação das economias regionais, novos recortes territoriais (reestruturação a partir de eixos de desenvolvimento), novas espacialidades e novos padrões de mobilidade espacial da população.

²⁷ Dentre eles, o que seria a base para os demais DAVIDOVICH, F. e LIMA, O. M. Buarque de. **Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, ano 37, n. 1, jan/mar, 1975., além de, IBGE. **Indicadores Sociais; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100 000 habitantes**. In: MASSENA, R.M. Rosa. (org.). Rio de Janeiro. IBGE. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1988.; IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro. 1992.; e o mais recente, IPEA; NESUR-IE- UNICAMP; IBGE. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Campinas: IE-UNICAMP. 5 v., 1999.

1.5.1 A rede de cidades paulistas

A constituição de uma densa e articulada rede de cidades ao longo do tempo passa, necessariamente, pelas dinâmicas socioeconômicas verificadas no estado de São Paulo. Tal rede pode ser observada de diversas formas. Aqui, privilegiaremos sua construção sob os aspectos histórico-econômicos e pela dinâmica sociodemográfica.

Deste modo, estabelece-se a leitura desta rede de cidades através da diversificação produtiva e da divisão regional do trabalho com a alocação e o fortalecimento de distintos setores em diferentes localidades.

A mudança na composição da PEA entre os três grandes setores de atividade econômica ao longo do tempo exprime tal diversificação e serve como um indicativo do acelerado processo de urbanização. Os dados para o estado de São Paulo entre os anos de 1980 e 1991 atestam uma queda significativa para o setor primário (de 11,4% para 8%) e no secundário (38,4% para 33,6% em 1991). A “[...] generalização de um terciário moderno na rede urbana paulista explica parte deste crescimento da PEA terciária, cujo peso em 1980 era de 50,2%, e em 1991, passou a ser de 58,4%.” (PACHECO et al, 2000, p. 366-67).

Este complexo tecido reserva especificidades quanto à dinâmica populacional que pode ser apreendida pela configuração de cidades que se diferenciam por seu porte populacional ou pela estrutura produtiva. As taxas de crescimento demográfico urbano e a evolução do número de municípios de médio e grande porte são indicativos dessas mudanças ao longo do tempo.

Entre os anos 1980 e 2006 verifica-se que houve ligeiro ganho sobre o total populacional do estado para os municípios pertencentes aos aglomerados urbanos, com destaque para São José dos Campos e Sorocaba. Nas regiões metropolitanas, apesar de sensível queda sobre o total, as RMs da Baixada Santista e de Campinas apresentaram incremento.

Tabela I.1 População total e taxa geométrica de crescimento (% a.a.), Brasil e Estado de São Paulo, 1980-2006

Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Municípios	Nº de Municí- pios (2000)	População Total (1)								Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%)		
		1980		1991		2000		2006		1980/ 1991	1991/ 2000	2000/ 2006
		N ^{os} Absolutos	%	N ^{os} Absolutos	%	N ^{os} Absolutos	%	N ^{os} Absolutos	%			
BRASIL	5.564	119.002.706	100,00	146.436.273	100,00	169.799.378	100,00	186.770.562	100,00	1,90	1,66	1,60
ESTADO DE SÃO PAULO (2)	645	24.953.238	20,97	31.436.273	21,47	36.974.378	21,78	40.484.029	21,68	2,12	1,82	1,52
Regiões Metropolitanas	67	14.777.304	59,22	18.437.098	58,65	21.659.537	58,58	23.630.460	58,37	2,03	1,81	1,46
RM de São Paulo	39	12.549.856	50,29	15.369.305	48,89	17.852.637	48,28	19.355.815	47,81	1,86	1,68	1,36
RM da Baixada Santista	9	957.889	3,84	1.214.980	3,86	1.473.912	3,99	1.653.736	4,08	2,18	2,17	1,94
RM de Campinas	19	1.269.559	5,09	1.852.813	5,89	2.332.988	6,31	2.620.909	6,47	3,50	2,59	1,96
Aglomerações Urbanas	60	3.747.529	15,02	5.155.661	16,40	6.254.447	16,92	6.980.754	17,24	2,94	2,17	1,85
AU de São José dos Campos	6	707.672	2,84	1.002.477	3,19	1.209.640	3,27	1.344.737	3,32	3,22	2,11	1,78
AU de Guaratinguetá	5	191.563	0,77	230.994	0,73	247.672	0,67	265.552	0,66	1,72	0,78	1,17
AU de Sorocaba	11	582.388	2,33	834.448	2,65	1.060.725	2,87	1.218.311	3,01	3,32	2,70	2,34
AU de Jundiaí	6	345.414	1,38	453.917	1,44	561.931	1,52	631.122	1,56	2,51	2,40	1,95
AU de Limeira/ Rio Claro	6	387.874	1,55	523.436	1,67	634.235	1,72	704.550	1,74	2,76	2,16	1,77
AU de Mogi Guaçu/ Moji Mirim	4	171.349	0,69	227.752	0,72	277.418	0,75	309.459	0,76	2,62	2,22	1,84
AU de Ribeirão Preto	8	422.792	1,69	591.337	1,88	709.197	1,92	782.483	1,93	3,10	2,04	1,65
AU de Bauru	4	270.929	1,09	368.917	1,17	439.455	1,19	483.662	1,19	2,85	1,96	1,61
AU de São José do Rio Preto	3	218.376	0,88	326.407	1,04	417.413	1,13	474.539	1,17	3,72	2,77	2,16
AU de Araçatuba	2	179.447	0,72	233.708	0,74	263.185	0,71	283.866	0,70	2,43	1,33	1,27
AU de Araraquara/ São Carlos	5	269.725	1,08	362.268	1,15	433.576	1,17	482.473	1,19	2,72	2,02	1,80
Municípios não pertencentes a RMs ou AUs	518	5.968.166	23,92	7.396.420	23,53	8.486.968	22,95	9.872.815	24,39	1,97	1,54	1,48
Mais de 250 mil habitantes	2	361.305	1,45	513.826	1,63	615.804	1,67	687.565	1,70	3,25	2,03	1,85
Mais de 100 mil a 250 mil	9	765.853	3,07	996.003	3,17	1.176.596	3,18	1.307.060	3,23	2,42	1,87	1,77
Mais de 50 mil a 100 mil habitantes	27	1.224.250	4,91	1.580.441	5,03	1.838.239	4,97	2.025.378	5,00	2,35	1,69	1,63
Mais de 20 mil a 50 mil habitantes	86	1.837.830	7,37	2.282.281	7,26	2.603.525	7,04	2.817.672	6,96	1,99	1,47	1,33
Mais de 10 mil até 20 mil habitantes	105	1.163.589	4,66	1.341.724	4,27	1.464.783	3,96	1.580.115	3,90	1,30	0,98	1,27
Mais de 5 mil a 10 mil habitantes	111	615.339	2,47	682.145	2,17	788.021	2,13	849.327	2,10	0,94	1,62	1,26
Até 5 mil habitantes	178	460.239	1,84	447.094	1,42	573.426	1,55	605.698	1,50	-0,26	2,80	0,92

Fonte: IBGE; Fundação Seade.

(1) Para o Brasil foi adotada a população divulgada pelo IBGE; para São Paulo a divulgada pela Fundação Seade.

(2) Na distribuição da população paulista segundo a rede urbana foi considerado o Total da População do Estado = 100.

Estes dados expressam, por um lado a estrutura e interação entre distintos centros urbanos e por outro um modelo de concentração populacional nos principais pontos desta rede. A tabela anterior mostra que o conjunto das metrópoles e aglomerações paulistas compreende 127 municípios, que reúnem 75,6% da população estadual.

Outro fato a destacar é que São Paulo apresentava, em 2006 394 municípios com população abaixo de 20 mil habitantes que, em conjunto, abrigavam 7,5% da população estadual.

Para o caso de São Paulo a estruturação da rede urbana tem como uma de suas expressões as interligações do sistema viário, isto é, a expansão territorial amparada por um amplo sistema de transportes. Nesse sentido, pensar primeiro no sistema ferroviário e em seguida no rodoviário é extremamente importante²⁸. A implantação e expansão do transporte sobre trilhos dariam maior impulso e velocidade para a vazão da produção do café desde meados do século XIX. A abertura de rodovias aconteceria de forma mais acelerada em meados da década de 1950 durante a implementação do Plano de Metas e nos desdobramentos deste.

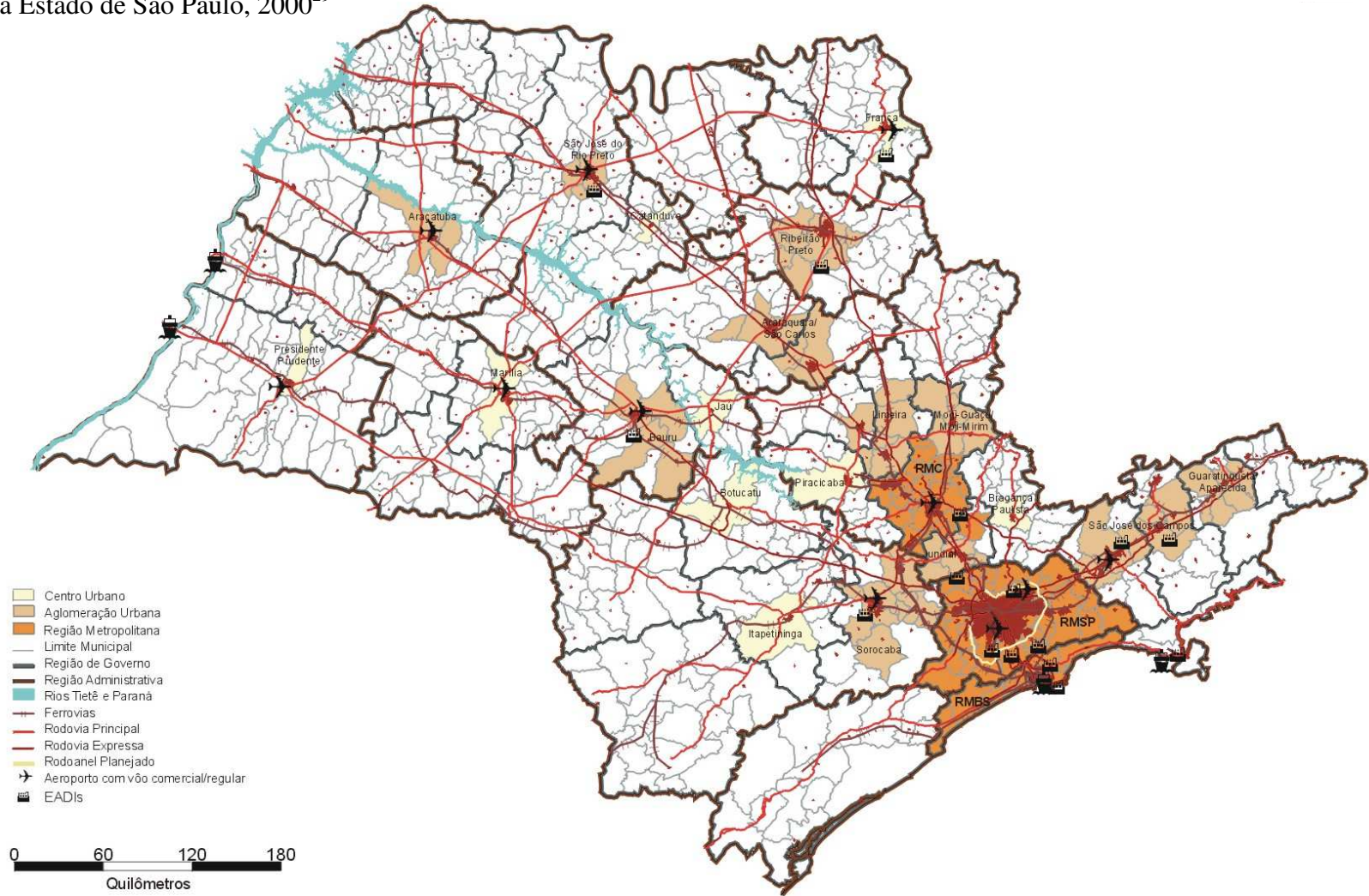
Ao discorrer sobre esse processo poder-se-ia reconstruir a estruturação dos pólos paulistas em função da implantação da malha rodoviária que liga cada uma das regiões à capital. Assim, tendo como centro desta complexa rede a região metropolitana de São Paulo, a rede rodoviária contaria com: o sistema Anchieta-Imigrantes em direção à região metropolitana da Baixada Santista; o sistema Dutra-Carvalho Pinto em direção a São José dos Campos e também ao Rio de Janeiro; as rodovias Anhanguera e Bandeirantes que ligam São Paulo à região metropolitana de Campinas e a Ribeirão Preto; as rodovias Raposo Tavares e Castelo Branco em direção a Sorocaba. Cabe destacar também as rodovias Washington Luis, que segue até São José do Rio Preto e Marechal Rondon que cobre o “Oeste Paulista”, além das rodovias Régis Bittencourt, que vai para o sul do país, e Fernão Dias, sentido Minas Gerais.

O Mapa 1, abaixo, ilustra a rede urbana paulista e os principais eixos viários destacados acima.

²⁸ Ribeiro (2006) faz uma discussão interessante onde a formação e transformação cotidiana (os aspectos políticos, econômicos e sociais) de um bairro na cidade de Sorocaba perpassam dois momentos distintos: a ferrovia e a rodovia.

Mapa I.1

Rede Urbana Estado de São Paulo, 2000²⁹



Fonte: Fundação Seade/Geind.

²⁹ In: SEADE (2008, p. 19)

Em termos de infra-estrutura de transporte, vale mencionar, em linhas gerais a ampliação da oferta aeroviária – com destaque para o aeroporto de Viracopos, em Campinas – as ligações da hidrovia Tietê-Paraná, além do porto de Santos. No que tange à diversificação das atividades produtivas (e também acerca da mobilidade espacial da população), pode-se inferir sobre a existência de novas articulações regionais. Isto é, de trocas intra-estaduais, inter-estaduais e também com o exterior.

Interessa agora apresentar como a concentração espacial das atividades produtivas, observadas pelos eixos de desenvolvimento, ora citados, se relacionam com a redistribuição da população em São Paulo.

CAPÍTULO 2

DINÂMICA POPULACIONAL E URBANA NA REGIÃO DE SOROCABA NO CONTEXTO DA CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Esse capítulo analisa as bases de formação da Aglomeração Urbana de Sorocaba com enfoque nos processos de urbanização e de industrialização regionais. Assim, o objetivo é levantar elementos para apreender a especificidade desta região no contexto da estruturação da rede urbana paulista, sob uma perspectiva histórica.

Procurou-se articular a formação e expansão do núcleo urbano do município de Sorocaba e seu entorno às alterações da estrutura econômica local e estadual. É importante salientar que o recorte espacial tratado neste trabalho – aglomeração urbana de Sorocaba – apresenta diferentes contornos no decorrer do século XX. Isso se deve ao desencadeamento de disputas políticas que culminaram em processos de desmembramentos municipais. No início do texto procurou-se avisar ao leitor sobre o uso de diferentes agrupamentos territoriais bem como a sua relação com o nosso objeto.

A consolidação da região de Sorocaba como um dos pólos de atração econômica e populacional no estado de São Paulo será colocada em dois momentos distintos. O primeiro compreende o final do século XIX até meados do século XX e acompanha o processo de concentração econômica no território paulista com as atividades no interior sendo complementares à da capital. É neste período de estreitamento e consolidação do núcleo urbano de Sorocaba, com destaque para as melhorias na infra-estrutura urbana, que se verifica a mudança na base de acumulação de capital: de comercial para industrial.

O segundo período deve captar as particularidades da região de Sorocaba no contexto da desconcentração produtiva paulista entre as décadas de 1970-1990. Trataremos dos programas elaborados pelos governos federal e estadual – os incentivos e investimentos – em que destacam-se sobremaneira as melhorias no sistema de transportes pela abertura e ampliação das rodovias.

Uma vez estabelecidas as bases econômico-produtivas e as relações sociais resultantes deste processo, discutiremos como a região de Sorocaba, privilegiando os municípios da aglomeração urbana, participa do intenso processo de redistribuição espacial da população no estado de São Paulo. A emergência de certas modalidades do fenômeno migratório, como os

deslocamentos de tipo urbano-urbano de curtas distâncias e de outros movimentos populacionais como a pendularidade, compõem o quadro de mudanças relacionado a este componente do crescimento demográfico.

A análise da ocupação do espaço urbano na AU de Sorocaba nos moldes que se pretende neste trabalho deve subsidiar a leitura sobre as relações socioespaciais dadas historicamente. Este esforço constitui-se como o ponto de partida para discutir e analisar o processo mais amplo de estruturação do espaço urbano orientado pelo deslocamento de pessoas (VILLAÇA, 2001). Avançando na análise, cabe discutir como se dá a ocupação do espaço no território pelos diferentes grupos sociais: se pela escolha ou falta dela³⁰.

Tendo em vista que o interior do estado de São Paulo apresenta-se como um espaço amplo, diversificado e complexo, as perguntas que se colocam são: qual é a especificidade da AU de Sorocaba na constituição da rede urbana paulista? Qual a relação entre a sua estrutura e a dinâmica que se estabelece no espaço intra e inter-regional?

³⁰ Retomaremos essa discussão em outro momento, mas refere-se, em linhas gerais, a distintos processos socioespaciais, ao que citamos dois: periferização e sub-urbanização.

2.1 Regionalização e desmembramentos administrativos: o uso de distintos recortes espaciais

Antes de analisarmos o processo histórico de concentração econômica e populacional em Sorocaba é importante apresentar o uso dos termos e referências que faremos quanto à regionalização daquele espaço.

A literatura referente à dinâmica regional e urbana no estado de São Paulo só recentemente começou a adotar o termo Aglomeração Urbana. Os textos mais tradicionais se utilizam de outros recortes territoriais e em geral não disponibilizam os dados desagregados por município. Dessa forma, para dialogar com outros estudos e pesquisas, parte dessa discussão deve reportar-se a estruturas territoriais diferentes da escolhida para a verificação da hipótese de pesquisa.

No decorrer do texto o leitor deve se deparar com pelo menos três recortes espaciais distintos: Região Administrativa (RA), Região de Governo (RG) e Sub-região de Sorocaba. Trata-se de divisões administrativas criadas com vistas a descentralizar e orientar o planejamento e as ações do governo estadual. Antes da década de 1980 a RA de Sorocaba era dividida em sete (7) Sub-regiões: Avaré, Botucatu, Capão Bonito, Itapeva, Itapetininga, Sorocaba e Tatuí. O termo sub-região deve ser usado quando nos reportarmos ao processo de concentração econômica e populacional, no item 2.3.

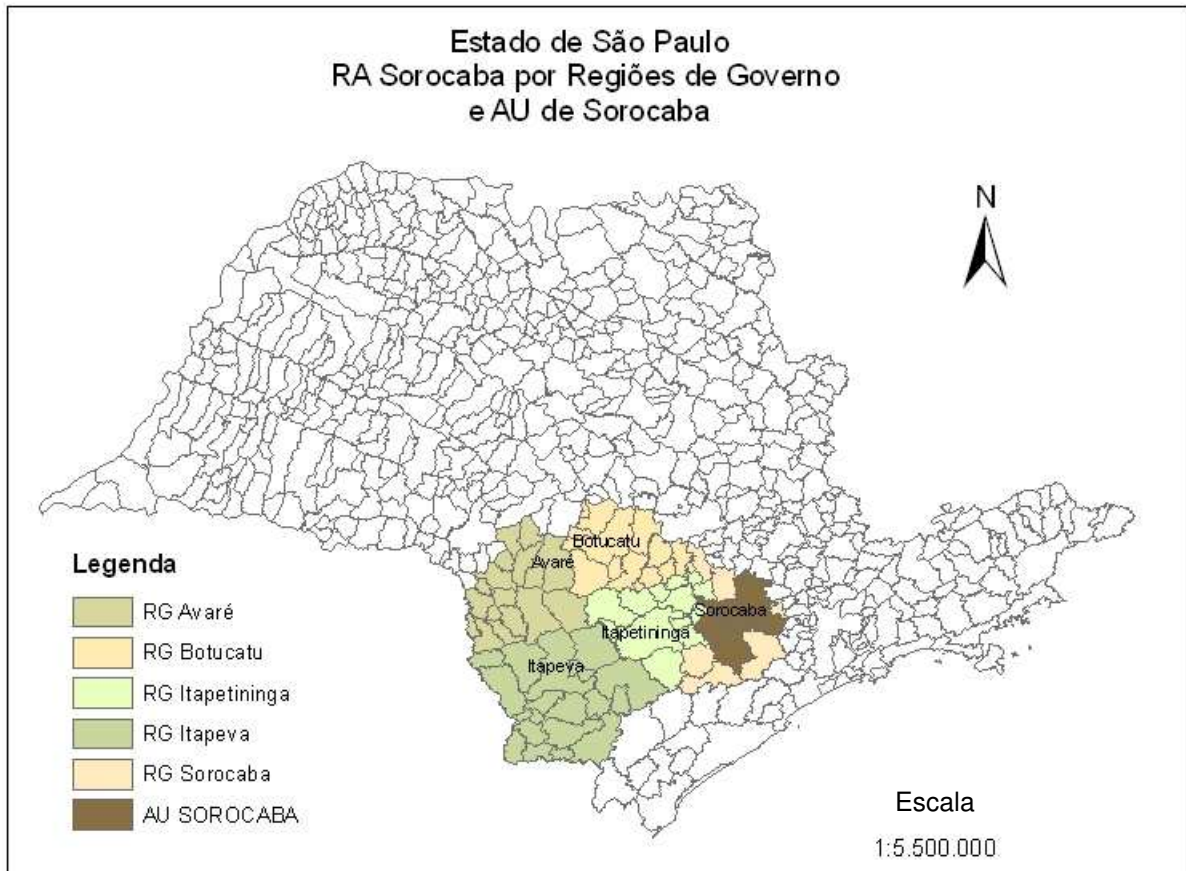
As Regiões de Governo³¹ (RGs) expressam a revisão mais recente da divisão administrativa no estado. Atualmente a RA de Sorocaba³² está dividida em 5 RGs: Avaré, Botucatu, Itapetininga, Itapeva e Sorocaba, o que indica, apesar das divisões territoriais, uma distribuição semelhante à adotada anteriormente (ver ANEXO 1 e 2). A referência a esta divisão político-administrativa será feita no item 2.5.2.

O Mapa II.1 mostra a localização da RA de Sorocaba no estado e a sua divisão territorial com destaque para a sede de cada uma das Regiões de Governo e à porção alusiva a Aglomeração Urbana.

³¹ Decreto n. 22.592, de 22 de agosto de 1984. O decreto n. 26.581, de 5 de janeiro de 1987 compatibilizou as RAs e RGs e o decreto n. 32.141 de 14 de agosto de 1990 alterou e incluiu mais três RAs.

³² De acordo com os dados da Fundação SEADE, a RA de Sorocaba é a que possui a área mais extensa: são 40.880,30 km² no total e está dividida da seguinte maneira: RG de Avaré 8.110,02 km², RG de Botucatu 6.394,44 km², RG de Itapetininga 6.480,9 km², RG de Itapeva 12.784,67 km² e RG de Sorocaba 7.110,26 km². (www.seade.gov.sp.br)

MAPA II.1



Fonte: Elaborado a partir da malha digital municipal, Censo 2000.

É importante destacar que a referência aos recortes territoriais listados acima permite a manutenção de uma área relativamente semelhante à dos dias atuais para a análise. Por outro lado, nos exime da difícil tarefa de dividir ou agrupar municípios originados a partir de desmembramentos municipais ao longo do tempo. Sobre esse aspecto, cabe informar que a partir de Sorocaba foram criados os municípios de Salto de Pirapora (1953) e Votorantim (1964); Mairinque (1959) desmembrou-se de São Roque e Alumínio (1991) emancipou-se de Mairinque. O único município que não compunha o atual recorte da AU de Sorocaba é Iperó, que foi desmembrado de Boituva no ano de 1964³³.

Entendemos que a referência a distintos recortes territoriais não compromete a análise pretendida neste trabalho. Pelo contrário, contribui para entendermos o processo de consolidação

³³ Para uma análise detalhada sobre a criação de municípios na RA de Sorocaba ver MOTA JUNIOR, V. D. **Atores, estratégias e motivações na criação de municípios paulistas nos períodos democráticos pós-1946**: Um estudo na Região Administrativa de Sorocaba. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), IFCH-UNICAMP, Campinas-SP, 2006.

do pólo de Sorocaba e as suas particularidades no cenário estadual e evidencia a centralidade do município-sede e seu entorno, principalmente quando comparado com as demais divisões espaciais (RA e RG), conforme mostraremos no decorrer deste trabalho.

2.2 Breve histórico de Sorocaba e sua região

A AU de Sorocaba reserva em sua história processos que a diferenciam de outros importantes centros do interior paulista no que diz respeito à sua constituição e desenvolvimento. Caracterizá-la historicamente significa apreender a especificidade dos processos que a engendram a partir dos deslocamentos que estruturaram e organizaram o tipo de ocupação do espaço urbano.

Romero Neto³⁴ (2006) afirma que o povoamento de Sorocaba e seu entorno se inicia ainda que de forma precária no final do século XVI em função da busca de minério de ferro e outros metais na região onde hoje se encontram os municípios de Araçoiaba da Serra e Iperó. A expansão do processo de ocupação dar-se-ia em meados do século XVII, quando se intensifica o movimento Bandeirante paulista com adensamento do território pela fundação de vilas e apresamento indígena.

O autor assinala ainda que a convergência de alguns fatores possibilitou a expansão da cidade a partir do comércio de animais. Dentre eles: os caminhos já existentes que ligavam Sorocaba ao sul do país (onde eram criados os animais); a localização da cidade (próxima à capital paulista); a instalação do Registro de Animais (uma espécie de pedágio colocado pela Coroa Portuguesa) sobre a ponte do rio Sorocaba (ROMERO NETO, 2006).

Cabe destacar que esse ciclo – tropeirismo – teve importante relação com a busca por metais preciosos em Minas Gerais. O encadeamento desses fatores explica o advento das feiras anuais de muare que ocorreram de forma mais intensa entre as décadas de 1770 e 1870 e deram base para o surgimento de outras atividades ligadas ao comércio de animais à medida que expandia o seu núcleo urbano. A afirmação de Silva (1995) demonstra a relação apresentada acima:

[...] o português Manoel José da Fonseca, que possuía a melhor loja da cidade na rua Barão do Rio Branco, a Loja do Sol, acumulou capital suficiente para fundar em 1881 a primeira indústria têxtil com sucesso na cidade. Esses comerciantes conseguiram acumular capital considerável para a época, possibilitando para os mesmos emprestar dinheiro a terceiros, o que tornava mais rendoso seus negócios. (SILVA, 1995 apud STRAFORINI, 2001, p. 111)

³⁴ O autor sintetiza os desdobramentos históricos que marcam e consolidam a cidade de Sorocaba como um importante pólo no estado de São Paulo. Dentre os autores com os quais dialoga, cabe citar dois: BADDINI, M. C. **Sorocaba no Império**. Comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume. FAPESP, 2002; STRAFORINI, R. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

A partir da segunda metade do século XIX acompanha-se uma série de eventos que implicariam em mudanças na dinâmica desta região. Além das atividades comerciais e dos serviços que atenderiam à demanda da feira, a introdução do cultivo de algodão, a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) e posterior instalação das indústrias têxteis determinariam as transformações na estrutura da cidade e também na região.

Nestes termos, é importante ressaltar que a gradual diminuição das atividades ligadas às feiras de muares na cidade de Sorocaba, em meados do século XIX foi concomitante ao início do plantio de algodão. Cabe dizer que o cultivo do produto na região esteve associado à Guerra da Secessão nos Estados Unidos, naquele momento, principal fornecedor do produto à Inglaterra. A partir de 1865 “[...] O capital regional de maior vulto passou a ser acumulado através do beneficiamento, enfardamento, transporte e intermédio das negociações para a exportação do produto.” (SONODA, 2006, p. 11).

O início dessa atividade, atrelada às exportações, constitui-se num dos determinantes para a construção da via férrea (1875) que deveria ligar Sorocaba a São Paulo e também ao Porto de Santos. O uso do transporte sobre trilhos evidencia a paulatina substituição do luar ali comercializado e a nova fase de acumulação de capital, além de marcar a abertura de novas cidades ao longo da ferrovia.

2.3 A região de Sorocaba no contexto da concentração econômica e urbana em São Paulo

Cano (1998a) demonstra que a concentração industrial em São Paulo dar-se-ia em função da base de acumulação capitalista advinda do complexo cafeeiro: o capital reinvestido na produção industrial. Nesta complexa relação desenvolvida entre os séculos XIX e XX se assentava a expansão urbana paulista com o surgimento e consolidação de cidades que viriam posteriormente a sediar os pólos regionais do estado. Gonçalves (1998) coloca a questão nos seguintes termos:

No capitalismo mercantil cafeeiro estabeleceu-se uma relativa hierarquia entre as cidades, despontando certos centros regionais para os quais eram canalizados os fluxos mercantis, mas não a subordinação de regiões umas às outras. Foram centros mercantis assim formados – Campinas, Sorocaba e outros – os que reuniram condições mais propícias para o surgimento da indústria interiorizada paulista. (GONÇALVES, 1998, p. 295)

A autora assevera a importância do *urbano* para se pensar o desenvolvimento industrial, “[...] o processo de desenvolvimento urbano constitui e desenvolve a base social e material que viabiliza um certo estágio do desenvolvimento econômico [...]” (GONÇALVES, 1998, p. 7). São essas bases que caracterizam o percurso histórico e exprime a diversidade e complexidade do território paulista e o diferencia das demais regiões brasileiras.

É necessário ressaltar que a região de Sorocaba, ao contrário de regiões como Campinas e Ribeirão Preto, não se inseriu de forma direta na dinâmica engendrada pelo complexo cafeeiro devido à composição do solo³⁵. No entanto, Negri et al (1988) apontam para o fato de que a dinâmica de reprodução da economia cafeeira exigia um segmento urbano, e acrescentam que dos desdobramentos da economia cafeeira resultaram dois efeitos urbanos, a agricultura mercantil diversificada e a *indústria*,

Esta última, por requerer um excedente pronto para ser investido e uma força de trabalho pronta para ser mobilizada, implantou-se ou na Capital e suas cercanias, ou junto aos

³⁵ “As peculiaridades geológicas e topográficas da região impuseram estreitos limites à ocupação de seu campo. Abrigando em seu território duas serras (a de Paranapiacaba ao S/SO e a de Botucatu a NO), [...]. O Solo, excetuadas algumas manchas de terras férteis, é de composição granítica, predominantemente formado por grés e xistos propícios, respectivamente, para o uso em construções de alvenaria e para a produção de artefatos de argila.” (ZIMMERMANN, 1992, p. 147)

centros urbanos maiores do interior, onde se concentravam esses recursos. As disponibilidades energéticas desempenharam um papel na distribuição espacial da indústria, assim como, também a necessidade ou não de proximidade da fonte de produção das matérias-primas. (NEGRI et al, 1988, p. 14)

A ampliação do sistema viário e da capacidade energética, o aprimoramento do sistema financeiro, a abertura de lojas e escritórios em diversos segmentos, assim como a produção de bens de consumo não duráveis compõem parte dessa estrutura que atenderia ao complexo da produção e exportação do café.

Em São Paulo, apesar de a concentração das atividades econômicas na capital e, num segundo momento, no seu entorno – mais tarde região metropolitana –, verifica-se uma ampla rede de cidades articuladas e complementares à capital. É este o quadro que mostra já na década de 1930 a concentração de 37,1% do valor da produção industrial nacional no estado de São Paulo; cifras que chegariam a quase 56% ao final dos anos 1950 (CANO, 1997).

Se observado pelo par capital-interior, desde o início do século XX, o interior participa com quase 30% do montante estadual. Esse número oscila durante o século XX, mas subsidia a questão que Negri (1996) coloca quando discute o processo de concentração e desconcentração industrial paulista: certas regiões do interior foram consolidadas enquanto pólos regionais ao longo do tempo; não se trata da “criação” de localidades que passam a receber incentivos num determinado momento, não obstante, as políticas de desenvolvimento de cunho federal, estadual e municipal têm um impacto considerável nesse processo.

Acompanha-se, deste modo, a expansão da infra-estrutura urbana de Sorocaba no início do século XX a partir do adensamento das áreas centrais e a criação de novos bairros que se dava, sobremaneira, às margens do rio em direção a Votorantim, à época distrito do município-sede (PUPPO; CAIADO, 1992). Percebia-se, neste momento outros dois vetores de crescimento urbano. O primeiro, denominado Além Linha, acontecia do centro em direção ao norte e concentrava grande parte das vilas operárias que se formaram pelo conjunto de fábricas têxteis instaladas e oficinas que faziam o atendimento à EFS. O segundo vetor, chamado de Além Ponte seguia para leste e fazia a ligação de Sorocaba com São Paulo.

Sonoda (2006) também assinala algumas mudanças ocorridas em meio à expansão do conjunto industrial no município, como “a construção da represa; a ligação ferroviária da Votorantim [fábrica de tecidos] à EFS; as vilas operárias; a abertura de novas ruas, olarias, fábrica de cal; extração; o beneficiamento de pedras como a mármore e o calcário (origem do

Grupo Votorantim) [...]” (SONODA, 2006, p. 13). É nesse cenário que surgiria a chamada “Manchester Paulista³⁶” no início do século XX. Zimmermann (1992) descreve a composição e distribuição das fábricas na região de Sorocaba:

[...] o setor têxtil, em dezenove grandes fábricas, empregava 82% da mão-de-obra operária da região, 22% do Estado. No município-sede estavam instaladas a Votorantim (maior fiação e tecelagem do Estado), a Companhia Nacional de Estamparias (duas unidades), a Santa Rosália, Nossa Senhora da Ponte e Santa Maria. Das tecelagens de grande porte, Salto e Itu abrigavam três cada uma, Tatuí outras duas, Tietê e Porto Feliz outras duas. (ZIMMERMANN, 1992, p. 148)

Até o final da década de 1920, a região teria a maior concentração de trabalhadores na indústria de transformação do interior do estado de São Paulo e também a maior cifra em termos de valor da produção. Em 1928, Sorocaba e Campinas “[...] empregavam respectivamente 12,6% e 8,5% dos trabalhadores industriais do Estado, respondendo juntas a quase três quartos dos operários do interior.” (NEGRI et al, 1988, p. 13)

A indústria nesta região perderia participação relativa sobre o total estadual a partir da década de 1930 e durante a fase de industrialização restringida, entre 1930 e 1955, devido à limitação técnica e financeira para a implementação do processo de acumulação, voltando a se destacar somente na década de 1970 na fase de industrialização pesada. No entanto, é importante atentarmos para algumas especificidades desse processo. Uma delas versa sobre a formação e consolidação da rede urbana paulista em que “[...] o processo de urbanização, tal como ocorreu no estado de São Paulo, organizou no território uma base social e material inteiramente articulada, que propiciou as condições gerais necessárias para a estruturação do modo de produção capitalista [...]”. (GONÇALVES, 1998, p. 32) A segunda pode ser apreendida na divisão entre capital e interior que, pelas trajetórias históricas já ressaltadas, apresenta dinâmica diferenciada para o conjunto de pelo menos cinco regiões: Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral. Estariam aí assentadas as raízes da concentração industrial no estado de São Paulo e consequente expansão urbana.

Não é objeto deste trabalho analisar a dinâmica particular de cada uma das regiões do interior paulista³⁷. Não obstante, a verificação de diferenças históricas que marcam a estruturação

³⁶ Alusão feita à cidade inglesa que contava com grande concentração de atividades industriais.

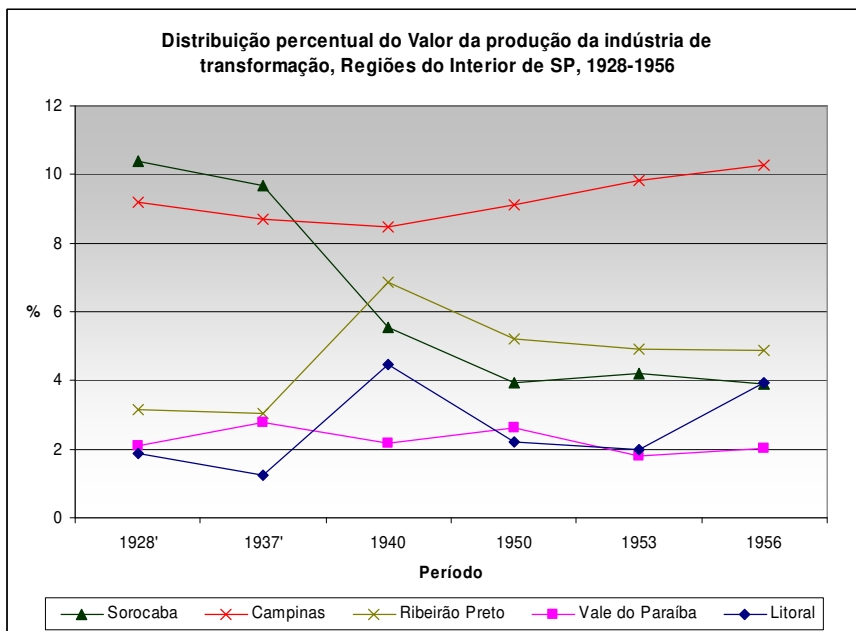
de cada um desses espaços pode auxiliar na compreensão desta complexa rede e, em particular, nas especificidades de Sorocaba.

Assim, é impossível pensar nas perdas relativas sobre o pessoal ocupado ou em valor da produção na indústria sem explicitar ao menos dois fatores no contexto da crise de 1929: i) o redirecionamento dos investimentos destinados ao café para o algodão no “Oeste Paulista” com impacto negativo direto na produção da região de Sorocaba; ii) a diversificação na produção de alimentos e atividades industriais em Campinas e Ribeirão Preto que se destacam tanto devido ao capital acumulado quanto pela melhor infra-estrutura urbana estabelecida em função do café. Deste modo, “Essas três regiões [Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral], em que a indústria não tinha o suporte de um desenvolvimento agrícola importante, mantiveram-se, assim, desenvolvendo condições para agregar-se à nova expansão industrial que ocorreria a partir da industrialização pesada [...]”. (NEGRI et al, 1988, p.56)

O que se percebe nesse momento é a formação de uma sociedade urbano-industrial em que a região de Sorocaba, por estar contemplada marginalmente pela expansão cafeeira absorve em ritmo mais lento as melhoras das bases energéticas, rodoviária e urbana. No período 1930-56 registrou crescimento econômico, mas abaixo da média estadual e, por consequência a perda de participação na indústria de transformação interiorana. (ZIMMERMANN, 1992, p. 150)

³⁷ Sobre as especificidades regionais, consultar, dentre outros trabalhos, a Coleção São Paulo no limiar do século XXI (SEADE, 1992, 8 v.), Coleção economia paulista (SEADE, 1988, 2 v.), Coleção Textos NEPO (n. 22, 23, 24, 26, 28, 30 e 31), Patarra et al (1997).

GRÁFICO II.1



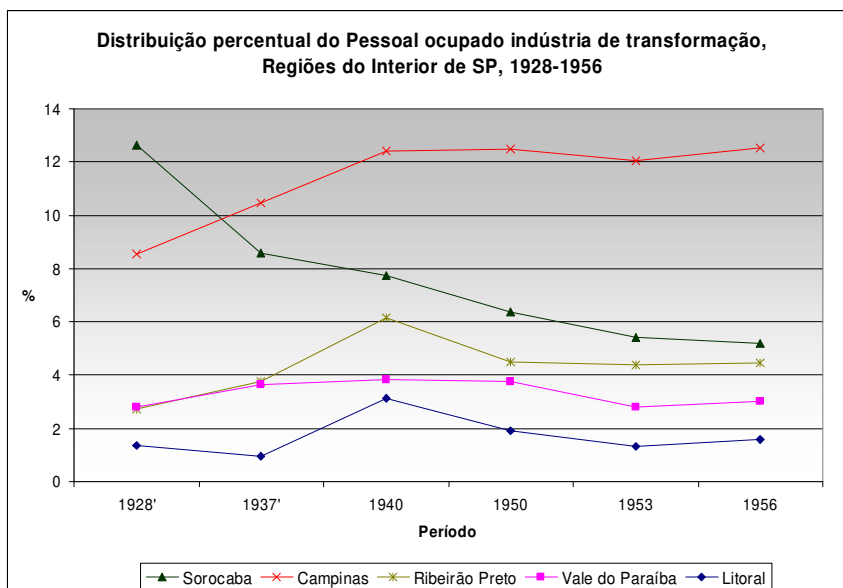
Fonte: IBGE. Censo Industrial 1940 e 1950, e Pesquisa Industrial de São Paulo 1953 e 1956. Secretaria da agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo/ Diretoria de Estatística Industrial do Estado de São Paulo. **Estatística industrial de São Paulo 1928 e 1937.** 'Para esses anos considerou-se o valor de capital aplicado. Elaborado a partir de Negri, (1988, p. 125).

O Gráfico II.1 ilustra a rápida queda de Sorocaba entre 1937 e 1940, quando perderia posição para Campinas e Ribeirão Preto. Com perdas graduais ao longo do tempo, chegaria ao ano de 1956 atrás também do Litoral. Para tanto, deve-se considerar a baixa diversificação do parque fabril regional que agrega menor valor à produção associado à crescente de Campinas e principalmente ao maior dinamismo da Grande São Paulo que, de 64% do total do valor da produção industrial estadual em 1940, passa para 71% em 1960. Para complementar a explicação, Cano (1988b) afirma que a expansão das demais regiões estaria associada ao uso da estrutura produtiva ociosa das décadas anteriores.

O crescimento tímido da região de Sorocaba esteve relacionado, sobretudo, à ampliação da exploração de minerais não-metálicos, atividades ligadas à montagem e manutenção nas oficinas que atendiam às estradas de ferro e também à produção do setor têxtil, que apesar do arrefecimento na participação estadual, ao final da década de 1950 concentrava parte significativa do operariado da região. Apesar das perdas já apresentadas, a região de Sorocaba continua com expressivo contingente de operários na indústria de transformação do interior (Gráfico II.2). Cabe

ressaltar que estes trabalhadores estariam concentrados na sub-região de Sorocaba (CANO, 1988b).

GRÁFICO II.2



Fonte: IBGE. Censo industrial 1940 e 1950, e Pesquisa Industrial de São Paulo 1953 e 1956. Secretaria da agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo/ Diretoria de Estatística Industrial do Estado de São Paulo. Estatística industrial de São Paulo 1928 e 1937, 'Para esses anos considerou-se o número de operários. Elaborado a partir de Negri, (1988, p. 118).

À exceção da troca de posição entre Sorocaba e Campinas, os dados apresentados acima mostram que há pouca variação na distribuição relativa do pessoal ocupado na indústria durante o período analisado.

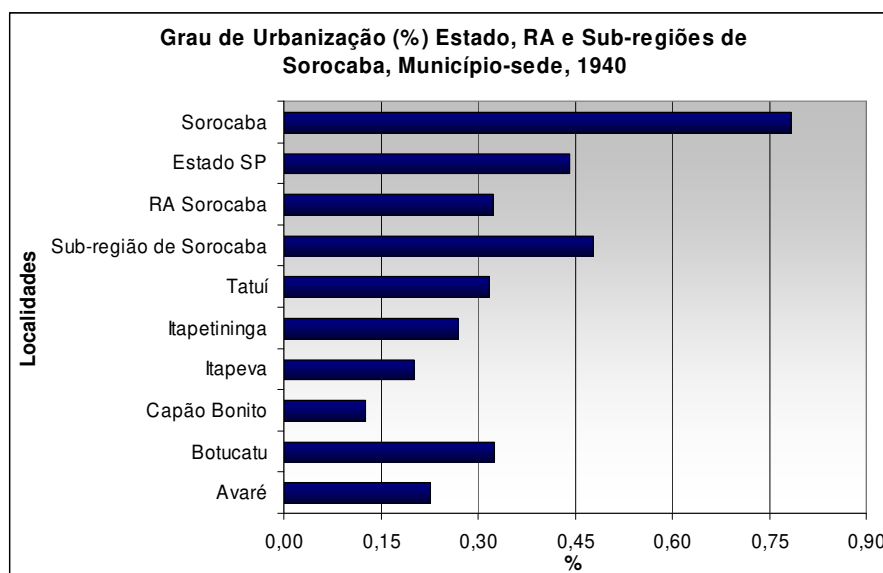
A maior velocidade e dinâmica de ocupação do espaço urbano estão diretamente ligadas ao processo de industrialização. A periodização feita até aqui nos permite apontar os primeiros traços da divisão regional do trabalho e Sorocaba como um dos pólos econômicos de São Paulo. Tal esforço se justifica para indicar o tipo de ocupação do espaço urbano observado historicamente e sob que condições dar-se-iam as relações sociais aí estabelecidas.

Estas se apresentam, em grande medida, a partir da divisão social do trabalho que, na região em questão, estava colocada pelas atividades fabris. Cabe afirmar mais uma vez que a formação da aglomeração urbana de Sorocaba e expansão do seu núcleo central tiveram relação íntima com o comércio de animais e a acumulação de capital a partir desta. Tem, por isso, uma estrutura diferente daquela pautada pelo café. Os dados disponíveis para o período sobre a

composição da população e sua distribuição no espaço nos permitem afirmar que a maior parte das atividades se concentrou nos arredores do município de Sorocaba.

Ainda que a análise da dinâmica territorial e das alterações no recorte administrativo dessa região não se apresente como objetivo deste trabalho, percebe-se que as demais sub-regiões³⁸ tiveram desdobramentos diferenciados daqueles observados para a sede ao longo do tempo. Ressalta-se a diferença quanto à inserção econômica – que concentra-se principalmente no setor primário com alguma atividade industrial significativa na região de Itapetininga –, e a dinâmica populacional: maior percentual da população no meio rural, menores taxas de crescimento populacional e baixa atração populacional, quando não evasão. A distância com relação à sede e a precariedade do sistema viário até o final da década de 1960 são elementos que justificam a situação e, conseqüente baixa integração destas áreas. O gráfico abaixo elucida a afirmação.

Gráfico II.3



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de São Paulo 1940. Elaborado a partir de SEADE (1980, p. 118-120).

O Gráfico II.3 mostra as taxas de urbanização para cada uma dessas localidades e ilustra a relação exposta anteriormente. Isto é, as baixas taxas das demais sub-regiões de Sorocaba fazem com que a região administrativa apresente um baixo percentual de urbanização – em torno de 30% – ficando abaixo do valor encontrado para o total do estado. A afirmação ganha corpo se

³⁸ Vale lembrar que o termo sub-região mostra a divisão administrativa estadual antes da década de 1980 sendo que a RA de Sorocaba era composta por sete sub-regiões: Avaré, Botucatu, Capão Bonito, Itapetininga, Itapeva, Sorocaba e Tatuí.

observado apenas a sub-região de Sorocaba em que os municípios de Itu, Salto e Sorocaba contribuem para o incremento da taxa que é de quase 50%. São essas localidades que detêm a maior parcela do parque fabril regional e, por isso, imprimem outro ritmo e dinâmica social estabelecidos pelas relações de trabalho e consumo.

Nisso, destaca-se sobremaneira o município-sede que já na década de 1940 apresentava uma taxa de urbanização de 78%. Há, contudo, que se fazer uma ressalva quanto ao uso e imprecisão a que se pode incorrer ao utilizar tal medida: como especificar as diferenças entre rural e urbano?³⁹ Apesar de não se colocar como objeto deste trabalho, salientamos que essa discussão pode ser encontrada em parte da bibliografia com a qual dialogamos⁴⁰. Para essa discussão interessa saber que a variável em questão (taxa de urbanização) deve servir como um indicativo, um parâmetro que acompanha outras evidências e, portanto aplica-se aqui.

Ribeiro (2006) analisa a formação do bairro do Barcelona no município de Sorocaba em dois momentos distintos. Um deles trata da implantação de um entroncamento da EFS com extensão de 8 km no vetor centro-sul, no ano de 1893, que iria do centro da cidade até a fábrica de tecidos Votorantim. O segundo momento relaciona o bairro à construção da rodovia Raposo Tavares na década de 1950.

O autor descreve a relação dos trilhos com a ocupação do bairro: “[...] posto em circulação não apenas para o tráfego de produtos, mas também de pessoas que usavam a linha para se locomover, usando as paradas conforme a população ia aumentando, são elas: Vila Assis, Barcelona, Parada do Alto, Ângelo Vial, entre outras no [atual] município de Votorantim, Votocel e Xisto.” (RIBEIRO, 2006, p. 50), e aponta para a mudança na velocidade do cotidiano das pessoas a partir da transição no sistema de transporte: é o deslocamento de pessoas e produtos ao longo da ferrovia que marca, também, a reorganização produtiva e os espaços daquela localidade.

O bairro em tela estava localizado entre duas fábricas de tecidos – Votorantim e Santa Maria. Área que concentrava parte das vilas operárias. É para essa dinâmica urbana que chamamos atenção e que Santos (1950) ressalta: “O ciclo industrial com a introdução do operário criou novas condições de vida para sua sociedade. Com o aumento progressivo do operariado

³⁹ É importante lembrar que a definição do Perímetro Urbano municipal é de responsabilidade de cada município que, assim, define a área urbana e rural dos seus limites, o IBGE apenas se utiliza desta informação.

⁴⁰ Alguns apontamentos sobre a distinção e delimitação do conceito, bem como as dificuldades nos usos dos termos podem ser encontrados em Cunha (2005), Caiado e Santos (2003), Martine e Camargo (1984).

estendeu-se a área urbanizada ao mesmo tempo que adquiria a cidade aspecto de centro industrial.” (SANTOS, 1950, p. 69 apud SILVA, 1995, p. 90). As relações sociais se alteram conforme mudam os meios de produção e tem o seu correspondente na espacialização das atividades econômicas:

[a população] já não está dispersa pelos sítios como produtores de algodão; diferente porque não tem as ferramentas de artesanato ou uma oficina, muito menos um comércio exclusivamente ligado aos tropeiros e às feiras. A “nova” população está concentrada em bairros próprios, as vilas operárias, sua única propriedade, porém, é a força de trabalho. (SILVA, 1995, p. 90)⁴¹

A Tabela II.1 reforça a exposição feita acima e marca a diferença que se estabelece entre cada um dos níveis político-administrativos – RA, Sub-região e municípios do entorno de Sorocaba. Há de se ressaltar a importância da implantação da via férrea para impulsionar as atividades fabris e que a industrialização, embora posterior à formação do núcleo urbano, participa decisivamente do processo de produção e reprodução social na cidade e da reorganização de seus espaços. São estas as bases materiais e sociais que consolidam a região como um dos pólos do estado de São Paulo e a inserem na dinâmica mais ampla de desconcentração populacional e econômica entre as décadas de 1970 e 1990.

⁴¹ Ao longo do texto o autor faz uma série de referências às condições de trabalho e sobrevivência destes operários do início do século XX. E, partindo de duas construções do imaginário da época – Manchester paulista e a Moscou paulista –, salienta por um lado a inserção dos trabalhadores no processo de luta de classes, que teve grande influência de imigrantes espanhóis, italianos e portugueses e, por outro, a história do vencedor. Isto é, do progresso (unilateral, nas palavras do autor) associado à cidade inglesa que permanece até os dias de hoje.

Tabela II.1: Taxas de urbanização e população total, estado de São Paulo, RA, Sub-regiões e municípios da Sub-região de Sorocaba, 1940-1960

Municípios da Sub-região de Sorocaba*	1940		1950		1960	
	Urb. (%)	Pop. Total	Urb. (%)	Pop. Total	Urb. (%)	Pop. Total
Sorocaba	78,3	70.299	82,0	93.928	86,4	138.323
Salto	67,1	12.092	79,4	11.400	82,0	15.412
Itu	51,5	26.647	53,8	30.883	63,1	37.242
São Roque	33,4	21.806	39,3	27.217	47,8	29.100
Piedade	12,3	15.220	17,6	20.577	22,0	21.855
Araçoiaba da Serra	10,4	10.916	11,7	10.711	22,4	12.220
Mairinque	-	-	-	-	34,1	11.741
Salto de Pirapora	-	-	-	-	43,5	6.188
Sub-regiões da RA de Sorocaba	1940		1950		1960	
	Urb. (%)	Pop. Total	Urb. (%)	Pop. Total	Urb. (%)	Pop. Total
Sorocaba	47,7	201.895	52,7	251.447	59,7	340.864
Botucatu	32,5	101.883	38,2	100.373	51,4	108.479
Tatuí	31,8	78.250	41,1	78.107	53,6	89.768
Itapetininga	27,0	65.306	34,4	69.640	47,2	81.478
Avaré	22,6	84.445	30,7	71.942	39,4	91.555
Itapeva	20,2	74.986	27,9	79.222	33,3	109.370
Capão Bonito	12,6	47.969	14,9	57.075	21,2	65.796
RA de Sorocaba	32,4	654.734	39,5	707.806	48,7	887.310
TOTAL Estado	44,1	7.180.316	52,6	9.134.423	62,8	12.979.049

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de São Paulo 1940, 1950 e Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1960. In: SEADE (1980, p.118-120)

Nota* Foram selecionados apenas os municípios que comporiam, no ano 2000, a AU de Sorocaba. Os municípios de Alumínio, Iperó e Votorantim, no período apresentado na tabela ainda eram distritos, motivo pelo qual, não estão contemplados.

2.4 Diretrizes da desconcentração produtiva paulista

Nas próximas seções indicaremos, em linhas gerais, os desdobramentos do processo de concentração e posterior desconcentração produtiva nacional. Para este último tratar-se-á das diretrizes do programa elaborado pelos governos federal e estadual paulista que teve por finalidade a canalização de investimentos para fora da Região Metropolitana de São Paulo. Os vetores e localidades beneficiadas, os mecanismos utilizados, bem como os setores e ramos da indústria que contribuíram para a implementação deste processo devem ser apontados. Feito isso, nos debruçaremos sobre a discussão em torno da especificidade da região de Sorocaba no processo de desconcentração produtiva paulista.

O período 1955/67, conhecido, na economia, como a primeira fase da industrialização pesada, consolidou a expansão industrial brasileira e a sua concentração em São Paulo, que chegou a responder por 58,2% do valor de transformação industrial nacional no ano de 1970 (CANO, 1997, p. 115). Os investimentos do Plano de Metas tiveram impacto decisivo para a alteração da estrutura produtiva paulista que ampliou o peso dos ramos industriais mais dinâmicos de bens intermediários e de bens de capital e consumo duráveis. Neste último setor, de acordo com Cano (1997, p. 113), São Paulo concentrava três quartos da produção nacional em 1970.

A transformação setorial da produção teve seu correspondente espacial expresso pela concentração na Grande São Paulo (quase 75% do VTI estadual em 1970). O aumento da atividade do segmento metal-mecânico na capital e a implantação do ramo automobilístico no ABC⁴² paulista são exemplos disso. Salienta-se ainda a participação do Litoral que a partir do início das atividades na Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobrás, em Cubatão, no ano de 1955 daria impulso ao setor químico e viabilizaria as técnicas para uso dos derivados do petróleo para base asfáltica e, com isso, a possibilidade de expansão do sistema viário paulista. É em Cubatão também que no início da década de 1960 começaria a funcionar a Cia. Siderúrgica Paulista S.A. (COSIPA).

Ainda no período indicado destaca-se o papel do interior do estado uma vez que houve a ampliação da infra-estrutura energética proveniente dos investimentos e incentivos estaduais e

⁴² Referência às cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, hoje parte da Região Metropolitana de São Paulo.

federais, o aumento da malha ferroviária e rodoviária e também da rede de cidades com concentração populacional nos pólos mais dinâmicos como Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto (NEGRI, 1996).

Estas transformações estariam articuladas à expansão da economia paulista. A produção de máquinas e equipamentos deu suporte ao processo de crescimento e transformações técnicas da agricultura e implicou na implementação dos complexos agroindustriais no interior. Em linhas gerais, trata-se de um processo que tem como vértices a indústria pesada e a agroindústria e o sistema viário como eixo de ligação. Consoante a este processo o crescimento urbano foi marcado pela alteração dos hábitos de consumo e migração do tipo rural-urbano.

A segunda fase de industrialização pesada (1967-1980) pode ser dividida em dois momentos. O primeiro vai do final da década de sessenta até o ano de 1974. Este período, conhecido como “milagre brasileiro”, apresentaria altas taxas de crescimento econômico e marcaria a recuperação da atividade industrial que perdera fôlego entre os anos de 1962-67. De acordo com Belluzzo e Tavares (1982) os fatores de retomada do crescimento industrial podem ser sintetizados em seis pontos:

- 1) A reforma fiscal e financeira de 1966 melhora as condições de financiamento do gasto público corrente e de investimentos tradicionais ligados à construção civil;
- 2) A realidade tarifária, isto é, a elevação e reestruturação dos preços dos serviços de utilidade pública [...];
- 3) A operação do sistema institucional de crédito ao consumidor [...];
- 4) O sistema financeiro de habitação reanima e ativa a construção civil residencial;
- 5) Os incentivos à exportação permitem subsídios à produção têxtil, de calçados e maquinário, auxiliando a recuperação e,
- 6) A política de salários e a política de financiamento favorecem a concentração de renda pessoal [...]. (BELLUZO; TAVARES, 1982, p. 127 apud NEGRI, 1996, p. 140)

O segundo momento – 1975-79 – pode ser ilustrado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento⁴³ (II PND) e envolve o processo de desconcentração industrial mais acentuado a partir da região metropolitana de São Paulo. O maior crescimento das demais regiões estaria atrelado ao maior investimento do governo federal para a exploração de metais não-ferrosos

⁴³ Para a região Sudeste do País, o desenvolvimento regional e urbano compreenderia os seguintes objetivos: “a) consolidar o desenvolvimento do grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte; b) recuperar a economia das áreas estagnadas ou deprimidas, encravadas na área de influência dos grandes centros dinâmicos da região; c) promover a ocupação e integração, ao sistema produtivo, do extenso vazio demográfico e econômico do noroeste de Minas Gerais; d) fomentar a desconcentração urbana nas regiões metropolitanas; e) intensificar a criação de núcleos urbanos de compensação; f) promover a melhoria e a conservação do meio ambiente.” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p. 137)

(alumínio, zinco, cobre, níquel e magnésio) e do setor petroquímico nas regiões mais periféricas da economia brasileira.

Cano (1997)⁴⁴ sublinha que a desaceleração econômica em São Paulo, contudo, não significa retrocesso e mais, que o desenvolvimento das demais regiões do país estaria atrelado à atividade produtiva paulista. Negri (1996) ressalta ademais os efeitos da desconcentração industrial da RMSP sentido interior do estado de São Paulo “[...] que acabou sendo beneficiário da política econômica mais geral, ganhando expressivo peso relativo em relação à indústria paulista e ao conjunto da indústria brasileira [...]” (NEGRI, 1996, p. 153-4).

2.4.1 Principais aspectos da interiorização da indústria em São Paulo (1970-85)

Os dados sobre o valor de transformação industrial revelam os resultados do projeto de desconcentração produtiva a partir do estado de São Paulo para outras Unidades da Federação: passaria de 58,2% para 51,9% do VTI nacional entre os anos de 1970-1985⁴⁵. O processo de redistribuição espacial da indústria, contudo, mostrou-se mais intenso dentro dos limites territoriais do estado. Neste mesmo período o interior paulista aumentaria a participação sobre a indústria de transformação nacional: de 14,7% para 22,5% e se tornaria o segundo aglomerado industrial do país, de acordo com os números apresentados por Cano (1997, p. 115).

A distribuição espacial da indústria estadual ficaria da seguinte forma: a RMSP que concentrava em 1970 74,7% do VTI estadual chega a 1985 com 56,6% ao passo que o interior, num prazo de apenas quinze anos passa dos 25,3% para 43,4% do valor de transformação industrial estadual (NEGRI, 1996). A análise mais detalhada mostra ainda que no conjunto da região metropolitana, é a capital paulista que perde participação sobre o total estadual e dentre as áreas do interior, a região de Campinas concentra a maior parcela das atividades industriais.

A vasta literatura relacionada ao processo de interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo aponta para os determinantes históricos que consolidam cada

⁴⁴ O autor coloca o processo de desconcentração produtiva no país sob uma perspectiva histórica e destaca alguns pontos: o processo de integração do mercado nacional comandado por São Paulo entre 1930-60 e pós-60; a expansão das fronteiras agrícolas; as políticas de desenvolvimento regional com incentivos a partir da SUDAM, SUDENE e SUFRAMA; as políticas de incentivos às exportações e as políticas de crédito rural; incentivos e investimentos do II PND para substituição de importações; a intensificação da urbanização que exige e estimula a diversificação de serviços e também de indústrias leves. (CANO, 1997, p.107-8)

⁴⁵ Não é nosso objeto de discussão, mas cabe acenar que Cano (1997) assevera que essa queda seria devida mais aos efeitos da crise dos anos 1980 que teve maior impacto em São Paulo do que às maiores altas da produção periférica. Ao que ele chamou de desconcentração de caráter estatístico. (CANO, 1997, p. 108)

um dos eixos de expansão do interior – em boa medida, já discutidos neste trabalho. Destaca, além disso, alguns elementos que se mostraram mais efetivos e que contribuíram para a implementação de determinadas políticas coordenadas pelo governo estadual.

Negri (1996) afirma que os principais determinantes deste processo seriam: i) as políticas restritivas à ocupação da área metropolitana, sobretudo no que se refere às implicações ambientais quanto ao uso e parcelamento do solo e proteção dos mananciais daquela região; ii) impactos da política econômica federal que incidiu diretamente sobre a transformação e ampliação da agricultura e da agroindústria, onde destacam-se os incentivos à exportação e o programa PRÓ-ÁLCOOL assim como os incentivos para exportação de manufaturados; iii) investimento estatal no setor produtivo e em ciência e tecnologia; iv) as deseconomias de aglomeração expressas pelo aumento do custo de vida nos grandes centros e também de produção, questões ambientais, deterioração das condições de vida nos grandes centros, ampliação do poder sindical, etc. e demais fatores locais; e v) as políticas de interiorização do desenvolvimento que teria ampla participação do governo federal por meio de financiamento.

Vale frisar que as políticas de interiorização do desenvolvimento, como o Programa de Cidades Médias⁴⁶ ou o Proinde (Programa de Interiorização do Desenvolvimento)

[...] consistiam em programas de investimentos em infra-estrutura econômica e social no interior do estado, [como pavimentação asfáltica das principais vias públicas, rede de saneamento básico, construção de equipamentos sociais e financiamento de núcleos habitacionais], no sentido de ampliar a malha viária estadual, facilitando as ligações rodoviárias entre os principais centros urbanos e entre estes e a Região Metropolitana [...]” (NEGRI, 1996, p. 183)

A mudança no quadro de distribuição espacial da produção industrial no estado de São Paulo a partir da região metropolitana bem como as ações dos governos estadual⁴⁷ e federal durante as décadas de 1970 e 1980 compõem parte do processo de interiorização da produção que buscou se caracterizar aqui. Na sequência, tentar-se-á detalhar parte deste processo a fim de explicitar a especificidade da região de Sorocaba no contexto estadual.

⁴⁶ Sobre este programa, consultar material elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento: **Cidades médias e desenvolvimento industrial**: uma proposta de descentralização metropolitana. São Paulo, 1978. (Série estudos e pesquisas, n. 17)

⁴⁷ Em Negri (1988b) encontra-se uma análise sobre as principais ações desenvolvidas desde o governo Abreu Sodré (1967/71) até o governo Franco Montoro (1983/87).

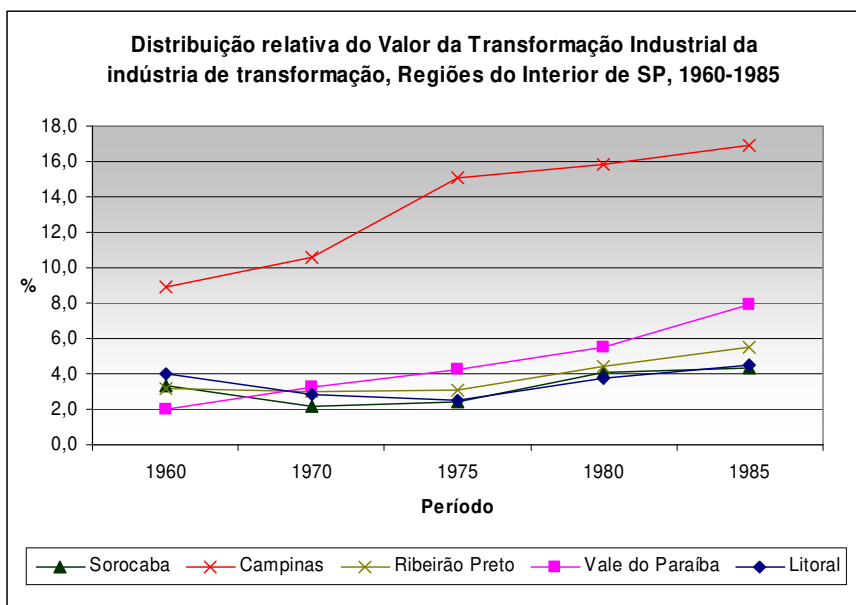
Vale a pena reafirmar que neste cenário, as profundas transformações econômicas são concomitantes ao processo de urbanização e redistribuição populacional no espaço, sob a conformação de extensa rede de cidades.

2.4.1.1 O processo de desconcentração produtiva e a especificidade da região de Sorocaba

Conforme colocado anteriormente, os incentivos e investimentos realizados pelos governos estadual e federal, principalmente durante o II PND, privilegiaram setores estratégicos da economia brasileira. Essa informação, somada às especificidades históricas de cada um dos pólos do interior paulista, sugerem que os desdobramentos do processo de desconcentração industrial a partir da RMSPP implicam em dinâmicas regionais diferenciadas.

No ano de 1985 noventa por cento do valor de transformação industrial do interior paulista estava concentrado em cinco regiões administrativas: Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto, Litoral e Sorocaba. O Gráfico II.4 mostra as curvas ascendentes desde 1970 para todas as regiões. Destaca-se, no entanto a participação da região de Campinas sobre o total estadual no final do período analisado, quase 17% do VTI, mais que o dobro do valor da segunda região mais industrializada do interior, Vale do Paraíba.

Gráfico II.4



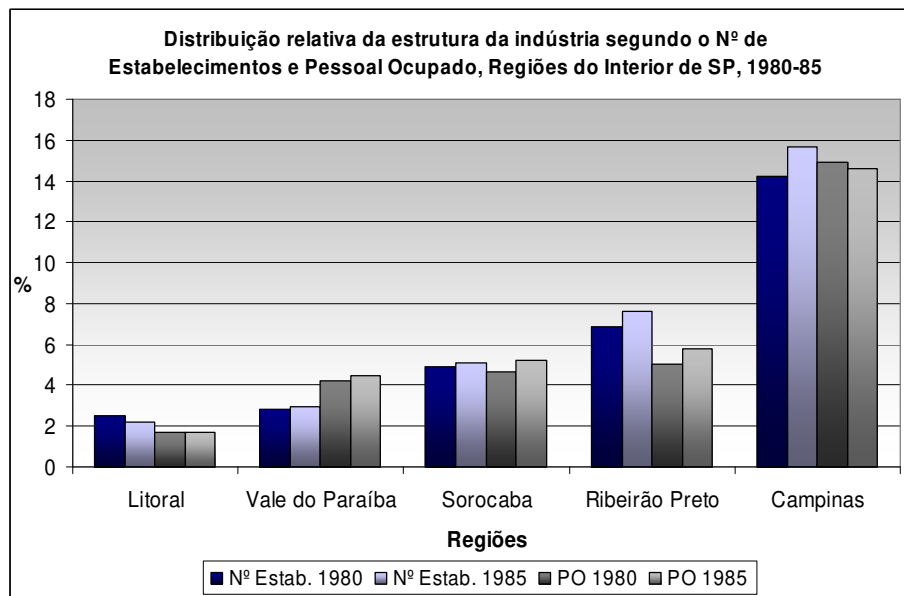
Fonte: IBGE. Censo Industrial 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. Elaborado a partir de Negri (1988a, p.126; 1996, p. 208).

Os números apresentados no gráfico acima revelam algumas particularidades do processo em questão. No Litoral, a consolidação do parque petroquímico e siderúrgico. Para as regiões de Campinas e Vale do Paraíba (em especial para as sedes, Campinas e São José dos Campos) cabe distinguir os investimentos estatais em ciência e tecnologia (a UNICAMP e o Centro Tecnológico da Aeronáutica são alguns exemplos), além das atividades ligadas ao refino de petróleo. A região de Campinas também concentraria parte dos investimentos do Pró-Álcool. Fatia de investimentos absorvida também pela região de Ribeirão Preto que já contava com atividades ligadas à agroindústria. Essas são algumas das características que balizaram o acentuado crescimento econômico para estas regiões (NEGRI et al, 1988).

De acordo com os dados apresentados por Negri (1988b), no contexto estadual a região de Sorocaba teria maior participação nos ramos de madeira e minerais não-metálicos (principalmente na produção de cimento). O menor valor na distribuição percentual do VTI associado aos números referentes ao pessoal ocupado e o número de estabelecimentos industriais (Gráfico II.5) sugere que esta área distingue-se das demais pelo fato de não ter recebido impacto direto de investimentos estaduais ou federais específicos, como o caso do setor petroquímico.

Ou seja, apresenta padrão de crescimento semelhante, mas adiciona menor valor à produção em razão da composição do capital industrial. Corroborar tal afirmação o fato de ocupar a quinta posição na distribuição relativa do VTI estadual e a terceira colocação no percentual referente ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria de transformação nos dois momentos apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico II.5



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Industrial de 1980 e 1985, in: Puppo e Caiado (1992, p. 61)

Nestes termos, cabe sinalizar três características acerca da participação da RA de Sorocaba no processo de desconcentração industrial no estado de São Paulo:

i) a alteração da distribuição setorial da indústria com diminuição da participação das indústrias de bens de consumo e não-duráveis face à expansão dos ramos de maior complexidade como a metalurgia e a química no Grupo II e das indústrias mecânica e de material elétrico no grupo III, como mostra a tabela a seguir:

Tabela II.2 – Distribuição percentual do valor de produção da indústria de transformação segundo grupos e ramos selecionados, RA de Sorocaba, 1956-1980

Grupos e Ramos da Indústria	Período				
	1956	1960	1970	1975	1980
Grupo I - Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis	68,10	61,51	49,40	36,33	30,75
Têxtil	51,08	46,41	30,54	22,35	14,31
Alimentos	13,10	12,05	13,24	8,55	8,84
Grupo II - Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	29,30	36,16	45,2	48,84	49,40
Metalurgia	8,54	11,09	16,23	20,37	15,53
Minerais Não-metálicos	11,13	17,32	14,61	14,36	13,01
Química	4,21	0,70	3,08	5,75	11,02
Grupo III - Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis	2,60	2,33	5,40	14,80	19,90
Mecânica	0,72	0,55	2,14	8,37	9,85
Material Elétrico	0,53	0,36	1,19	2,47	5,38

Fonte: IBGE. Censo Industrial 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo 1953 e 1956. Elaborado a partir de Negri (1988a, p. 135).

ii) a expansão verificada entre os anos 1970-80 que esteve atrelada a “[...] novos investimentos oriundos do exterior, expansão de grupos já em operação na região metropolitana e/ou outros centros e investimentos em atividades complementares e/ou auxiliares ao parque pré-instalado.” (ZIMMERMAN, 1992, p. 158)

iii) a concentração das atividades industriais no município sede e seu entorno. De acordo com os dados apresentados por Puppo e Caiado (1992), a RG de Sorocaba contaria com 52,4% dos estabelecimentos industriais, 74,2% do pessoal ocupado e 75,7% do VTI da região administrativa no ano de 1985. Tal distribuição estaria circunscrita a um conjunto delimitado de municípios – que fazem parte da AU de Sorocaba –, são eles: Itu, Mairinque, Salto, São Roque, Sorocaba e Votorantim, como mostra a Tabela II.3.

Tabela II.3 – Distribuição relativa da estrutura da indústria segundo número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor de transformação industrial, RA, RG e AU de Sorocaba, 1985

Localidade	% Número de Estabelecimentos	% Pessoal Ocupado	% VTI
RA Sorocaba/ Estado	5,1	5,1	4,3
RG Sorocaba/ RA	52,4	74,2	75,7
AU Sorocaba/ RG	81,6	93,9	96,2
Araçoiaba da Serra	0,6	0,1	0,0
Iperó	1,2	0,4	0,1
Itu	15,3	13,6	8,1
Mairinque	3,0	8,4	16,9
Piedade	3,5	1,2	0,8
Salto	6,8	12,0	11,8
Salto de Pirapora	2,4	1,1	2,8
São Roque	7,8	7,5	5,2
Sorocaba	37,0	42,7	43,6
Votorantim	4,0	6,9	6,9

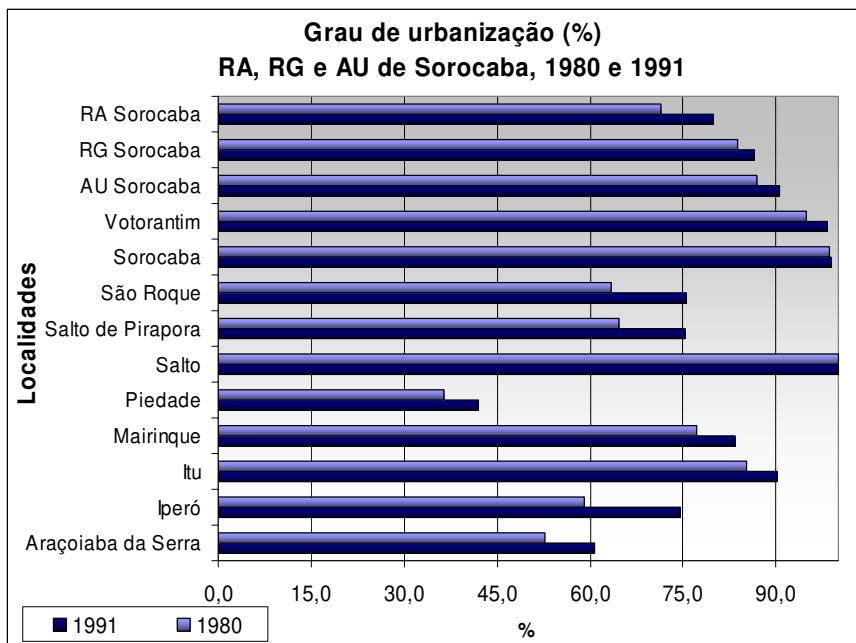
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo Industrial de 1980 e 1985, in: Puppo e Caiado, (1992, p. 61; 64-65).

A ampliação da malha viária estadual, notadamente pela abertura da rodovia Castelo Branco, e os investimentos em infra-estrutura urbana na região de Sorocaba obedeceram às prerrogativas do II PND, que definira esta área como umas das sub-regiões a serem “disciplinadas e dinamizadas” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1975, p. 143), e também dos programas de investimentos estaduais, que a partir da hierarquia proposta definiu esta área como “núcleo secundário” numa escala determinada a partir do grau de complexidade industrial que tem como núcleo principal a RMSP (SEP, 1978, p. 13).

Negri (1988b; 1996) aponta que estas intervenções estatais tinham duas orientações básicas: uma de caráter restritivo vinculado à degradação do meio ambiente na região metropolitana (que representou, em grande medida, o não enfrentamento e conseqüente desconcentração dos problemas da metrópole, como poluição, habitação e saúde) e a outra de cunho persuasivo que indicava “onde investir” no interior paulista.

Ao passo que se consolida o processo de interiorização da produção no estado de São Paulo, verifica-se a elevação do grau de urbanização entre os anos de 1980 e 1991 na região de Sorocaba. De acordo com o gráfico a seguir, dentre os três agrupamentos feitos, o aumento mais significativo é para a RA (incremento de quase 10% em onze anos).

Gráfico II.6



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991. Elaborado a partir de Baeninger e Siqueira (2009, p. 42); SEADE (1990, p. 31).

Nota: O município de Alumínio, no período apresentado no gráfico ainda era distrito de Mairinque, motivo pelo qual não está contemplado.

No entanto, são os municípios próximos à sede e, conseqüentemente, a AU que apresentam os valores mais expressivos. Os números referentes ao grau de urbanização evidenciam o processo histórico de concentração da população no meio urbano nos municípios que detêm a maior parcela das atividades industriais: Sorocaba, Salto, Itu e Votorantim, todos com grau de urbanização acima de 90% no ano de 1991. Por outro lado, os dados para Iperó que acusou incremento de mais de 15% e São Roque e Salto de Pirapora com aumento de pouco mais de 10% mostram a inserção dos demais municípios de modo mais contundente na dinâmica de urbanização regional.

As informações da Tabela II.4 corroboram tal exposição. Entre as décadas de 1970 e 1980 as taxas de crescimento populacional urbano são extremamente altas para todos os municípios da AU, à exceção de Iperó (2,04% a. a.) e também mais significativas do que as taxas de crescimento populacional total, devido ao peso da população rural. Verifica-se ainda que, mesmo apresentando ligeira queda para quase todas as localidades, os valores continuam elevados no período imediatamente posterior.

Tabela II.4 População total e taxas de crescimento populacional total e urbana (% a. a.), RA, RG e AU de Sorocaba, 1980 e 1991

Localidade	População Total		Taxa de crescimento populacional (% a. a.)			
			Total		Urbana	
	1980	1991	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
RA Sorocaba	1.503.482	2.005.788	2,80	2,65	4,95	3,68
RG Sorocaba	679.802	971.434	4,02	3,30	5,80	3,60
AU Sorocaba	582.388	834.448	4,39	3,32	5,82	3,72
Araçoiaba da Serra	8.469	14.436	2,59	4,97	8,99	6,37
Iperó	6.558	10.480	0,18	4,35	2,04	6,59
Itu	73.778	106.506	4,16	3,39	5,71	3,93
Mairinque	30.669	42.917	4,98	3,10	15,25	3,83
Piedade	35.786	43.415	2,62	1,77	6,51	3,07
Salto	42.027	71.513	6,80	4,95	8,23	4,95
Salto de Pirapora	14.562	25.136	4,93	5,09	8,23	6,54
São Roque	49.342	63.342	2,91	2,30	6,14	3,95
Sorocaba	268.396	376.513	4,33	3,13	4,55	3,14
Votorantim	52.801	80.190	6,96	3,87	8,11	4,18

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Elaborado a partir de (BAENINGER; SIQUEIRA, 2009, p. 42-43); SEADE (1990, p. 29).

Nota: O município de Alumínio, no período apresentado na tabela ainda era distrito de Mairinque, motivo pelo qual não está contemplado.

Assim, a questão locacional – o município-sede dista aproximadamente 90 km da capital paulista –, associada à expansão da infra-estrutura urbana observada pelo adensamento populacional e os investimentos citados anteriormente, colocam a área que define a AU de Sorocaba em destaque diante do esforço de desconcentração levado a cabo pelo governo do estado.

Se observado o conjunto das alterações da base econômico-industrial e sua respectiva concentração no município de Sorocaba, verifica-se importantes elementos para se discutir o processo de reestruturação do espaço urbano. As ações da administração pública municipal à época⁴⁸ em questão coadunada às diretrizes estaduais teriam impacto decisivo sobre o território. A criação da zona industrial na porção norte do município é um exemplo disso.

O avanço e a intensificação do processo de urbanização têm como um dos reflexos as alterações do sistema viário da cidade no início da década de 1970 e foi objeto de avaliação de

⁴⁸ Um compêndio das ações acerca do planejamento territorial e urbano no município de Sorocaba ao longo do tempo pode ser encontrado em Santoro et al (2006). O “[...] Plano Diretor aprovado em 1966 (Lei Municipal no 1.438/66) complementado pelo Código de Obras (Lei Municipal no 1437/66), e Código de Zoneamento (Lei Municipal no 1541/68), com a delimitação de zonas de uso, cada uma delas acompanhada de uma lista de atividades permitidas e com uma considerável Zona de Expansão Urbana.” (SANTORO et al, 2006, p. 6) são alguns dos exemplos destacados no texto e que acompanham as transformações que estamos apresentando.

Romero Neto (2006). A partir da análise de jornais e de relatórios municipais, o autor descreve as diretrizes do planejamento urbano elaborado pela administração pública local. Ressalta, para tanto, a implantação da alça de acesso (a rodovia Senador José Ermírio de Moraes, a “Castelinho”) para a rodovia Castelo Branco que pode ser apontada como uma das principais obras executadas no período.

Este empreendimento, além de proporcionar maior velocidade à ligação com a capital paulista, dinamizou os espaços de circulação de pessoas e mercadorias no município dado que esta via contaria com a instalação de várias empresas ao longo da sua extensão e cortaria a zona industrial. A reportagem do jornal Cruzeiro do Sul (1972) faz uma revisão dos investimentos de maior vulto no sistema viário de Sorocaba:

A Avenida Ipanema já está pronta e inaugurada. A Avenida Washington Luiz encontra-se em fase bastante adiantada e deverá ser inaugurada dentro de dois meses. Agora a prefeitura está anunciando, além da marginal, que será o ponto de honra da sua administração, a Avenida “Cel. Nogueira Padilha”, do Parque Infantil até a rodovia Raposo Tavares. (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 18/05/1972 apud ROMERO NETO, 2006, p. 30)

O caso do município-sede ilustra o impacto do dinamismo econômico e populacional na aglomeração urbana como um todo. As transformações relativas ao deslocamento das pessoas expressam as alterações no mercado de trabalho e engendram mudanças no mercado imobiliário. Os números referentes ao pessoal ocupado na indústria, comércio e nos serviços apresentou crescimento expressivo no período 1975/85: 113,75%, 102,80% e 77,57%, respectivamente (LEIS, 1995). Zimmermann (1992) comenta sobre a construção de conjuntos de moradia popular nas áreas mais distantes do núcleo central, sentido oeste e noroeste com intenção de frear o problema de favelamento⁴⁹ no município. Sobre a relação entre capital imobiliário e Estado, bem como os problemas de moradia nesta localidade, consultar, dentre outros trabalhos, Nancias (1994), Meira (2005) e Frey (2006).

A exposição feita até aqui sintetizou os desdobramentos do processo de concentração e desconcentração produtiva no estado de São Paulo e a especificidade da região de Sorocaba. A infra-estrutura urbana, as bases econômicas dadas pelo fato de contar com um parque industrial

⁴⁹ Sobre o processo de favelamento em Sorocaba e as ações da administração pública local, consultar, dentre outros: MEIRA, S. I. **Planejamento e gestão urbanos em Sorocaba-SP**: análise das políticas públicas de habitação popular. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPR, Curitiba, 2005.; Nancias (1994) e Frey (2006).

mais antigo, as características locais marcadas pela proximidade com as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas e o amplo sistema viário que serve à Aglomeração Urbana de Sorocaba, devem ser realçadas. São estes os determinantes históricos que colocam a região de Sorocaba em destacada posição no cenário estadual, consolidando-a como um dos pólos econômicos e de atração populacional.

Todavia, é importante ressaltar o fato de Sorocaba não ter participado diretamente dos investimentos ligados à agroindústria tampouco aos setores mais dinâmicos da economia associados à implementação de inovação tecnológica e pesquisa.

Cabe agora apreendermos os efeitos do processo de redistribuição espacial da população no estado de São Paulo e as particularidades da região de Sorocaba.

2.5 Migração em São Paulo nos anos 1980 e o processo de interiorização econômica

O processo de redistribuição da população no espaço acompanhou o sentido da desconcentração produtiva no estado de São Paulo entre as décadas de 1970-1990. Esta é uma das características apontadas pela vasta literatura que versa sobre o tema. Nesse aspecto, ressalta-se a ação dos governos militares do final da década de sessenta e início de setenta.

Foi a partir de 1975 que a interiorização do desenvolvimento econômico a partir da região metropolitana de São Paulo se deu com maior ímpeto: pela implementação do II PND e pelo financiamento de projetos do governo estadual para a ampliação da infra-estrutura – principalmente do sistema viário. Estes novos investimentos se utilizaram das estruturas produtivas e urbanas pré existentes, construídas principalmente no período do café, e consolidaram os pólos de atração econômica e populacional no estado.

Nestes termos, num primeiro estágio, a redistribuição da população no espaço acompanha a dinâmica de desconcentração produtiva para o estado, perfazendo uma possibilidade analítica. A partir da segunda metade da década de 1980 a intensificação dos fluxos populacionais para o interior paulista requer uma abordagem diferente, pois a atividade econômica perde dinamismo e por consequência, o eixo explicativo adotado perde força⁵⁰. Isto é, os deslocamentos acontecem apesar da diminuição do ritmo das atividades econômicas.

Nesta fase de reorganização produtiva pautada pela “flexibilização”⁵¹ a “decisão” de migrar envolveria outras dimensões, como por exemplo: “redes familiares, violência urbana, qualidade de vida, bem como a possibilidade de acesso a determinadas políticas sociais, como saúde, educação, habitação, serviços de infra-estrutura básica etc..” (PACHECO et al, 2000, p. 388). É neste contexto de industrialização e urbanização crescentes que se verifica a inflexão das tendências das modalidades migratórias onde a estruturação da rede urbana estadual oferece importantes elementos para a compreensão desta dinâmica (BAENINGER, 1994).

⁵⁰ Para o debate sobre as mudanças acerca dos movimentos migratórios e sua análise, Cunha e Baeninger (2007) sublinham: “Las tendencias recientes de los movimientos migratorios en Brasil suscitaron análisis interpretativos enriquecedores del debate actual. Las transformaciones registradas en el fenómeno migratorio podrían señalar: la configuración de un nuevo patrón migratorio brasileño (Brito, 1997); el resultado de las transformaciones ocurridas en la sociedad y en su dinámica económica en el mismo período (Pacheco y Patarra, 1998); variaciones de un mismo proceso históricamente referenciado en el tiempo y en el espacio (Cunha, 1999); la desconcentración de la población en comparación con la desconcentración económica (Matos, 1995a); la expansión de los espacios de la migración (Baeninger, 1999).” (CUNHA; BAENINGER, 2007, p. 46-47)

⁵¹ A respeito do processo de “acumulação flexível” do capital, ver Harvey (2001).

A análise acerca das mudanças da dinâmica de redistribuição espacial da população já foi feita pela literatura levantada neste trabalho. Cabe agora destacar os principais pontos deste processo e caracterizá-lo a partir dos dados do período. Não é demais ressaltar que esse breve diálogo será feito principalmente com as pesquisas⁵² desenvolvidas no NEPO, NESUR e também na fundação SEADE.

2.5.1 O papel da migração no estado de São Paulo

Antes de discorrer sobre a mudança da dinâmica populacional verificada para o estado de São Paulo entre as décadas de 1980 e 2000 e alguns dos seus principais aspectos, é importante ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de esgotar todas as possibilidades analíticas e os desdobramentos de cada parte desse processo. Espera-se, sim, dar maior visibilidade à especificidade do fenômeno migratório na consolidação de “novos” espaços e sua estruturação. Cabe, para tanto, evidenciar que a década de 1990 se apresenta como o ponto de inflexão dessa dinâmica.

O primeiro ponto a ser verificado, passa pelo processo mais amplo de concentração econômica e populacional no Brasil nas regiões metropolitanas entre 1970-80 expressas principalmente nas taxas de crescimento da população nas RMs de Curitiba (5,80% a.a.), Belo Horizonte (4,70% a.a.) e São Paulo (4,46% a.a.), como mostra a tabela abaixo.

⁵² Os dois núcleos de pesquisa citados estão sediados na UNICAMP. O primeiro está vinculado à Reitoria e o segundo ao Instituto de Economia. Para citar alguns exemplos, os projetos “Tendências da Urbanização e do crescimento populacional brasileiro – população em idade escolar:1991-2000” in: Pacheco e Patarra (2000); “Migração, emprego e projeções demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD)” in: Patarra et al (1997); “Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as políticas sociais” in: Baeninger e Siqueira (2009).

Tabela II.5 População Total e Taxas de crescimento populacional Regiões Metropolitanas e Brasil, 1970-2000

Regiões Metropolitanas	População Total				Taxa de Crescimento (% a. a.)		
	1970	1980	1991	2000	1970/80	1980/91	1991/00
São Paulo	8.139.730	12.588.725	15.444.941	17.970.634	4,46	1,88	1,70
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.265	9.814.574	11.257.944	2,45	1,26	1,54
Recife	1.791.322	2.347.146	2.858.147	3.512.208	2,74	1,22	2,32
B. Horizonte	1.658.482	2.609.583	3.436.060	4.277.157	4,70	2,42	2,46
Porto Alegre	1.574.239	2.285.140	3.038.792	3.544.789	3,84	2,16	1,73
Salvador	1.147.821	1.766.614	2.496.521	3.090.196	4,43	3,04	2,40
Fortaleza	1.036.779	1.580.074	2.307.017	2.923.417	4,29	2,67	2,67
Curitiba	821.233	1.440.626	2.000.805	2.716.288	5,80	3,03	3,46
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.795.536	4,30	3,43	3,37
Total	23.730.895	34.411.659	42.798.162	51.088.169	3,79	1,99	2,00

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2000, In: Baeninger (2004, p. 3).

A implementação do plano estratégico⁵³ de desconcentração econômica elaborado pelo governo federal nesse período é um dos fatores a serem apontados para a brusca redução das taxas de crescimento na RMSP: 1,88% a.a. entre 1980-91 e 1,70% a. a. no período 1991-2000. Apesar do generalizado arrefecimento das taxas em 1991, como mostra a Tabela II.5, os dados para as demais regiões metropolitanas corroboram a exposição acima, pois em 2000 continuam com taxas superiores a 2% a. a., à exceção de Porto Alegre e Rio de Janeiro.

O decréscimo nas taxas de crescimento apresentadas para a RMSP compõe esse quadro de mudanças da dinâmica de redistribuição da população no espaço. As trocas inter-estaduais ganham novos traços com a intensificação da migração de retorno e diminuição do volume de entradas de todas as regiões do país. Cabe atentar para a relevância dessa questão, pois em que pese os efeitos dos demais componentes do crescimento demográfico, para o estado de São Paulo a migração, historicamente, tem um peso diferenciado.

De acordo com os dados da Fundação SEADE (1992) entre 1970/80 o saldo migratório seria de pouco mais de três milhões de pessoas, número duas vezes maior do que o verificado no período anterior. Tal situação teria freado o processo de envelhecimento populacional decorrente da diminuição da fecundidade e mortalidade no estado de São Paulo.

Pacheco et al (2000) se utilizam da análise da evolução da estrutura etária e também da razão de sexo por grupos etários da população paulista entre 1970 e 1991 para atestar o ocorrido. Nas pirâmides etárias e nos gráficos da Razão de Sexo há a concentração de pessoas de idades

⁵³ Ver República Federativa do Brasil (1975).

entre 20 e 40 anos⁵⁴, com destaque para o maior número de homens entre as décadas de setenta e oitenta, comportamento que refletiria a influência da migração de indivíduos sozinhos. Essas são características que denotam a seletividade migratória para esta região e que expressam a inflexão destes deslocamentos na década de 1990, pois a razão de sexo para estas idades fica abaixo de um, ao contrário dos períodos anteriores.

Nestes termos as trocas intra-estaduais explicitariam a alteração do sentido e intensidade dos fluxos e revelariam a nova face do processo de redistribuição da população no espaço. É a partir disso que se apreende a especificidade dos movimentos migratórios no estado de São Paulo nos anos 1980: o interior como campo da desconcentração populacional, em detrimento da RMSP (PACHECO et al, 2000; PATARRA et al, 1997).

De acordo com os dados elaborados por Pacheco et al (2000, p. 414), é a primeira vez que a RMSP contabilizou perda nas trocas migratórias líquidas com o interior do estado: aproximadamente 290 mil pessoas. Isso não significa, contudo, a perda de importância da região metropolitana de São Paulo no contexto estadual, mas é um forte indício do ritmo do processo de interiorização da população paulista.

Os resultados da Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD)⁵⁵ também apresentam as mudanças na dinâmica migratória para o estado de São Paulo. Dentre eles, a baixa expressividade dos fluxos de tipo rural-urbano frente aos deslocamentos de tipo urbano-urbano; a diminuição dos movimentos inter-estaduais de longa distância e o aumento da importância dos fluxos de curtas distâncias, evidenciando uma dinâmica inter e intra-regional.

Ao decompor as migrações entre inter e intra-estaduais, a PRAD encontrou números superiores a setenta por cento para as migrações circunscritas ao território paulista para a grande

⁵⁴ Dois aspectos metodológicos tangenciam esta abordagem. Na relação migração \times idade é importante lembrar que o Censo capta a idade do indivíduo no momento da coleta do dado o que implica em um certo “envelhecimento” da real estrutura da migração. Sobre essa questão, ver Cunha (1994). A segunda versa sobre os efeitos indiretos da migração (os filhos dos migrantes que chegaram em um determinado período) que incidiria sobre o volume da população e também a estrutura etária. Uma contribuição sobre esta análise pode ser encontrada em Cunha (1988) e Goldani (1980) (PACHECO et al, 2000, p. 373; 405).

⁵⁵ A PRAD contempla o projeto temático realizado pelo NESUR-IE com colaboração do NEPO (ambos da UNICAMP) e do PEPGCS (PUC-SP) intitulado “Migração, emprego e projeções demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD)”. Da relevância e alcance desta pesquisa, é preciso ressaltar duas características: a primeira coloca-se pela alternativa de um levantamento inter-censitário com desagregação para além das divisões captadas pelas PNADs (regiões metropolitanas e interior). A segunda pela apreensão da dinâmica regional observada pela pendularidade nas informações sobre município, zona e UF de estudo (questão 66) e trabalho (questão 74). Neste caso, preenche uma lacuna deixada pelo Censo de 1991 que não dispõe deste dado. Cabe salientar ainda que os resultados encontrados foram referendados pelos dados censitários de 1991 e parte deles estão disponibilizados in: Patarra et al (1997).

maioria das regiões analisadas, exceção feita à RMSP onde 59,42% dos fluxos tiveram origem no próprio estado. O maior valor encontrado foi para a região de Sorocaba que registrou 87,28% dos movimentos realizados em São Paulo e, mesmo o menor valor (69,26%) verificado em Ribeirão Preto mostra a importância de tal deslocamento (Tabela II.6).

Tabela II.6 Principais tendências migratórias intra-estaduais, Estado de São Paulo – regiões da PRAD – 1980/93

Localidade de Residência Atual	% Intra-est/ Total	% Inter-regional	% Intra-regional	% Inter-reg/ Intra-est	% Intra-reg/ Intra-est	% RMSP/ Inter-reg
RMSP	59,42	15,29	44,13	25,73	74,27	-
RMC	79,58	59,38	20,20	74,62	25,38	29,78
RM Santos	74,91	41,96	32,95	56,01	43,99	66,66
Sorocaba	87,28	55,40	31,88	63,47	36,53	56,17
Campinas	71,96	52,50	19,46	72,96	27,04	39,85
Ribeirão Preto	69,26	46,49	22,77	67,12	32,88	46,64
S. J. R. Preto	76,98	41,28	35,70	53,62	46,38	52,87
S. J. Campos	72,59	51,19	21,40	70,52	29,48	61,07
Bauru	82,39	60,14	22,25	72,99	27,01	42,22
Pres. Prudente	82,05	53,01	29,04	64,61	35,39	47,32

Fonte: Elaborado a partir dos resultados da PRAD. In: Baeninger (1997, p.55; 58-59)

Os dados da tabela acima apresentam ainda o percentual total do fluxo intra-estadual detalhado, possibilitando uma leitura mais rica quanto às especificidades dos movimentos migratórios. Assim, pode-se perceber a recorrência das trocas inter-regionais para todas as regiões selecionadas pela pesquisa, com destaque para a RMC, com 74,62% sobre o total intra-estadual. Essa região, todavia, distingue-se das demais no que se refere ao peso relativo da migração a partir da RMSP – são apenas 29,78% do total das trocas inter-regionais –, o que indica que o processo de desconcentração populacional paulista, tratado até aqui, atinge diferencialmente cada uma das localidades.

A leitura desses dois indicadores sugere que a região metropolitana de Campinas exerce forte atração sobre as demais regiões do estado, o que marca a sua especificidade no cenário estadual. Para outros importantes pólos de atração econômica e populacional como a região metropolitana de Santos e as regiões de Sorocaba e São José dos Campos, verifica-se uma dinâmica diferente daquela observada para a RMC. Isso porque a composição dos fluxos inter-

regionais apresenta números próximos a sessenta por cento para os deslocamentos oriundos da principal região metropolitana paulista.

A RMSP por sua vez demonstra dinâmica distinta. Continua a ser o principal destino dos migrantes de outras unidades da federação, apesar da diminuição do volume e taxas de migração, conforme colocado anteriormente. No que diz respeito às mudanças de residência intra-estaduais, esta região também tem uma particularidade, pois os deslocamentos no espaço metropolitano respondem por quase três quartos das trocas intra-estaduais.

Uma das principais contribuições da PRAD, no entanto, diz respeito à apreensão de novas modalidades migratórias observadas em função do processo de regionalização proveniente da intensa urbanização e diversificação das atividades econômicas que

[...] fez emergir novas modalidades de deslocamentos populacionais, particularmente entre cidades vizinhas, configurando os movimentos pendulares – de fato, a PRAD revelou que cerca de 20% da população amostrada no estado de São Paulo trabalhava, em 1993, em município diferente do de residência. (PATARRA, 1997, p. 14)

A prevalência dos deslocamentos de curta distância apontado na década de 1990 como uma das principais mudanças e características dos movimentos migratórios no estado de São Paulo se confirmaria, pelos dados do Censo 2000, como uma tendência do processo de redistribuição espacial da população. Essa informação reforça a necessidade de se adequar os referenciais analíticos uma vez que revelam estruturas de escolhas diferenciadas para cada tipo de movimento, seja por grupos sociais, sexo, idade, situação ocupacional, etc. Obviamente essas escolhas passam pela consolidação de novas territorialidades e consequente modernização dos sistemas de comunicação e transportes.

No próximo tópico deste trabalho tentaremos articular os desdobramentos do processo de urbanização e os deslocamentos populacionais para a região de Sorocaba. Esse esforço deve indicar a especificidade desta localidade no cenário estadual e dar base para discutir sobre a consolidação de novas articulações regionais tendo em vista as espacialidades e os novos padrões de mobilidade espacial da população.

2.5.2 Dinâmica populacional na região de Sorocaba

A partir da distribuição percentual da população na RA de Sorocaba, verifica-se que existem grandes diferenças quanto à dinâmica populacional de cada uma das regiões de governo ao longo do tempo. Houve intensa concentração na sede ao passo que as RGs de Avaré, Botucatu e Itapeva perderam significativo peso relativo sobre o total populacional da região administrativa nas últimas décadas. Assim, Sorocaba que participava com 40,17% em 1970 passou a contar com 50,64% do contingente da RA no ano de 2000, como mostra a Tabela II.7. Ademais, chama atenção o fato desta porção territorial do estado de São Paulo apresentar já na década de 1970 pouco mais de um milhão de habitantes.

Tabela II.7 Distribuição percentual e absoluta da População RA de Sorocaba, RGs e AU de Sorocaba, 1970-2000

Localidade	1970		1980		1991		2000	
	População	% RA	População	% RA	População	% RA	População	% RA
AU Sorocaba	379.016	33,22	582.388	38,74	834.448	41,60	1.063.481	43,17
RG Avaré	171.185	15,00	187.587	12,48	219.274	10,93	254.588	10,33
RG Botucatu	142.078	12,45	154.337	10,27	203.866	10,16	242.838	9,86
RG Itapetininga	171.636	15,04	225.250	14,98	307.025	15,31	388.741	15,78
RG Itapeva	197.722	17,33	256.506	17,06	304.189	15,17	329.846	13,39
RG Sorocaba	458.374	40,17	679.802	45,22	971.434	48,43	1.247.741	50,64
RA Sorocaba	1.140.995	100,0	1.503.482	100,0	2.005.788	100,0	2.463.754	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970 e 1980, in: SEADE (1990, p. 23); Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

Nota-se pelos dados da tabela acima que a população da AU e da RG de Sorocaba no período em questão aumentou quase três vezes. Isso explica em parte a concentração na sede, uma vez que não se verifica crescimento populacional expressivo para as outras regiões de governo, à exceção de Itapetininga que conta com leve incremento.

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de municípios por faixa de tamanho e região de governo entre 1980 e 2000. Somente a sede da RG de Sorocaba tem população acima de 250 mil habitantes. É esta região também que apresenta distribuição diferenciada quanto à quantidade de municípios por faixa de tamanho: tem em 2000 mais da metade dos municípios entre 50 e 100 mil habitantes da RA e o menor percentual de municípios pequenos.

As regiões de Avaré e Botucatu têm durante todo o período mais de cinquenta por cento de municípios pequenos (com até 10 mil habitantes). Na RG de Itapeva acompanha-se o aumento do número de municípios ao longo da década de 1990, são ao todo sete novos municípios criados em função de desmembramentos⁵⁶ e todos eles têm menos de dez mil habitantes. O aumento do número de municípios pequenos na RA que passa de 20 em 1991 para 32 em 2000 se reflete no maior peso relativo dos municípios dessa faixa de tamanho: de 32 para 41%.

Tabela II.8 Número de municípios segundo faixas de tamanho, por Região de Governo – RA Sorocaba, 1980, 1991 e 2000

Regiões de Governo	Censo 1980					Censo 1991					Censo 2000					Nº. Total mun.
	até 10 mil	10 a 50	50 a 100	100 a 250	250 a 500	até 10 mil	10 a 50	50 a 100	100 a 250	250 a 500	até 10 mil	10 a 50	50 a 100	100 a 250	250 a 500	
Avaré	8	8	-	-	-	8	7	1	-	-	9	7	1	-	-	17
Botucatu	7	3	1	-	-	6	4	1	-	-	7	5	-	1	-	13
Itapetininga	4	4	2	-	-	2	6	1	1	-	4	7	1	1	-	13
Itapeva	2	8	1	-	-	3	6	2	-	-	10	7	1	-	-	18
Sorocaba	3	9	2	-	1	1	9	3	1	1	2	9	5	1	1	18
Total RA	24	32	6	0	1	20	32	8	2	1	32	35	8	3	1	79

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000. Elaborado a partir dos dados da Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

Para o conjunto da RA percebe-se que a estrutura de distribuição dos municípios quase não teve alteração. Nos três períodos analisados os municípios com até 50 mil habitantes representaram cerca de oitenta por cento do número total. O que mudou na região administrativa de Sorocaba foi a distribuição da população nos municípios. Isso porque estes municípios pequenos que em 1980 detinham quase 60% da população, no ano 2000 somavam 40% do total de pessoas da RA. Estes números expressam, assim, o processo de adensamento populacional na RA dado que os municípios com mais de 100 mil habitantes equivalem a apenas 5% do total, mas respondem por 35% da população no final do período analisado conforme a Tabela II.9, abaixo.

⁵⁶ Sobre este processo na RA de Sorocaba, ver Mota Junior (2006).

Tabela II.9 Distribuição absoluta e relativa da População da RA de Sorocaba nos municípios por faixa de tamanho, 1980, 1991 e 2000

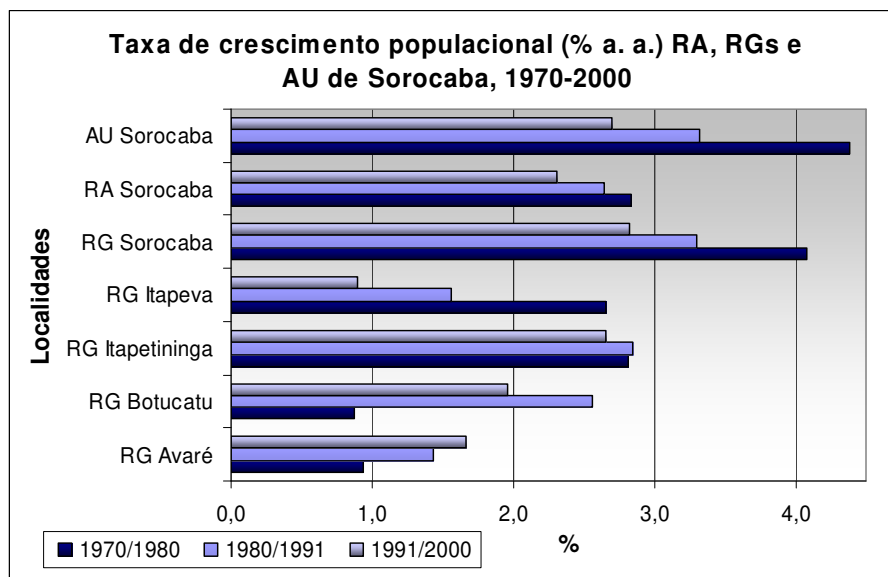
Períodos	Municípios por faixa de Tamanho										Total
	até 10 mil		10 a 50		50 a 100		100 a 250		250 a 500		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
1980	133.996	8,91	705.711	46,94	395.379	26,30	-	-	268.396	17,85	1.503.482
1991	117.681	5,87	723.879	36,09	576.464	28,74	211.251	10,53	376.513	18,77	2.005.788
2000	162.254	6,59	818.906	33,24	621.842	25,24	368.507	14,96	492.245	19,98	2.463.754

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

Os dados para cada uma das regiões de governo que compõem a região administrativa de Sorocaba expõem as características e os diferenciais referentes à dinâmica populacional e à estrutura urbana. Pode-se constatar que os processos relativos à sede e sua região de governo se distanciam daqueles observados para as demais áreas selecionadas tanto no que concerne ao ritmo da dinâmica populacional como aos processos mais amplos de urbanização verificados pela hierarquia e funções urbanas.

Se observados os níveis das taxas de crescimento populacional (Gráfico II.7), as discrepâncias entre as regiões ficam ainda mais evidentes. As taxas para a AU e conseqüentemente, para a RG de Sorocaba são mais altas em todo o período, com a cúspide entre 1970-80: 4,39% e 4,08% a.a., respectivamente. A tendência encontrada para a RG de Itapetininga e também para a região administrativa acompanha o padrão verificado para a sede, embora o nível seja semelhante apenas ao final do período analisado. As regiões de governo de Avaré e de Itapeva desde a década de 1980 apresentam as menores taxas de incremento populacional da RA e, nesse mesmo período, também acusam as taxas de urbanização mais baixas: 60,24% para a primeira e 47,71%, para a última.

Gráfico II.7



Fonte: Elaborado a partir de SEADE (1990, p. 31); Fundação SEADE (www.seade.gov.br)

Há de se ressaltar que as diferenças se acirram durante o processo de desconcentração econômica e populacional paulista. Os dados disponíveis para a densidade demográfica e o grau de urbanização⁵⁷ – muito maiores para Sorocaba – ratificam o exposto, além de indicar a tendência do referido processo. Conforme já apontado, a sede da RA canaliza historicamente a maior parte dos investimentos econômicos e dos fluxos populacionais.

O saldo migratório (Tabela II.10) detalhado por região de governo também contribui para responder à questão acerca do adensamento populacional no município-sede e em seu entorno. Mesmo no período imediatamente anterior aos desdobramentos do processo de interiorização da economia paulista (1960/70) essa localidade acusa saldo migratório positivo, o que a caracteriza como área de atração populacional. No restante da RA ao contrário, configuram-se áreas de evasão populacional (SEADE, 1990). As décadas subseqüentes reafirmam a preponderância e distinção da RG de Sorocaba: entre 1970-80, o saldo migratório atinge a marca de mais de 115 mil pessoas. Este número representa um valor cinco vezes maior que a década anterior e quase dez vezes acima do valor apresentado pela RG de Itapetininga, área que apresentou o segundo saldo migratório mais elevado da região administrativa com pouco mais de quinze mil pessoas.

⁵⁷ Ver tabelas no apêndice do trabalho.

Se a dinâmica da região de governo de Sorocaba diferencia-se das demais áreas que compõem a região administrativa, é certo também que o recorte delimitado pelos municípios da AU de Sorocaba revela processos distintos.

Na Tabela II.10 verifica-se que é no período de maior ímpeto de desconcentração produtiva (1970-80) a partir da região metropolitana que a migração contribui com a parcela mais elevada do crescimento populacional absoluto, sobretudo para a aglomeração urbana. Nas décadas posteriores, apesar da manutenção dos números elevados para o saldo migratório, é o componente vegetativo que colabora de forma mais significativa para o incremento populacional total nos dois agrupamentos espaciais selecionados.

Tabela II.10 Crescimento populacional por componentes vegetativo e migratório, RG e AU de Sorocaba, 1970-2000

Localidade	Componentes do Crescimento Populacional*								
	1970/80			1980/91			91/2000		
	Abs.	Veget.	SM	Abs.	Veget.	SM	Abs.	Veget.	SM
RG Sorocaba	225.216	107.370	117.486	292.953	173.804	119.149	276.307	141.442	134.865
AU Sorocaba	206.641	89.377	117.264	253.215	149.184	104.031	211.040	97.388	113.652
Araçoiaba da Serra	1.983	1.816	167	6.010	2.352	3.658	5.322	2.136	3.186
Iperó	167	647	-480	3.947	1.092	2.855	7.809	1.428	6.381
Itu	25.113	10.553	14.560	32.872	18.401	14.471	28.563	16.008	12.555
Mairinque**	11.973	4.824	7.149	12.296	8.320	3.976	12.310	6.847	5.463
Piedade	8.258	7.604	654	7.635	9.165	-1.530	6.650	6.299	351
Salto	20.604	5.174	15.430	29.700	13.435	16.265	21.420	11.664	9.756
Salto de Pirapora	5.685	2.450	3.235	10.654	3.869	6.785	9.829	4.006	5.823
São Roque	12.490	8.744	3.746	14.030	10.904	3.126	3.195	981	2.214
Sorocaba	94.153	40.017	54.136	108.536	67.615	40.921	115.732	52.210	63.522
Votorantim	26.215	7.548	18.667	27.535	14.031	13.504	15.577	11.176	4.401

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. SEADE (1992) e Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

Notas:

* Abs. = Absoluto, Veget. = Vegetativo, SM = Saldo Migratório.

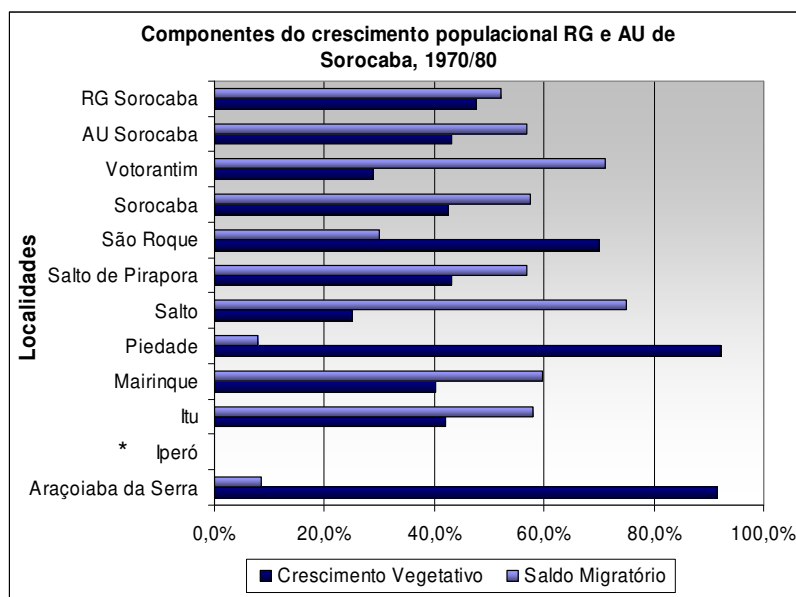
** O município de Alumínio emancipou-se de Mairinque no ano de 1991, por isso não está contemplado na tabela. Para efeito de comparação da rede urbana, no cálculo do período 1991/2000 os dados de ambos os municípios foram agregados.

Por meio da decomposição do crescimento populacional entre os componentes vegetativo e migratório por município da AU de Sorocaba é possível apontar algumas especificidades. O município de Iperó, no período analisado na tabela acima, pode ser caracterizado como área de evasão populacional entre 1970-80, uma vez que acusou saldo migratório negativo. Contudo, nas décadas seguintes registrou expressivo crescimento populacional: de um aumento absoluto da ordem de 119 habitantes entre 1970-80 passou para 3.922 entre 1980-91. Souza (1992) destaca

que estes números relacionam-se com o início das obras do Projeto Aramar⁵⁸ no município. A autora assevera que estas obras atraíram muitas pessoas também para os municípios vizinhos, como Araçoiaba da Serra e Salto de Pirapora.

Para elucidar ainda mais cada uma destas particularidades, nos utilizaremos a seguir dos gráficos (8, 9 e 10). Através deste recurso procurar-se-á ilustrar o crescimento populacional para os três períodos selecionados a partir da contribuição de cada um dos componentes por município da AU e para o conjunto da RG de Sorocaba.

Gráfico II.8



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980. Elaborado a partir de SEADE (1992) e Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

Notas:

* Apesar de apresentar crescimento absoluto positivo, o fato do município de Iperó acusar SM negativo prejudica a visualização da contribuição de cada um dos seus componentes de crescimento no gráfico, motivo pelo qual não há dado.

** O município de Alumínio emancipou-se de Mairinque no ano de 1991, por isso não está contemplado no gráfico.

O incremento populacional a partir do saldo migratório – mais significativo para a maior parte dos municípios da AU entre 1970 e 1980 – sugere que para a leitura do gráfico acima é imprescindível valer-se dos desdobramentos do processo de interiorização produtiva paulista. Se

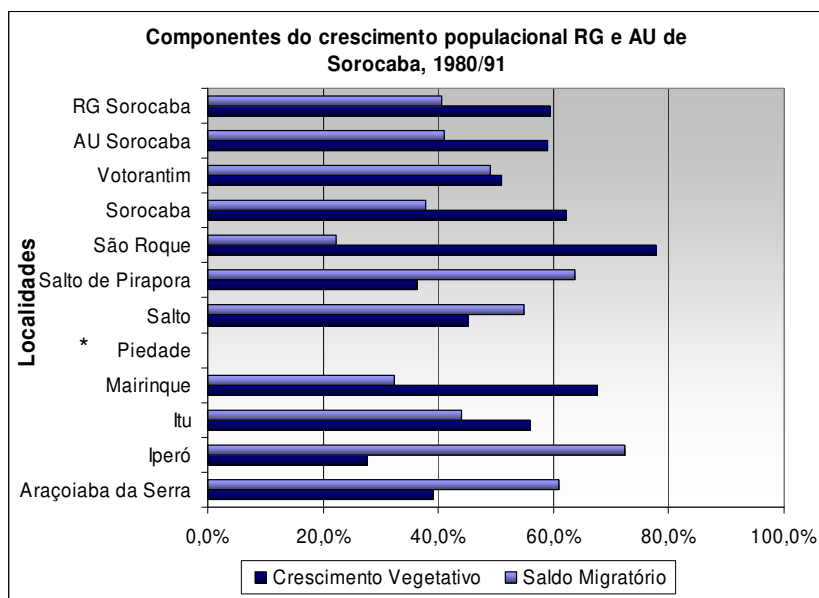
⁵⁸ O centro experimental de Aramar é um complexo de pesquisa tecnológica com o objetivo de desenvolver e controlar o processo de enriquecimento de urânio. Foi instalado durante o governo de Ernesto Geisel (1974- 1979) sendo o principal responsável o General Golbery do Couto e Silva.

observados os municípios que concentram as atividades industriais, como Sorocaba, Itu, Mairinque, Votorantim e Salto, a escolha por tal referencial se mostra mais coerente.

Ademais, de acordo com os dados apresentados por Souza (1992), neste período quase 40% do fluxo migratório intra-estadual para a RG de Sorocaba teve origem na RMSP. Na década posterior, tendo em vista os percentuais encontrados pela PRAD⁵⁹ (BAENINGER, 1997), pode-se inferir que grande parte do fluxo com origem na RMSP – que representa 56,17% dos fluxos inter-regionais da RA teve como destino a RG de Sorocaba e, pelo que temos apurado, mais precisamente a AU. Apreende-se, deste modo, a conformação de um corredor AU-RMSP em função da manutenção da alta representatividade deste fluxo.

Contudo, ainda que o volume tenha apresentado pouca variação, o período 1980-1991 mostra para o conjunto da AU a diminuição da participação do componente migratório sobre o crescimento populacional.

Gráfico II.9



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991. Elaborado a partir de SEADE (1992) e Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

Notas: *Apesar de apresentar crescimento absoluto positivo, o fato do município de Piedade acusar SM negativo prejudica a visualização da contribuição de cada um dos componentes do crescimento no gráfico, motivo pelo qual não há dado.

**O município de Alumínio emancipou-se de Mairinque no ano de 1991, por isso não está contemplado no gráfico.

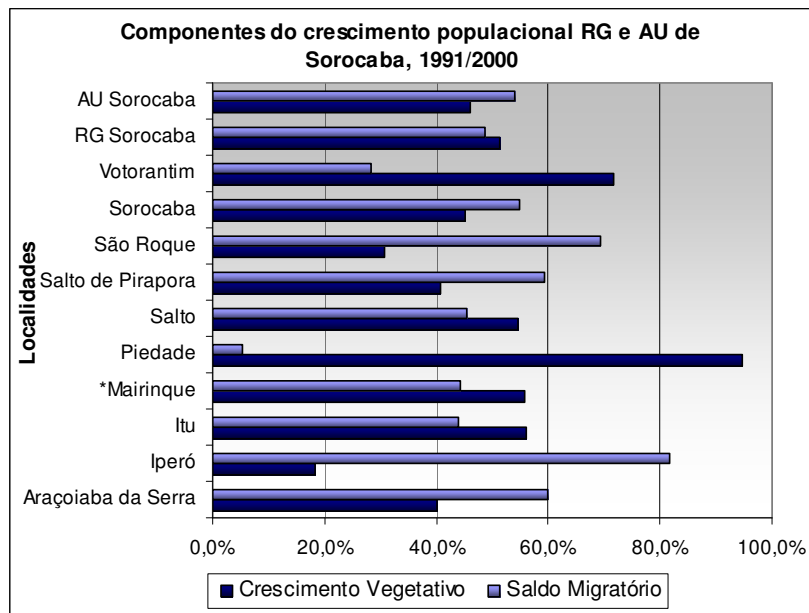
⁵⁹ Ver tabela II.6 na p. 67.

Conforme já destacado, o crescimento populacional verificado a partir da migração nos municípios de Iperó e Araçoiaba da Serra (ver Gráfico II.9) recebe forte impacto da implantação do projeto Aramar. No entanto, a manutenção dessa proporção entre os anos de 1991 e 2000 indica a emergência de outros fatores e requer, por isso, uma leitura atenta a partir de distinto aporte explicativo. Cabe salientar que a observação dos processos socioespaciais verificados em função da redistribuição espacial da população nessas localidades devem ser explorados de forma mais demorada no terceiro capítulo desta dissertação.

Para finalizar, destaca-se que o município-sede apresenta o maior volume do saldo migratório durante todo o período. É importante sublinhar que dito destaque se deve ao fato de concentrar as atividades industriais e também a maior estrutura de comércio e serviços da aglomeração urbana.

O gráfico abaixo indica, contudo, que é necessário incorporar outros elementos para a análise. Isso porque durante a década de 1990, período de arrefecimento das atividades produtivas, o município de Sorocaba tributa a maior parcela do seu crescimento populacional ao componente migratório. Em outras palavras, verifica-se que a explicação da migração pela economia não se sustenta mais. Ademais, é importante afirmar que no momento em que o incremento populacional para o conjunto da RG se deve ao componente vegetativo, a sede e parte dos municípios da AU de Sorocaba experimentam processo distinto.

Gráfico II.10



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000. Elaborado a partir de SEADE (1992) e Fundação SEADE (www.seade.gov.br).

Nota:

* O município de Alumínio emancipou-se de Mairinque no ano de 1991, por isso não está contemplado no gráfico. Para efeito de comparação da rede urbana, no cálculo do período 1991/2000 os dados de ambos os municípios foram agregados.

As questões referentes ao processo de urbanização e suas transformações recentes devem indicar algumas dessas particularidades bem como a distinção entre cada um dos municípios. A busca por um estilo de vida “suburbano” pelos grupos de mais alta renda, pautado por amenidades associadas à natureza e distante dos problemas dos grandes centros urbanos, como trânsito intenso, poluição e violência, é um dos pontos a serem investigados. Para tanto, cabe caracterizar e distinguir os movimentos migratórios intra e inter-AU assim como os deslocamentos pendulares.

É importante salientar que o objetivo deste trabalho não é elaborar um diagnóstico sobre a dinâmica populacional de determinada área do estado de São Paulo. Pretende-se, a partir da reconstrução histórica de um processo social entender como se articulam e se estruturam os espaços. A consolidação da Aglomeração Urbana de Sorocaba mostra esse movimento de edificação e conflito das estruturas políticas, econômicas, institucionais, culturais, etc. no espaço urbano. Assumimos, contudo que é a perspectiva demográfica pautada pelo processo de redistribuição da população no espaço que participa de maneira decisiva na estruturação do espaço urbano.

Assim, tendo em vista que se trata de um recorte territorial com algumas características comuns, no próximo capítulo procuraremos discorrer sobre os processos inerentes à dinâmica interna para entender como se relacionam à dinâmica e estrutura da AU no contexto estadual, mais especificamente com as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Para tanto, os fluxos migratórios de tipo urbano-urbano de curtas distâncias e os deslocamentos pendulares serão explorados à exaustão a partir dos dados do Censo 2000. Em outras palavras, procuraremos analisar a relação entre os movimentos populacionais e o processo de estruturação urbana para responder à pergunta: os deslocamentos intra-aglomeração urbana e inter-regionais definem os contornos da AU de Sorocaba?

CAPÍTULO 3 O PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA AU DE SOROCABA

As transformações da rede urbana paulista resultam de uma série de processos simultâneos e complementares que abarcam a dinâmica econômica e populacional, sobretudo a partir da década de 1970, conforme colocado anteriormente. Disso resulta, também, a importância da utilização de menores escalas territoriais de análise, com vistas a expressar, de forma mais aproximada, a integração entre o local e o regional. Não se trata, todavia de tentar construir espaços homogêneos – o que seria impossível, dado que as relações sociais e econômicas são pautadas pela desigualdade –, mas de relacionar situações e realidades comuns.

Um exemplo disso é a distinção entre a estruturação dos espaços da RA, RG e AU de Sorocaba, em boa medida verificados até aqui. Os dados observados ao longo do tempo mostram uma dinâmica urbana, populacional e econômica diferenciada para a porção territorial circunscrita à Aglomeração Urbana de Sorocaba.

Colocado nestes termos, temos que a reestruturação dos eixos de desenvolvimento demanda novos recortes espaciais uma vez que o território constitui-se de maneira fragmentada, não obstante, articulada e integrada. Com base nisso e amparado por indicadores econômicos e demográficos, um estudo recente sobre a rede urbana brasileira (IPEA et al, 2001a) classificou as aglomerações urbanas. Este levantamento identificou nas diferentes aglomerações analisadas os seguintes processos: novos padrões de articulação das economias regionais, novos recortes territoriais, novas espacialidades e novos padrões de mobilidade espacial da população. A análise do caso da Aglomeração Urbana (AU) de Sorocaba deve demonstrar tal processo.

Verifica-se que o município-sede e a AU de Sorocaba como um todo tendem a se aproximar dos pólos mais dinâmicos do estado: à leste (São Paulo) e ao norte (Campinas). A articulação com as regiões metropolitanas, por outro lado, coloca a questão da estrutura e da dinâmica da AU de Sorocaba verificada no contexto estadual e, mais especificamente, dos arranjos econômicos e populacionais da chamada macro metrópole paulista. Essa porção territorial distingue-se e distancia-se, portanto das demais regiões de governo da RA de Sorocaba que foram estabelecidas pela divisão político-administrativa estadual.

A discussão feita no capítulo anterior acerca do processo histórico de concentração e desconcentração produtiva no estado de São Paulo permitiu observar a constituição da região de

Sorocaba, em especial da sede e seu entorno imediato – a Aglomeração Urbana de Sorocaba –, como um dos pólos paulistas. Essa leitura compõe o pano de fundo da análise sobre o processo de redistribuição espacial da população no cenário estadual em que destacam-se as mudanças dos tipos e modalidades migratórias no decorrer dos anos 1980 e a emergência de outros tipos de deslocamento, como o movimento pendular.

Num contexto de arrefecimento das atividades produtivas desde o final da década de oitenta até meados de noventa, a explicação do fenômeno migratório associado diretamente à dinâmica econômica – como no caso do intenso processo de interiorização da indústria paulista –, perde força, conforme já discutido neste trabalho. Assim, é preciso observar que as transformações pelas quais as cidades passam nos dias de hoje envolvem, dentre outras questões, a reorganização do sistema produtivo e das relações de trabalho, o avanço das tecnologias de comunicação e meios de transporte, as mudanças do sistema financeiro e creditício, as relações culturais e de consumo.

Este capítulo tem por objetivo analisar a estrutura e dinâmica recente da AU de Sorocaba a partir dos dados censitários de 2000 referentes aos deslocamentos populacionais. Observaremos, portanto, os fluxos migratórios, privilegiando aqueles por data fixa e os deslocamentos pendulares feitos a partir da aglomeração urbana. A caracterização sociodemográfica destes fluxos deve subsidiar a verificação do processo de estruturação urbana na aglomeração urbana em questão.

O texto está dividido em quatro seções que contemplam i) a caracterização e composição da aglomeração urbana, ii) os fluxos inter e intra-estaduais para a AU, iii) a análise dos movimentos pendulares na AU, e iv) a discussão em torno dos deslocamentos e os processos socioespaciais na AU de Sorocaba.

3.1 Breve caracterização da AU de Sorocaba

A Aglomeração Urbana de Sorocaba contava com uma população de pouco mais de um milhão de habitantes no ano 2000, de acordo com o IBGE. O município mais populoso era Sorocaba, com quase quinhentas mil pessoas. Os números da tabela a seguir mostram que a sede concentrava cerca de 50% das pessoas da AU e um quinto do total da RA. Os outros municípios com maior percentual populacional da aglomeração urbana são Itu, Salto e Votorantim. As projeções populacionais para 2009 indicam que os dois últimos também passaram a ter mais de cem mil habitantes.

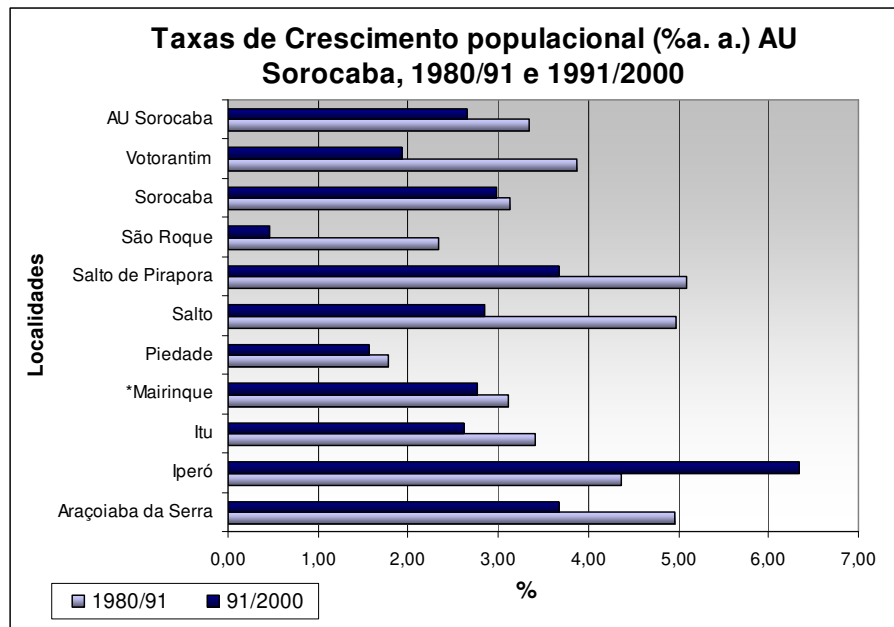
Tabela III.1 População total e distribuição percentual, RA, RG e AU de Sorocaba por municípios, 2000

Localidade	População	% AU	% RG	% RA
Alumínio	15.252	1,43	1,22	0,62
Araçoiaba da Serra	20.112	1,89	1,61	0,82
Iperó	18.384	1,73	1,47	0,75
Itu	135.366	12,73	10,85	5,49
Mairinque	39.975	3,76	3,20	1,62
Piedade	50.131	4,71	4,02	2,03
Salto	93.159	8,76	7,47	3,78
Salto de Pirapora	35.072	3,30	2,81	1,42
São Roque	66.637	6,27	5,34	2,70
Sorocaba	493.468	46,40	39,55	20,03
Votorantim	95.925	9,02	7,69	3,89
AU Sorocaba	1.063.481	100,00	85,23	43,17
RG Sorocaba	1.247.741	-	-	50,64
RA Sorocaba	2.463.754	-	-	-

Fonte: Elaborado a partir dos Microdados do censo 2000 (IBGE); Fundação SEADE.

Ainda de acordo com a Tabela III.1, apenas Alumínio e Iperó, têm população inferior a 20 mil habitantes. O último, no entanto, chama atenção pelo fato de continuar apresentando taxa de crescimento populacional bem acima da média regional no período 1991/2000 (ver Gráfico III.1), quando todos os demais municípios e o conjunto da AU já mostram diminuição no ritmo de crescimento. Apesar da redução dos percentuais para o incremento populacional, verifica-se para Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra números bastante altos, próximos a 4% a.a.

Gráfico III.1



Fonte: IBGE. Censos demográficos 1980, 1991 e 2000.

Nota:

* O município de Alumínio emancipou-se de Mairinque no ano de 1991, por isso não está contemplado no gráfico. Para efeito de comparação da rede urbana, no cálculo do período 1991/2000 os dados de ambos os municípios foram agregados.

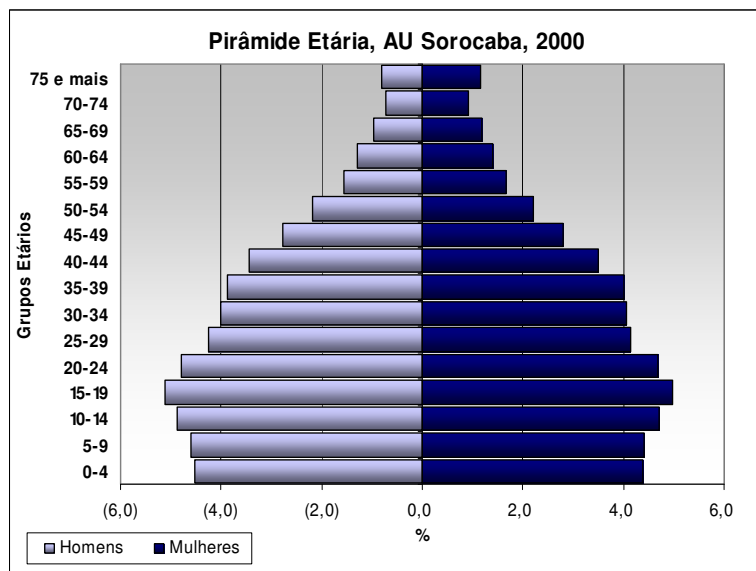
Ainda com relação às taxas de crescimento populacional, é importante sublinhar que Sorocaba tem o quarto maior valor aglomeração urbana. Esse ponto merece destaque e deve ser retomado em outro momento, mas pode indicar, uma especificidade da sede da AU. À diferença da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, que o entorno cresce a ritmo mais intenso que a sede – em parte pelo que a literatura chamou nos anos 1980 de processo de periferização – na AU de Sorocaba, mesmo que coexistam distintos processos socioespaciais, na sede ainda constata-se acentuada dinâmica populacional.

No Gráfico III.2 verifica-se que a AU de Sorocaba acompanha o processo de envelhecimento populacional nacional e estadual a partir da queda da fecundidade⁶⁰ e aumento da expectativa de vida⁶¹. A pirâmide etária para o ano de 2000 mostra o estreitamento da base a partir da paulatina diminuição das coortes mais jovens sobre o total populacional, desde o grupo de 0 a 4 anos até o grupo de 15 a 19 anos. Apresenta, ademais, o aumento da participação dos grupos etários entre 20 e 44 anos.

⁶⁰ Os números para o Brasil mostram que na década de 1970 cada mulher tinha em média 5,8 filhos. Este valor cai para 2,3 no ano 2000; para o estado de São Paulo neste mesmo ano, as mulheres tinham em média 2,1 filhos.

⁶¹ A expectativa de vida ao nascer do brasileiro que era de 54 anos em 1970, passa para 65 anos em 2000; já em São Paulo, a expectativa de vida ao nascer era de 71,5 anos.

Gráfico III.2

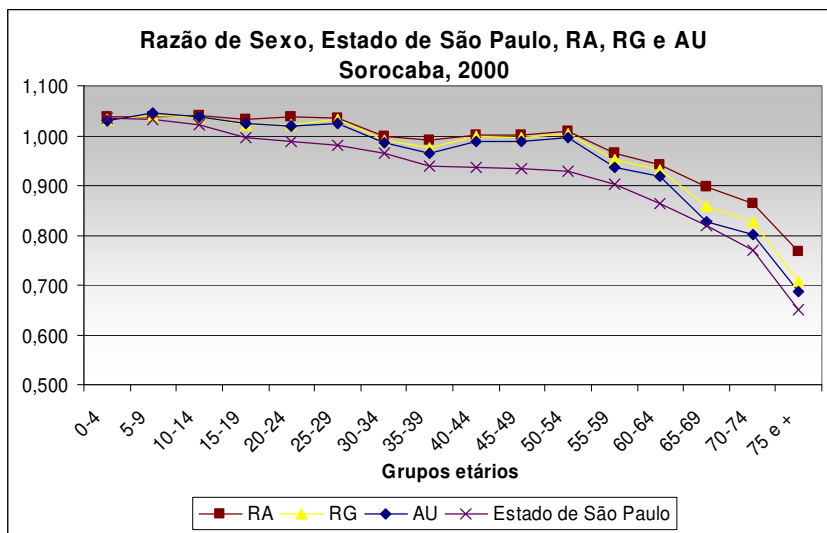


Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

Pela pirâmide etária, observa-se também que as mulheres têm participação mais efetiva do que os homens sobre o envelhecimento da população. Essa informação ganha corpo quando analisado o gráfico sobre a razão de sexo⁶². Isso porque até o grupo etário de 25-29 anos há uma leve predominância de homens para o conjunto da AU e a partir do grupo etário 30-34 anos o quadro começa a se alterar. E, finalmente, constata-se que para os grupos etários mais velhos (a partir de 55 anos), há mais mulheres do que homens.

⁶² Essa medida mostra o equilíbrio na distribuição da população por sexo e é obtida pela divisão do número total de homens pelo total de mulheres. Se o resultado é igual a 1 indica o equilíbrio perfeito entre os sexos, se maior que 1 apresenta a predominância de homens e se for menor que 1, mostra que há maior contingente de mulheres. (BERQUÓ, 1980)

Gráfico III.3



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

No gráfico III.3 apresentamos a razão de sexo por grupos etários para os três recortes territoriais usados no decorrer do trabalho (RA, RG e AU de Sorocaba) e também os valores para o estado de São Paulo. Para a região de Sorocaba como um todo acompanha-se níveis e padrões das curvas semelhantes até o grupo etário 55-59 anos e níveis diferentes a partir de então.

A comparação com o estado de São Paulo é interessante para pensarmos na dinâmica da mortalidade masculina. Em função da violência urbana que atinge principalmente homens na faixa dos 15 a 30 anos, é esperado que os valores fiquem abaixo de 1, o que indicaria a predominância de mulheres, conforme atestam os dados para o estado de São Paulo no gráfico apresentado acima. É certo que este tema merece análise mais demorada, mas à primeira vista, podemos afirmar que na região de Sorocaba (mesmo para os três recortes espaciais utilizados) a questão da mortalidade masculina reveste-se de outras características.

3.2 Caracterização da ocupação do espaço na AU de Sorocaba

Antes de entrar na discussão sobre os movimentos populacionais, os processos socioespaciais e a relação destes com a estruturação do espaço urbano na AU de Sorocaba, é importante descrever as características gerais do processo de ocupação desta localidade. Cabe advertir o leitor que a partir deste ponto do texto utilizaremos os dados para a população que no momento do levantamento censitário tinha quinze anos ou mais⁶³. A opção pela exclusão desta parcela da população visa amenizar os possíveis efeitos de composição da população, uma vez que a participação deste grupo não é decisiva para a compreensão da dinâmica migratória. Este recurso permite ainda que a análise relacione somente os envolvidos na dinâmica econômica intra-AU e inter-regional.

Os dados da tabela III.2 apresentam a distribuição da população da aglomeração urbana de Sorocaba pela condição de naturalidade. Se considerarmos os percentuais dos naturais do município, percebe-se que a maior parte dos municípios apresenta números próximos ao encontrado para a AU. As exceções ficam por conta de Iperó, Mairinque e Salto, na faixa dos trinta por cento e Piedade, onde quase 70% da população nasceu no próprio município.

Tabela III.2 Distribuição percentual da população de quinze anos ou mais da AU de Sorocaba segundo naturalidade, 2000

Localidade	Naturais do município		Naturais do estado de SP		Naturais de Outras UFs		População Total
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Alumínio	3.794	35,3	3.295	30,7	3.650	34,0	10.739
Araçoiaba da Serra	6.680	45,4	5.509	37,4	2.527	17,2	14.716
Iperó	3.909	30,1	6.082	46,8	3.006	23,1	12.997
Itu	41.228	42,0	27.941	28,5	29.032	29,6	98.201
Mairinque	8.343	29,7	8.902	31,6	10.884	38,7	28.129
Piedade	24.303	67,7	7.340	20,5	4.247	11,8	35.890
Salto	18.713	27,9	22.436	33,5	25.875	38,6	67.024
Salto de Pirapora	9.262	37,6	10.607	43,0	4.777	19,4	24.646
São Roque	23.888	48,9	12.590	25,8	12.372	25,3	48.850
Sorocaba	143.725	39,8	131.544	36,4	86.157	23,8	361.426
Votorantim	25.519	37,3	30.487	44,6	12.348	18,1	68.354
AU Sorocaba	309.364	40,1	266.733	34,6	194.875	25,3	770.972

Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

⁶³ Salvo quando nos utilizarmos da análise das pirâmides etárias.

Aqueles que nasceram no estado de São Paulo representam um terço da população da AU. Já o percentual de pessoas que são naturais de outras unidades da federação (UF) representa 25,3% dos habitantes da aglomeração urbana de Sorocaba. O estado que mais fornece população para esta área é o Paraná, são quase 74 mil pessoas o que perfaz cerca de 38% dos naturais de outras UFs. Se acrescido os percentuais dos estados de Minas Gerais (17%), Bahia (11%) e Pernambuco (9%), a cifra chega a 75%.

Detalhando os valores encontrados para os municípios que têm maior concentração de naturais de outras UFs, verifica-se que para Salto a distribuição é semelhante à da AU: a maior proporção de migrantes é de paranaenses, que representam quase metade dos migrantes interestaduais. Em Alumínio a diferença fica por conta da prevalência de mineiros, com 36% do contingente. O município de Mairinque, dos três que apresentam maior adensamento de migrantes de outros estados, é o único que acusa distribuição igual ao conjunto da aglomeração.

Quanto à distribuição da população por faixas de renda⁶⁴, não se verifica diferenças substanciais entre naturais e não naturais residentes na AU de Sorocaba em 2000. Não obstante, de acordo com a Tabela III.3, pode-se verificar que o maior percentual de pessoas que ganham até ½ salário mínimo⁶⁵ está entre os nascidos em um dos municípios da aglomeração, são ao todo 35,5%.

Tabela III.3 Distribuição % da renda total em Salários Mínimos dos residentes na AU de Sorocaba, segundo naturalidade, 2000

Renda (SM)	Naturais da AU		Naturais do estado de SP		Naturais de Outras UFs		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 1/2	109.731	35,5	80.625	30,2	58.914	30,2	249.270	32,3
Mais de 1/2 a 1	27.653	8,9	26.907	10,1	20.984	10,8	75.544	9,8
Mais de 1 a 2	44.790	14,5	34.918	13,1	33.352	17,1	113.060	14,7
Mais de 2 a 5	70.523	22,8	64.885	24,3	53.757	27,6	189.165	24,5
Mais de 5 a 10	36.961	11,9	36.973	13,9	19.843	10,2	93.777	12,2
Mais de 10 a 20	13.564	4,4	14.735	5,5	5.459	2,8	33.758	4,4
Mais de 20	6.142	2,0	7.690	2,9	2.566	1,3	16.398	2,1
Total	309.364	100,0	266.733	100	194.875	1000	770.972	100,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

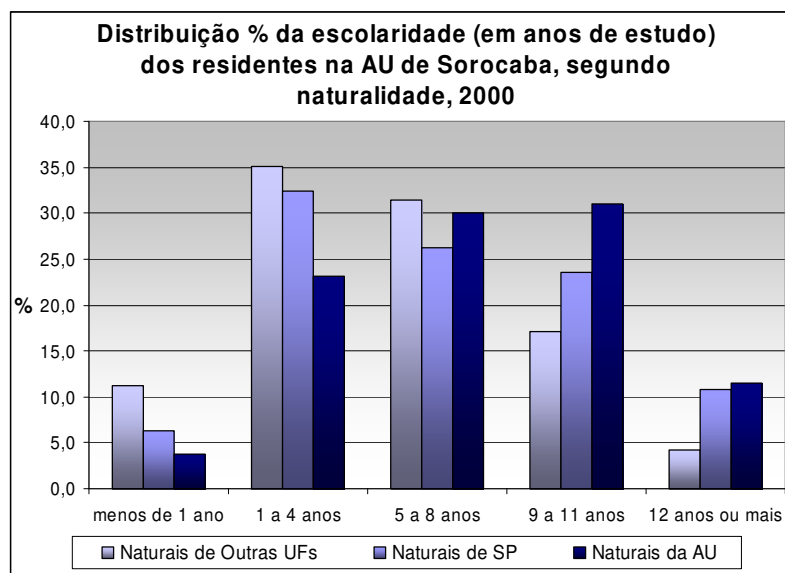
⁶⁴ Para as análises relacionadas à renda da pessoa, utilizaremos a variável do censo “V4615 - Total de rendimentos, em salários mínimos” que se refere à soma dos rendimentos brutos auferidos provenientes de todas as fontes, ou seja, soma dos rendimentos do trabalho principal e dos demais trabalhos com os rendimentos provenientes de outras fontes, referentes ao mês de julho de 2000, em salários mínimos. (IBGE, 2002)

⁶⁵ Na data de referência do censo o salário mínimo correspondia a R\$ 151,00, de acordo com a Lei nº 9.971 de 18 de maio de 2000.

Para completar essa análise é importante destacar que, dentre os não naturais de São Paulo, cerca de 86% recebiam até cinco salários mínimos e o maior percentual de pessoas com rendimento superior a dez salários mínimos está entre aqueles migrantes que nasceram em território paulista. O rendimento médio na aglomeração era de 3,55 salários mínimos (R\$ 536,28). Nesse caso, os extremos são representados por Iperó, com a menor renda média do conjunto de municípios – 2,06 SM, equivalente a R\$ 310,76 – e Sorocaba, com média de 4,02 SM (R\$ 606,30).

Outra diferença entre naturais e não naturais da AU, além da verificada a partir da renda, pode ser constatada a partir da observação do nível de escolaridade. Contabilizando o número de anos de estudo fica evidente a proporção de pessoas menos escolarizadas entre os nascidos em outros estados brasileiros (Gráfico III.4). Ao todo, quase metade da população de quinze anos ou mais deste grupo tem até quatro anos de estudo, sendo que apresenta um alto índice entre os que não têm sequer um ano de estudo. Já os números da escolaridade para os naturais do estado de São Paulo retratam uma posição mediana no conjunto analisado.

Gráfico III.4



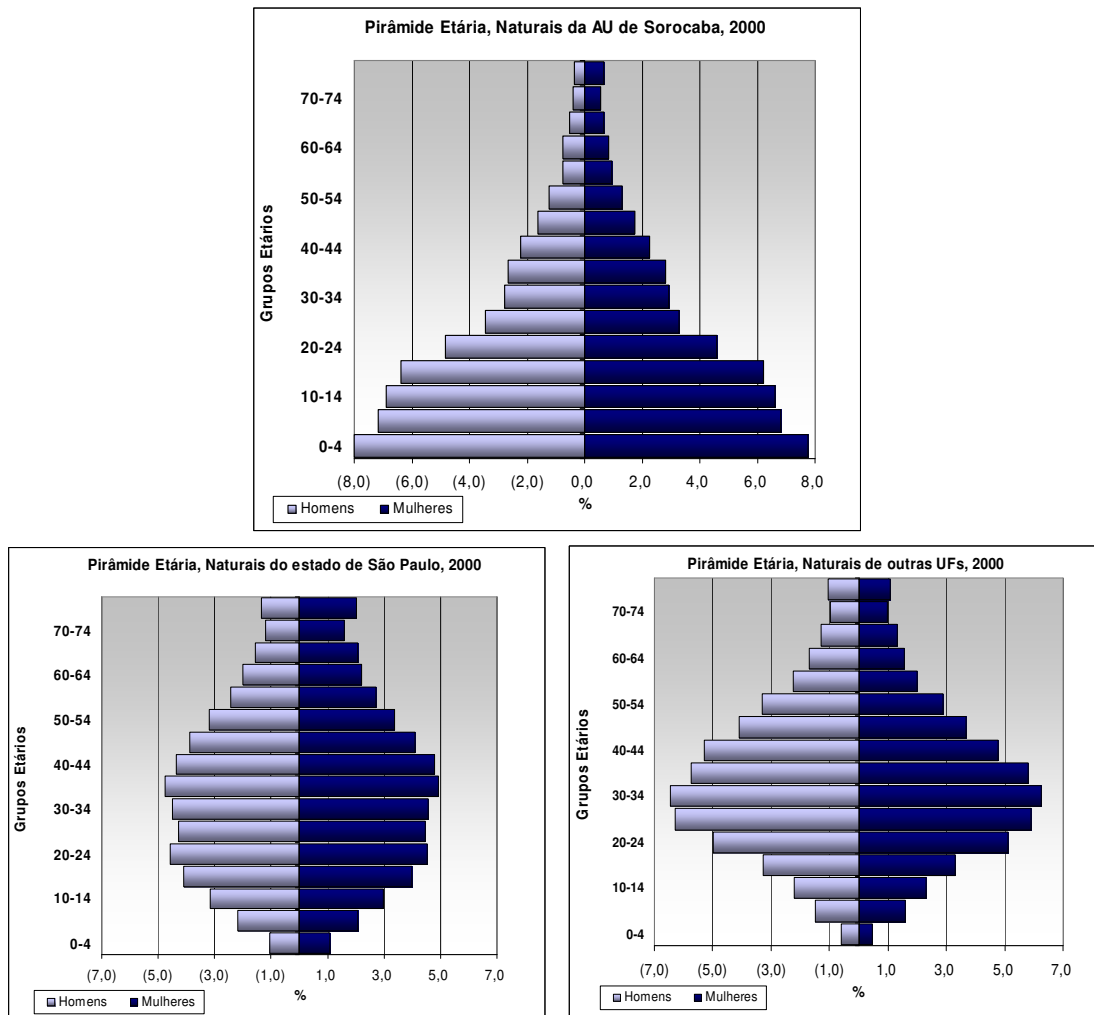
Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

Ainda segundo o Gráfico III.4 pode-se perceber que a população de quinze anos ou mais nascida em um dos municípios da aglomeração urbana é mais escolarizada que os migrantes. Sobre essa característica, um dado interessante diz respeito aos níveis de escolaridade e à sua distribuição entre naturais e não naturais por município. Para os não naturais observa-se que os

percentuais por faixa de anos de estudo se mantêm independente do município de residência, isto é, os valores são semelhantes àqueles disponibilizados no gráfico. Para os naturais da AU a disposição se dá de forma diferente. Como exemplo disso, cabe assinalar os casos dos municípios de Salto de Pirapora e Iperó em que aproximadamente 40% das pessoas têm até quatro anos de estudo e também Araçoiaba da Serra e Piedade cujos valores superam os 50%. Para visualizarmos as disparidades, merecem realce os municípios de Itu, Salto e Sorocaba, pois, além de apresentarem baixo percentual de pessoas com até quatro anos de estudo, são as únicas localidades que têm mais de dez por cento da população com mais de doze anos de estudo, 11%, 12,08% e 15,83%, respectivamente.

A distribuição etária dos naturais e não naturais da AU de Sorocaba para o ano 2000 (Gráfico III.5) mostra algumas características acerca dos movimentos migratórios para esta região. Tendo em vista a distribuição por sexo nas pirâmides etárias e a partir da observação dos grupos etários entre 0 e 14 anos, é possível associar os deslocamentos com o ciclo vital dos migrantes. Nesse sentido, a tomar pela pequena proporção de menores de 14 anos nas duas pirâmides de não naturais da AU, pode-se inferir que são poucos os casais que realizam o deslocamento com filhos. A base larga da pirâmide dos naturais da AU corrobora esta afirmação e sugere que essas pessoas têm seus filhos no momento em que se instalam em um dos municípios da aglomeração urbana de Sorocaba.

Gráfico III.5



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

* As escalas das pirâmides etárias dos não naturais da AU de Sorocaba foram alteradas para melhor visualização do processo.

Analisando apenas as pirâmides etárias dos não naturais da AU, é possível verificar que o gráfico para os nascidos em outras UFs apresenta estrutura mais envelhecida do que aquela referente aos naturais do estado de São Paulo. Na distribuição paulista acompanha-se um bloco mais homogêneo entre as idades de 15 a 19 anos até o grupo etário 44 a 49 anos.

Se colocarmos essas duas situações no contexto das mudanças dos movimentos migratórios da década de 1980 – a inflexão dos tipos de deslocamento, de longas para curtas distâncias –, a informação ganha outros contornos. Se, como num caso hipotético, considerarmos que a distribuição etária da população nascida em outras UFs retrata a realidade de uma determinada localidade, poderíamos afirmar que há uma brusca diminuição no ritmo de

crescimento, sobretudo se se tem referência na coorte de 30 a 34 anos. Em outras palavras, o gráfico em questão mostra o enfraquecimento desta modalidade migratória no decorrer da década de 1990. Partindo do mesmo princípio, poder-se-ia afirmar que o processo de redistribuição espacial da população paulista na AU de Sorocaba tende à estabilidade.

A análise mais cuidadosa acerca dos fluxos inter e intra-estaduais para a área delimitada por este estudo deve trazer evidências mais contundentes sobre o cenário de alterações dos tipos e modalidades migratórias no decorrer do tempo. Vale lembrar que tal esforço já foi feito por Baeninger (1997, 1998), Pacheco et al (2000), Cunha (1997), dentre outros. Para a finalidade desta pesquisa, interessa aprofundar essa análise e entender qual a relação da migração com a estruturação do espaço na AU de Sorocaba.

3.2.1 Aspectos gerais da migração inter-estadual para a AU de Sorocaba

Os naturais de outras Unidades da Federação representam 25,3% (194.875 pessoas) da população com quinze anos ou mais da AU. Observando apenas esse grupo podemos perceber que a dinâmica migratória desta região acompanha o que aponta a literatura referente ao tema: tendência de queda para os deslocamentos de longa distância e aumento das trocas intra-estaduais.

A informação relacionada aos deslocamentos feitos a partir de outros estados, apesar de referir-se a um determinado momento (ano 2000), demonstra o arrefecimento desse tipo de movimento. Isso porque os dados distinguem as pessoas que chegaram a São Paulo há cinco anos (a partir do quesito sobre a UF ou país de residência em 1995) daqueles que residem na UF há no máximo dez anos (a partir do quesito sobre UF ou país de residência anterior). O número de indivíduos que realizou movimento inter-estadual e que está em território paulista há mais de dez anos pode ser obtido através da decomposição do total de naturais de outros estados⁶⁶ (através da subtração do resultado da soma dos dois quesitos listados acima do total de naturais de outras UFs).

⁶⁶ É importante advertir que existe a possibilidade de parte dos indivíduos captados pela informação de UF de residência anterior e UF de residência em 1995 sejam retornados (naturais de São Paulo). O número referente àqueles que estão há mais de 10 anos em São Paulo, no entanto, foi atestado pelo cruzamento dos dados sobre o tempo de moradia no município e a condição de naturalidade, o que nos permite fazer tal afirmação.

Tabela III.4 Distribuição dos naturais de outras UFs e dos migrantes inter-estaduais por data fixa e última etapa segundo grandes regiões, 2000

Localidade de origem	UF Nascimento		UF Resid. Anterior		UF Residência 1995	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Norte	913	0,5	827	1,3	453	0,5
Nordeste	70.066	36,0	20.464	32,6	9.139	9,8
Sul	77.291	39,7	20.758	33,0	8.084	8,7
Sudeste (exceto SP)	37.819	19,4	7.725	12,3	3.373	3,6
São Paulo*	-	-	-	-	69.678	74,9
Centro-Oeste	4.341	2,2	2.433	3,9	1.437	1,5
Outro País (incluso ign.)	4.445	2,3	10.616	16,9	888	1,0
Total	194.875	100,0	62.823	100,0	93.050**	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do censo 2000 (IBGE), tabulação própria.

Notas:

*Apenas no quesito sobre UF de residência por data fixa constam deslocamentos feitos na própria UF (São Paulo).

** Excluindo-se os valores para SP, são 23.373 pessoas que estavam em outras UFs no ano de 1995.

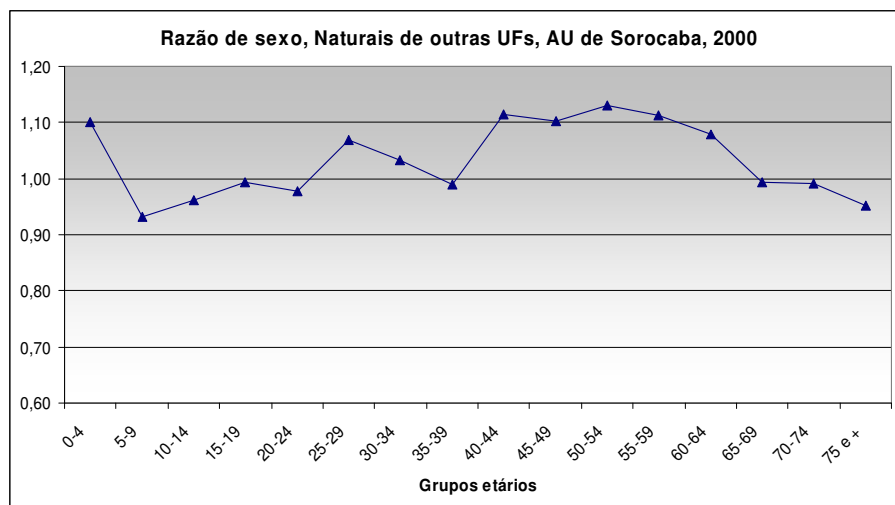
A Tabela III.4 corrobora a afirmação feita acima. Assim, do total de residentes na AU de Sorocaba no ano 2000 que realizou movimento inter-estadual, 55,8% está em São Paulo há mais de 10 anos, 32,2% até 10 anos e apenas 12% residiam em outra UF em 1995. Este último quesito ilustra a diminuição da ocorrência desse tipo de deslocamento e indica a dinâmica existente na aglomeração urbana, pois cerca de 75% deste fluxo corresponde a movimentos de curtas distâncias – intra-estaduais. Importante ressaltar que os principais destinos dos migrantes inter-estaduais por última etapa e também por data fixa foram os municípios de Sorocaba, Salto e Itu que juntos concentram pouco mais de setenta por cento dos fluxos.

As regiões Sul e Nordeste são as que mais cederam migrantes para a AU de Sorocaba. Conforme descrito anteriormente, destacam-se os estados do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que respondem por quase três quartos dos fluxos em todos os quesitos analisados. Na tabela acima, os valores apresentados para “outros países”, devem levar em consideração os problemas com a coleta de dados, uma vez que se constata significativo número para os casos “ignorados” e “sem especificação”. Essa observação exprime, por outro lado, a baixa representatividade da migração internacional para a composição dos não naturais da AU – participa com cerca de 2% do total. De qualquer modo, vale dizer que as colônias de italianos, portugueses e japoneses são as mais expressivas na aglomeração urbana. Detalhando por município, temos que, numericamente, a maior concentração de estrangeiros ocorre em Sorocaba.

Em termos percentuais, o destaque fica por conta dos naturais do Japão no município de Piedade que somam cerca de 5% dos não naturais de São Paulo.

Ainda no que tange a dinâmica migratória de longas distâncias, é possível inferir que as primeiras etapas desse deslocamento, observado pelos nascidos em outros estados brasileiros e que estão há mais de dez anos em São Paulo, foram majoritariamente masculinas. É o que sugerem os dados disponíveis no gráfico sobre a razão de sexo para este grupo: mesmo nas idades mais avançadas – acima de 65 anos – observa-se os valores próximos a um, à exceção do último grupo etário.

Gráfico III.6



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

No gráfico acima, apesar dos valores registrados para os indivíduos que têm entre 25 a 34 anos, pode-se acompanhar uma tendência de queda do número total de homens sobre o de mulheres que fizeram o deslocamento de longa distância. O que sinaliza, além da diminuição numérica da migração inter-estadual, a prevalência de outras características nestes fluxos, como a maior participação feminina.

A apresentação da composição dos migrantes inter-estaduais a partir dos dados acerca da UF anterior ou UF em 1995 por escolaridade (Tabelas III.5 e III.6) demonstra que a distribuição é semelhante àquela verificada para o conjunto de não naturais residentes na AU de Sorocaba.

Tabela III.5 Distribuição relativa dos migrantes por data fixa e escolaridade (em anos de estudo), AU Sorocaba, 2000

Localidade	Escolaridade (em anos de estudo)					Total*
	Menos de 1	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou +	
Alumínio	10,4	32,3	23,4	27,8	6,1	100,0
Araçoiaba da Serra	16,6	30,6	34,5	12,8	5,5	100,0
Iperó	10,5	27,3	29,8	25,1	1,9	94,8
Itu	10,1	30,4	36,4	17,2	4,6	98,8
Mairinque	10,5	37,1	36,8	12,9	2,7	100,0
Piedade	4,7	36,0	45,6	12,7	0,9	100,0
Salto	7,5	38,0	34,4	15,7	3,0	98,7
Salto de Pirapora	6,0	28,6	33,2	26,0	6,2	100,0
São Roque	14,0	36,2	25,1	20,3	4,4	100,0
Sorocaba	6,3	27,0	33,4	24,1	8,1	99,0
Votorantim	8,9	27,2	34,1	24,2	4,8	99,1
AU Sorocaba	8,2	30,5	34,1	20,7	5,7	99,1

Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

*Nota:

Os valores acusados para as categorias “não determinado” e “alfabetização de adultos” foram considerados para o cálculo, mas não apresentados na tabela. Por isso verifica-se valores diferentes de 100 para alguns municípios.

Tabela III.6 Distribuição relativa dos migrantes por última etapa e escolaridade (em anos de estudo), AU Sorocaba, 2000

Localidade	Escolaridade (em anos de estudo)					Total*
	Menos de 1	1 a 4	5 a 8	9 a 11	12 ou +	
Alumínio	8,8	26,4	28,6	31,6	3,8	99,2
Araçoiaba da Serra	9,5	33,6	30,8	15,6	10,5	100,0
Iperó	13,2	34,5	35,1	13,4	1,4	97,6
Itu	8,8	31,2	34,0	18,8	6,4	99,2
Mairinque	15,0	34,8	35,0	13,0	2,0	99,8
Piedade	11,0	36,3	41,1	10,9	0,7	100,0
Salto	7,4	35,1	33,4	20,8	2,8	99,5
Salto de Pirapora	12,2	34,9	29,3	19,0	4,1	99,4
São Roque	11,2	35,3	29,7	17,7	6,0	99,9
Sorocaba	6,9	26,8	33,6	23,6	8,0	99,0
Votorantim	7,6	26,1	35,2	24,2	5,9	99,0
AU Sorocaba	8,5	30,2	33,6	20,9	6,1	99,2

Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

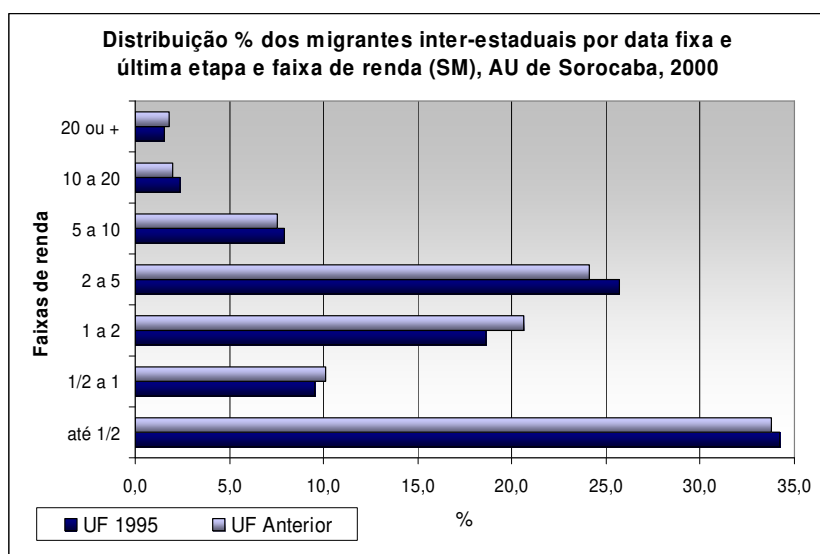
Nota:

* Os valores acusados para as categorias “não determinado” e “alfabetização de adultos” foram considerados para o cálculo, mas não apresentados na tabela. Por isso verifica-se valores diferentes de 100 para alguns municípios.

Se compararmos os valores expressos nas tabelas acima com os apontamentos feitos sobre os não naturais da aglomeração urbana nascidos em outros estados, veremos que há semelhança na distribuição percentual por faixas de anos de estudo e município entre os migrantes interestaduais recentes e os mais antigos. Assumimos desde o princípio do trabalho que uma das limitações da fonte de dados aqui utilizada diz respeito ao caráter não retrospectivo da informação, isto é, não sabemos qual é a condição do indivíduo quando migra, mas apenas na data da entrevista. Dito isso, embora não se constitua como objeto de análise, as condições na origem e a inserção deste migrante na aglomeração urbana aparecem como questões relevantes. Tendo em vista que cada um dos municípios da AU de Sorocaba apresenta indicadores bastante diferentes – como no caso da escolaridade – pode-se dizer que o destino reproduz certa especificidade de cada município.

De qualquer maneira, reitera-se que, sendo a partir de última etapa ou data fixa, não há diferenças significativas de escolaridade entre os indivíduos que realizaram movimento interestadual. É o que se verifica também para a renda. O Gráfico III.6 apresenta a distribuição por faixas de renda em salário mínimo para ambos os casos selecionados.

Gráfico III.7



Fonte: IBGE. Censo demográfico de 2000.

O detalhamento dos dados por município não revelam grandes diferenças. Pelo contrário, acompanham os valores encontrados para o conjunto da aglomeração urbana. Na sequência, veremos os dados referentes à migração intra-estadual.

3.2.2 Movimentos intra-estaduais

Os movimentos migratórios intra-estaduais serão analisados apenas a partir do quesito de município de residência no ano de 1995. Isso porque o censo demográfico de 2000 não perguntou a respeito do município de residência anterior⁶⁷ (última etapa migratória) do indivíduo, como no caso da UF.

Conforme apontado anteriormente, estes deslocamentos de curtas distâncias representam mais de setenta e cinco por cento do fluxo total para a aglomeração urbana de Sorocaba. O que sugere de antemão que a inflexão das modalidades migratórias verificadas para o estado de São Paulo nos anos 1980 se verifica, no decorrer do decênio seguinte, como uma tendência. É o que demonstra a tabela abaixo.

Tabela III.7 Distribuição absoluta e relativa dos migrantes por data fixa, AU Sorocaba, 2000

Localidade de Residência Atual	Intra-estadual		Inter-estadual		Total
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Alumínio	920	1,3	459	2,0	1.379
Araçoiaba da Serra	2.220	3,2	232	1,0	2.452
Iperó	2.992	4,3	336	1,5	3.328
Itu	7.381	10,6	3.958	17,6	11.339
Mairinque	3.107	4,5	1.116	5,0	4.223
Piedade	2.336	3,4	1.082	4,8	3.418
Salto	5.817	8,3	2.257	10,0	8.074
Salto de Pirapora	3.113	4,5	555	2,5	3.668
São Roque	4.341	6,2	1.553	6,9	5.894
Sorocaba	31.159	44,7	9.561	42,5	40.720
Votorantim	6.297	9,0	1.363	6,1	7.660
AU Sorocaba	69.683	100,0	22.473	100,0	92.156

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulação própria.

Apesar de haver algumas diferenças na distribuição percentual dos migrantes que residiam em outro município no ano de 1995 entre os municípios da aglomeração urbana, pode-se verificar que são quatro localidades que concentram a maior parte dos fluxos: Itu, Salto, Sorocaba e Votorantim.

⁶⁷ É importante salientar que no censo de 1991 são disponibilizadas tanto a informação sobre município de residência anterior (última etapa) quanto o município cinco anos antes do levantamento (data fixa).

Convém, no entanto, fazer uma ressalva sobre o uso do termo curta distância. A literatura trata o deslocamento feito dentro dos limites estaduais, logo, “intra-estaduais” como sendo de curta distância. De modo que para o indivíduo que se mudou, por exemplo, de Itu para Sorocaba e para o indivíduo que residia no extremo oeste do estado de São Paulo e chegou na AU de Sorocaba (percorrendo uma distância aproximada de 600 km), dispensa-se igual tratamento, não obstante revelarem processos distintos.

Nestes termos e, para as pretensões deste trabalho, deve-se sublinhar que além da mudança dos limites do deslocamento, este processo envolve e exprime uma dinâmica regional.

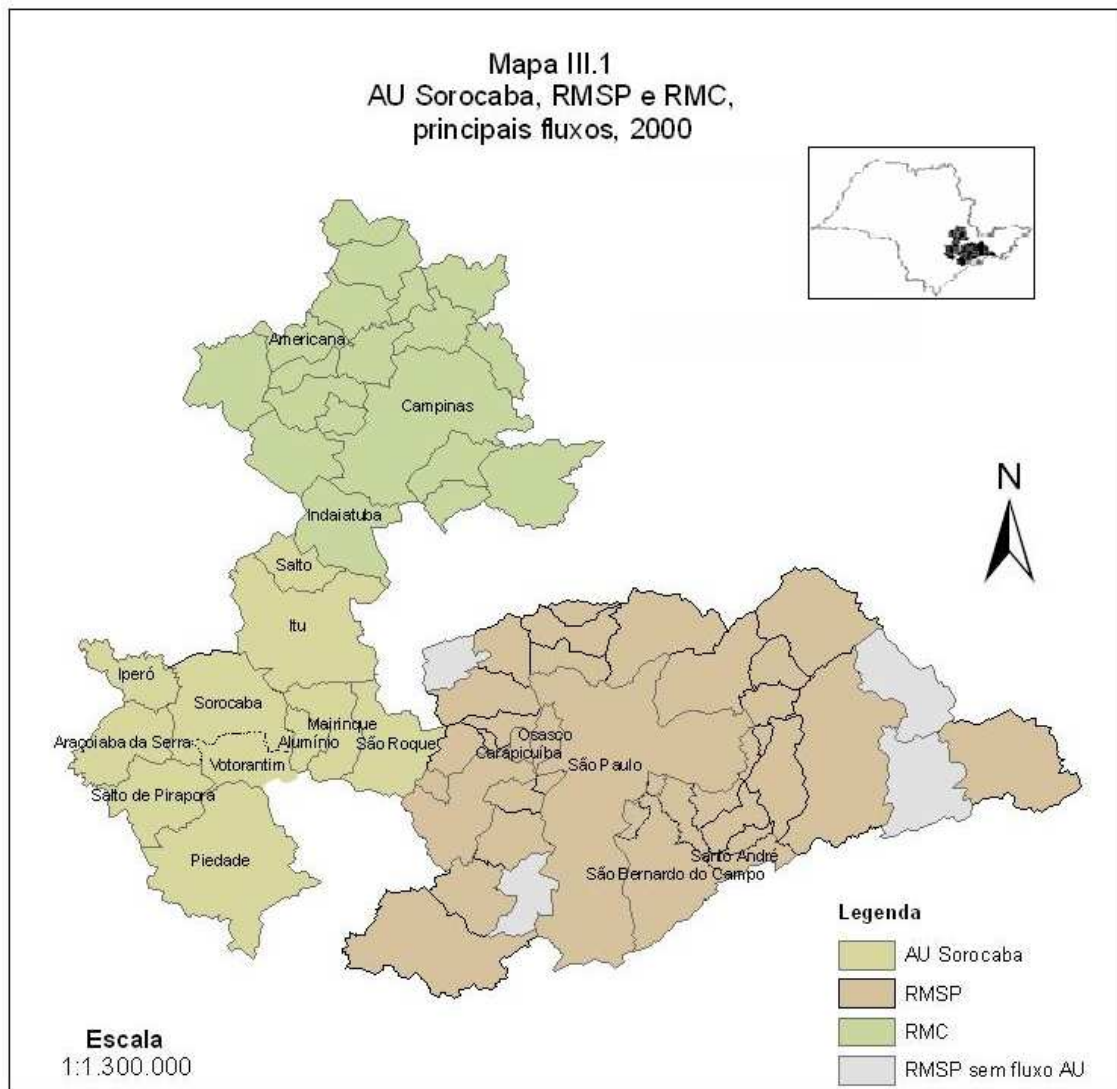
O arrolamento dos dados acerca do processo de redistribuição espacial da população na aglomeração urbana de Sorocaba mostrou que houve deslocamento de pelo menos um indivíduo, em direção à porção territorial analisada, com origem em 317 municípios paulistas (além daqueles não especificados). Desse montante, dois terços dos fluxos se deram entre municípios da Aglomeração Urbana de Sorocaba (movimento intra-AU), da Região Metropolitana de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas⁶⁸ (movimento inter-regional), que somam 64 municípios⁶⁹.

Dada a importância destes fluxos para a compreensão da dinâmica e estrutura da aglomeração urbana de Sorocaba, a partir deste ponto do texto privilegiaremos as dimensões intra-AU e inter-regional. Sendo que na primeira situação devem ser considerados os deslocamentos entre os onze municípios da AU. Para a segunda, destacar-se-ão as trocas entre a AU de Sorocaba e as duas regiões metropolitanas citadas acima.

⁶⁸ Instituída pela Lei Estadual n. 870, de 19/05/2000, a RMC é composta pelos seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte-Mór, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

⁶⁹ Dos 39 municípios que compõem a RMSp, apenas os municípios de Biritiba-Mirim, Embu-Guaçu, Guararema e Pirapora do Bom Jesus não apresentaram fluxo em direção à AU de Sorocaba.

Mapa III.1



Fonte: IBGE. Malha digital do Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

O Mapa III.1 apresenta os três recortes territoriais em tela, com destaque para todos os municípios da aglomeração, além dos municípios que cederam mais pessoas para a AU da RMC (Campinas, Indaiatuba e Americana) e da RMSP (São Paulo, Osasco, Santo André, São Bernardo e Carapicuíba). O realce em cinza na porção da RMSP indica as quatro localidades que não registraram nenhum movimento migratório para a aglomeração urbana.

Os números da tabela a seguir mostram a distribuição absoluta e percentual dos movimentos migratórios inter-estaduais por data fixa dos maiores de quinze anos que destinaram-se à AU de Sorocaba.

Conforme sinalizamos anteriormente, os valores dos fluxos a partir de “Outros SP” devem ser relativizados, pois trata-se da somatória de todos os municípios que não pertencem aos recortes territoriais selecionados em função da especificidade da presente análise acerca da rede urbana (AU ou RMs). De qualquer maneira, vale ressaltar que os números mais significativos envolvem algumas das localidades⁷⁰ próximas à AU de Sorocaba ou aquelas pertencentes à região administrativa. O que reforça o argumento acerca da prevalência da dinâmica regional.

Tabela III.8 Distribuição absoluta e relativa dos movimentos migratórios intra-estaduais, segundo origem do deslocamento, AU Sorocaba, 2000

Localidade de Residência Atual	Origem do deslocamento								Total
	AU Sorocaba		RMSP		RMC		Outros SP		
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Alumínio	435	2,7	244	0,9	25	1,1	216	0,9	920
Araçoiaba da Serra	948	5,9	822	2,9	0	0,0	450	1,9	2.220
Iperó	781	4,8	1.527	5,5	92	3,9	592	2,6	2.992
Itu	1.162	7,2	3.246	11,6	440	18,5	2.533	10,9	7.381
Mairinque	999	6,2	1.293	4,6	66	2,8	749	3,2	3.107
Piedade	486	3,0	764	2,7	20	0,8	1.066	4,6	2.336
Salto	1.604	9,9	2.029	7,3	426	17,9	1.758	7,6	5.817
Salto de Pirapora	1.131	7,0	1.231	4,4	31	1,3	720	3,1	3.113
São Roque	721	4,5	2.449	8,8	68	2,9	1.103	4,8	4.341
Sorocaba	4.440	27,5	13.397	47,9	1.142	48,0	12.180	52,5	31.159
Votorantim	3.462	21,4	943	3,4	67	2,8	1.825	7,9	6.297
AU Sorocaba	16.169	100,0	27.945	100,0	2.377	100,0	23.192	100,0	69.683
% Total	23,2		40,1		3,4		33,3		100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulação própria.

O que mais chama a atenção na tabela acima é o destino dos imigrantes na AU. O município sede, Sorocaba, é o grande receptor dos migrantes, o que demonstra seu importante papel de pólo regional.

A RMC foi a área de onde saíram menos pessoas com destino à AU, são ao total 2.377, que representam 3,4% do total de deslocamentos feitos em território paulista. Interessa, todavia, o vínculo com o município-sede e também com Itu e Salto. A ligação rodoviária entre as duas áreas é feita pelas rodovias Marechal Rondon e Santos Dumont, passando pelos três municípios até chegar em Indaiatuba e Campinas, como ilustra o mapa III.1. Nestes termos, os dados sobre os

⁷⁰ Dos municípios mais distantes, mas pertencentes à RA de Sorocaba, destacamos Itapeva, Capão Bonito e Itaporanga que juntos cederam 2.206 pessoas para a AU e os casos de Porto Feliz, Ibiúna, Boituva, Pilar do Sul e Itapetininga, localidades mais próximas à AU, de onde saíram 3.013 pessoas com destino à aglomeração.

movimentos migratórios fornecem elementos para se discutir a estrutura e dinâmica dessa região para além da circulação de mercadorias e escoamento da produção.

Ainda de acordo com a Tabela III.8 constata-se a significativa participação da RMSP para a composição do quadro das migrações intra-estaduais: as quase 28 mil pessoas representam 40% do total. Além dos municípios já citados, o destaque fica por conta de São Roque, residência de cerca de 10% das pessoas que deixaram a principal região metropolitana paulista. Também nesse caso, há de se destacar os dois eixos viários – Rodovia Castelo Branco e Raposo Tavares – que unem as duas áreas.

A dinâmica de redistribuição espacial da população na AU de Sorocaba guarda um elemento que evidencia uma dinâmica específica sobre os demais fluxos para esta área. A rotatividade de pessoas entre os municípios da aglomeração é marcada através das pouco mais de dezesseis mil pessoas que trocaram de município. Em termos percentuais estes números representam cerca de um quarto do fluxo total. À diferença dos fluxos inter-regionais que exprimem a concentração das pessoas vindas de outros municípios do estado de São Paulo em Sorocaba, a distribuição para as trocas intra-regionais mostra números mais distribuídos entre as partes da aglomeração, sendo que chama a atenção os valores encontrados para o município de Votorantim. São 3.462 pessoas que mudaram-se para este município, 21,4% dos deslocamentos intra-AU.

O detalhamento dos fluxos para a AU de Sorocaba evidencia a existência de sub-centros regionais, seja na relação com as regiões metropolitanas ou nos limites da aglomeração urbana. Na sequência do trabalho tentaremos caracterizar os fluxos numericamente mais relevantes com vistas a aprofundar a análise sobre o processo de redistribuição espacial da população nesta área.

3.2.2.1 Movimentos migratórios inter-regionais para a AU de Sorocaba

Tendo em vista que os movimentos migratórios aqui analisados vêm de direções diferentes – um sentido norte-sul (Campinas-Sorocaba) e o outro leste-oeste (São Paulo-Sorocaba) – os trataremos de forma separada para melhor visualização dos processos. Se observado a partir dos eixos viários, já destacados, é possível perceber que se formam dois corredores entre as distintas áreas. Começaremos pelo fluxo RMSP-AU Sorocaba.

Antes, porém, é preciso salientar que para a caracterização de cada um dos fluxos inter-regionais ou intra-AU deve-se considerar a particularidade da fonte de dados utilizada referente à expansão da amostra do censo. Sendo assim, como alguns destes deslocamentos envolvem números pouco expressivos é importante atentarmos para certas generalizações e explicações dos processos socioespaciais em tela.

a) RMSP → AU Sorocaba

A leitura da tabela III.9 (abaixo) mostra que a maior parte dos movimentos migratórios realizados a partir da RMSP com destino à AU de Sorocaba tiveram como origem a capital paulista. São Paulo é, por isso, responsável por cerca de 63% do total deste fluxo. Em seguida aparecem os municípios de Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo e Carapicuíba, que juntos somam 5.261 pessoas, perfazendo quase 20% do total dos deslocamentos da RMSP para a AU. Também para essas localidades o principal destino é o município-sede, Sorocaba.

Tabela III.9 Distribuição dos emigrantes da RMSP segundo município de residência em 1995 e atual, AU Sorocaba, 2000

Município de Residência em 1995	Município de Residência Atual											
	Alumínio	Araçoiaba da Serra	Iperó	Itu	Mairinque	Piedade	Salto	Salto de Pirapora	São Roque	Sorocaba	Votorantim	Total
São Paulo	142	585	1.115	2.353	622	471	1.330	594	1.261	8.472	588	17.533
Osasco	36	50	84	257	60	59	100	33	210	825	189	1.903
Santo André	10	44	8	147	29	23	40	130	54	795	33	1.313
São Bernardo do Campo	0	55	45	112	74	22	68	47	72	604	0	1.099
Carapicuíba	6	43	0	91	38	0	157	74	112	412	13	946
Guarulhos	10	0	70	35	57	26	45	51	62	346	48	750
Diadema	0	0	9	45	48	12	58	0	28	327	0	527
Cotia	26	0	35	0	30	50	0	40	173	84	0	438
São Caetano do Sul	0	0	0	27	13	0	65	131	0	185	0	421
Mauá	0	0	0	8	0	20	9	31	0	326	26	420
Barueri	0	21	37	17	82	0	15	0	43	137	0	352
Itapevi	0	0	42	6	63	0	8	12	110	88	5	334
Vargem Grande Paulista	0	0	0	0	21	0	0	0	154	51	0	226
Taboão da Serra	5	0	42	16	37	0	54	11	10	47	0	222
Jandira	0	6	0	0	0	0	11	13	33	109	11	183
Outros RMSP	9	18	40	132	119	81	69	64	127	589	30	1.278
Total	244	822	1.527	3.246	1.293	764	2.029	1.231	2.449	13.397	943	27.945

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Tabulação própria.

Em alguns municípios, como nos casos de Araçoiaba da Serra, Iperó e Itu as saídas a partir do município de São Paulo chegam a representar mais de setenta por cento do total de migrantes da RMSP no período. Separamos estes três municípios mais a sede, pois apresenta o maior valor absoluto de indivíduos vindos da capital, para fazer a caracterização dos deslocamentos.

Dos indivíduos que residiam na capital paulista no ano de 1995, aqueles que residem em Itu são os que apresentaram renda média mais alta, 9,1 salários mínimos. De acordo com a Tabela III.10, dos quatro municípios selecionados, é este que tem o percentual mais alto de pessoas com rendimento acima de vinte salários mínimos (9,18%). Este item contribui para que Itu tenha renda média mais elevada que os municípios de Araçoiaba da Serra e Sorocaba (4,9 e 5,6 SM, respectivamente), pois para as demais faixas salariais há semelhança na distribuição percentual.

Tabela III.10 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes do município de São Paulo por faixas de renda (em SM) e destino, municípios selecionados, AU de Sorocaba, 2000

Faixas de Renda (SM)	Araçoiaba da Serra		Iperó		Itu		Sorocaba	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1	223	38,1	909	81,5	972	41,3	3570	42,1
1 a 2	71	12,1	48	4,3	304	12,9	868	10,2
2 a 5	146	24,9	91	8,2	449	19,1	1.687	19,9
5 a 10	64	10,9	42	3,8	283	12,0	1.152	13,6
10 a 20	47	8,0	17	1,5	129	5,5	615	7,3
20 ou +	35	6,0	8	0,7	216	9,2	581	6,9
Total	586	100,0	1.115	100,0	2.353	100,0	8.473	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

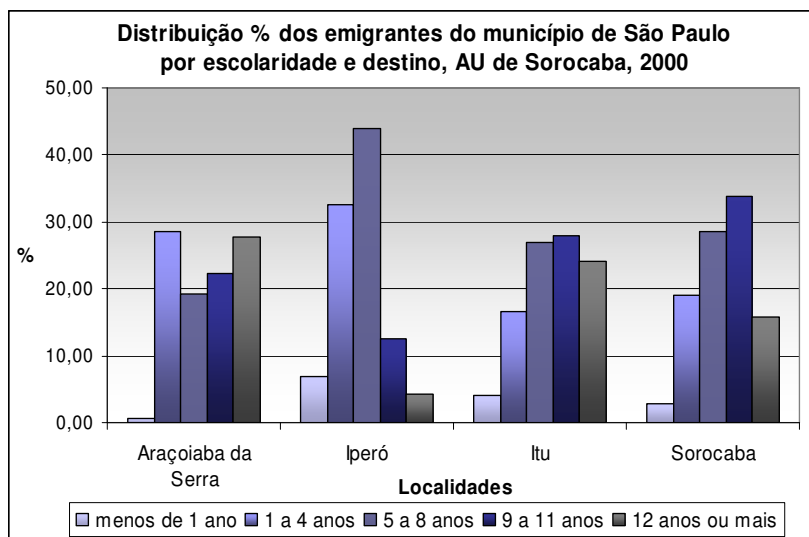
O outro extremo é representado por aqueles que em 2000 moravam em Iperó, pois, as pessoas que compõem este fluxo ganhavam em média 1,2 salários mínimos na data do levantamento. Ao todo, pouco mais de 80% das pessoas contavam com rendimentos de até um salário mínimo⁷¹.

São essas mesmas pessoas que têm os índices de escolaridade mais baixos. Segundo o Gráfico III.8, daqueles que se dirigiram para Iperó, 40% tinha até quatro anos de estudo e apenas 4% das pessoas contavam com mais de doze anos de estudo. Já a composição deste fluxo para Araçoiaba da Serra por escolaridade mostra o oposto, a menor concentração de pessoas com até

⁷¹ No caso dos deslocamentos com destino a Iperó, o arrolamento dos dados mostrou que a maior parte das pessoas apresentava rendimento de até ½ SM (aproximadamente R\$ 75,00).

um ano de estudo e a maior proporção de pessoas que tinham doze anos de estudo ou mais. Também no que se refere à escolaridade os municípios de Itu e Sorocaba apresentam padrões e níveis similares, salvo para a faixa que denota escolaridade mais acentuada, em que se destaca o município de Itu.

Gráfico III.8



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Nota:

Não apresentamos os valores das categorias “não determinado” e “alfabetização de adultos” por serem pouco representativos, mas ambos foram considerados para o cálculo.

Os movimentos migratórios inter-regionais a partir da RMSP não se restringem, no entanto, à capital. Conforme mencionado anteriormente, pode-se, a partir dessa dinâmica, verificar a existência de sub-centros regionais. Isto é, de localidades que dividiram parte das funções próprias ao centro da aglomeração urbana, colocando-se como complementar à sede. O município de São Roque pode ser apontado como um destes locais na escala de hierarquia da aglomeração urbana, pois apresenta dinâmica diferenciada com a RMSP e também, como veremos mais adiante, com municípios da AU.

Este município apresenta a terceira maior concentração de pessoas vindas da RMSP na AU com 2.449 pessoas. Foge à regra, contudo, devido ao fato de apenas metade deste fluxo ser proveniente da capital. Da relação estabelecida com a RMSP via movimentos migratórios, merece destaque os municípios de Vargem Grande Paulista em que cerca de 70% das pessoas que

emigraram tiveram São Roque como destino, Cotia e Itapevi cujos percentuais de emigrantes para o município em tela somam 40% e 33%, respectivamente.

Apesar de atentarmos para o fator distância e as relações de vizinhança potencializados, sobretudo pela rodovia Raposo Tavares, o que evidencia uma dinâmica local, estes fluxos serão caracterizados a fim de apresentarmos as especificidade dos deslocamentos.

O rendimento médio destes indivíduos que se deslocaram para São Roque é de cinco salários mínimos. O ganho médio mais elevado pertence àqueles que saíram de São Paulo (6,1 SM), o valor intermediário cabe aos oriundos de Cotia (3,1 SM) e os mais baixos, aos movimentos com origem em Vargem Grande Paulista (1,7 SM) e Itapevi (0,75 SM). Tais números são indicadores de que o mesmo fluxo reserva processos diferenciados, em parte justificado porque o município integra a área de expansão do cinturão verde da RMSP, com ampliação do cultivo de hortifrutigranjeiros.

A tabela abaixo corrobora a afirmação. O deslocamento a partir de Itapevi é feito majoritariamente por pessoas de ganhos muito baixos, cerca de 86% recebia até um salário mínimo. Já a distribuição das pessoas que partiram de Cotia para São Roque não revela a mobilidade de apenas um extrato de renda, ao contrário se mostra mais diluído entre as faixas selecionadas.

Tabela III.11 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes, municípios selecionados da RMSP, por faixas de renda (em SM) e destino, São Roque, 2000

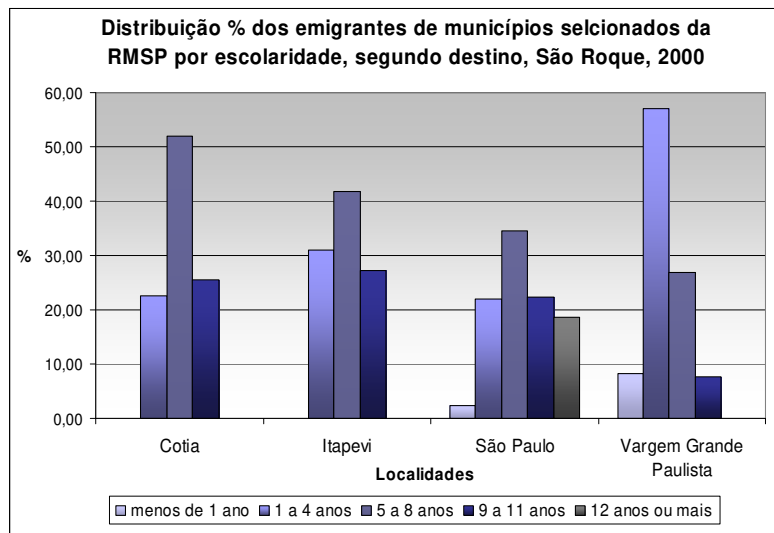
Faixas de Renda (SM)	Cotia		Itapevi		São Paulo		Vargem Grande Paulista	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1	41	23,7	95	86,4	550	43,7	68	44,1
1 a 2	61	35,3	0	-	140	11,1	25	16,2
2 a 5	41	23,7	15	13,6	167	13,2	55	35,8
5 a 10	23	13,3	0	-	172	13,6	6	3,9
10 a 20	0	-	0	-	168	13,3	0	-
20 ou +	7	4,0	0	-	64	5,1	0	-
Total	173	100,0	110	100,0	1.261	100,0	154	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Os deslocamentos provenientes da capital distinguem-se daqueles feitos a partir dos demais municípios para São Roque, como era esperado devido aos ganhos médios já salientados. Além de apresentar o maior percentual de pessoas com ganhos acima de dez salários mínimos, é o único fluxo em que se constata uma parcela da população migrante com doze anos e mais de

estudo (Gráfico III. 9). O contraste fica pelos baixos índices exibidos para as demais localidades selecionadas, em especial para os indivíduos que saíram de Vargem Grande Paulista.

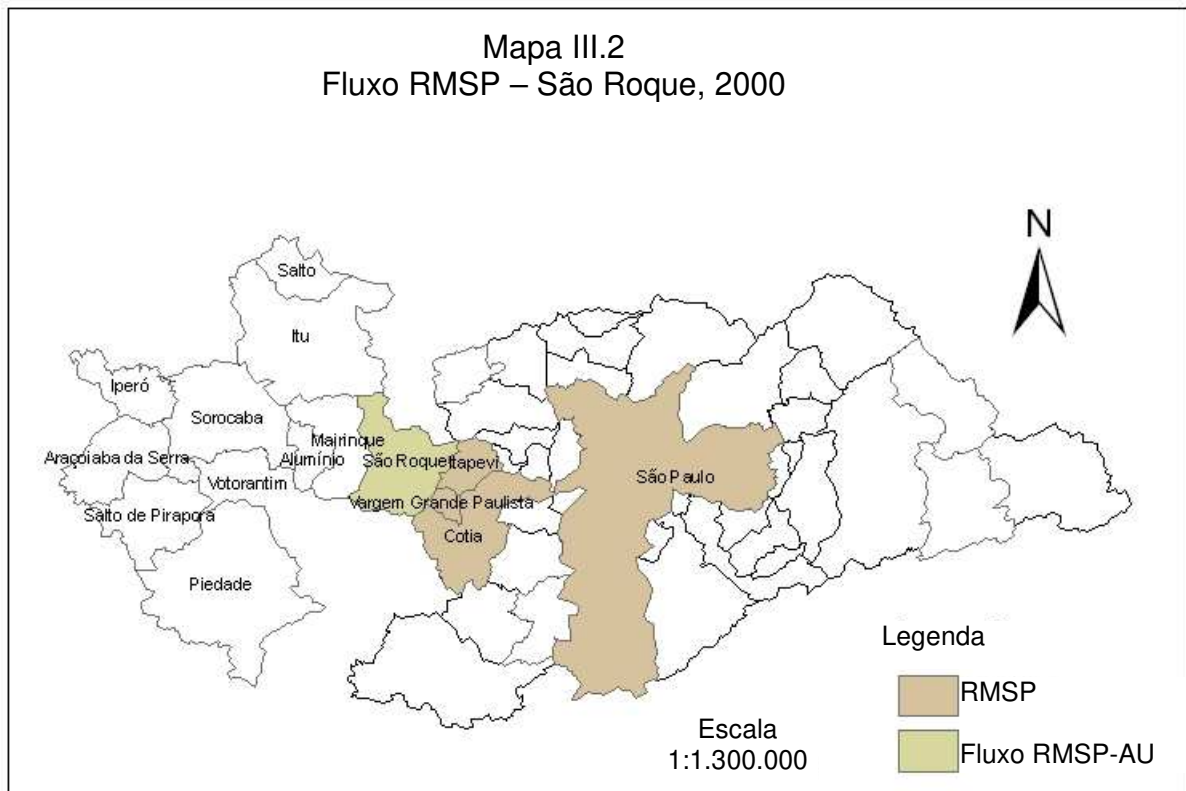
Gráfico III.9



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

O mapa abaixo ilustra o fluxo entre os municípios da RMSP e São Roque, na AU de Sorocaba.

Mapa III.2



Fonte: IBGE. Malha digital do Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

As referências e discussão acerca do papel dos sub-centros regionais devem ser aprofundadas em outra seção deste capítulo. Por enquanto cabe frisar a importância dos fluxos inter-regionais a partir da RMSP para a compreensão da dinâmica de redistribuição da população na AU de Sorocaba e, particularmente a contribuição da capital, São Paulo.

b) RMC → AU Sorocaba

Os movimentos migratórios com origem na Região Metropolitana de Campinas e destino na AU de Sorocaba aconteceram em menor intensidade do que aqueles apreendidos a partir da RMSP. São ao todo 2.377 indivíduos que mudaram de residência após o ano de 1995, onde se verifica que mais de três quartos do montante esteve restrito a apenas três municípios: Campinas, Indaiatuba e Americana. O destino na aglomeração urbana também esteve circunscrito principalmente a três localidades, Sorocaba, Itu e Salto. As características destes fluxos serão exploradas na sequência do trabalho.

O município-sede responde por 48% das entradas na AU, sendo que a maior parte deste número está relacionada às pessoas que emigraram de Campinas. Sorocaba também é o principal destino das pessoas que saíram do município de Americana. Os municípios de Itu e Salto absorvem parcelas semelhantes do total dos deslocamentos realizados entre a RMC e a AU, por volta de 18%, conforme a Tabela III.12.

Tabela III.12 Distribuição absoluta e relativa dos principais deslocamentos com origem na RMC e municípios da AU Sorocaba, 2000

Residência Atual	Origem do deslocamento								Total	
	Americana		Campinas		Indaiatuba		Outros RMC			
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Itu	44	16,1	172	14,3	127	34,3	97	18,3	440	18,5
Salto	0	0,0	155	12,9	141	38,1	130	24,5	426	17,9
Sorocaba	173	63,4	697	57,9	95	25,7	177	33,3	1.142	48,0
Outros AU	56	20,5	179	14,9	7	1,9	127	23,9	369	15,5
Total	273	100,0	1.203	100,0	370	100,0	531	100,0	2.377	100,0
% Total	11,5		50,6		15,6		22,3		100,0	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Apesar de Campinas ceder o contingente mais elevado de pessoas para os dois municípios da porção norte da AU – Itu e Salto –, em termos percentuais, o principal fluxo de migrantes é proveniente de Indaiatuba. Os deslocamentos inter-regionais, associado ao papel destas localidades na aglomeração, fortalecem a posição de destaque que as colocam como um dos sub-centros da aglomeração urbana.

A caracterização dos deslocamentos originados nos dois municípios da RMC mostra que há diferenças substanciais entre os indivíduos que chegaram a Itu e Salto. As Tabelas III.13 e 14 apresentam o detalhamento de ambos os fluxos por faixas de renda. Antes de qualquer coisa é preciso pontuar que: i) os emigrantes de Campinas dispunham de ganhos médios muito mais altos se comparado àqueles que o fizeram a partir de Indaiatuba (máximo de 11,6 SM para o primeiro caso e 4,7 SM para o segundo) e, ii) as pessoas que chegaram ao município de Salto são as que tinham menor rendimento médio, no caso dos deslocamentos a partir de Indaiatuba, esse valor é de 0,9 salários mínimos.

No que se refere aos deslocamentos feitos a partir da sede da região metropolitana para Itu e também para Sorocaba, é imprescindível sublinhar o percentual de pessoas que tinham ganhos superiores a dez salários mínimos, acima de 30%. Ainda com relação a este fluxo, pode-se

apontar o alto percentual registrado para os migrantes que chegaram a Salto com rendimentos de até um salário mínimo, quando comparado às demais localidades selecionadas.

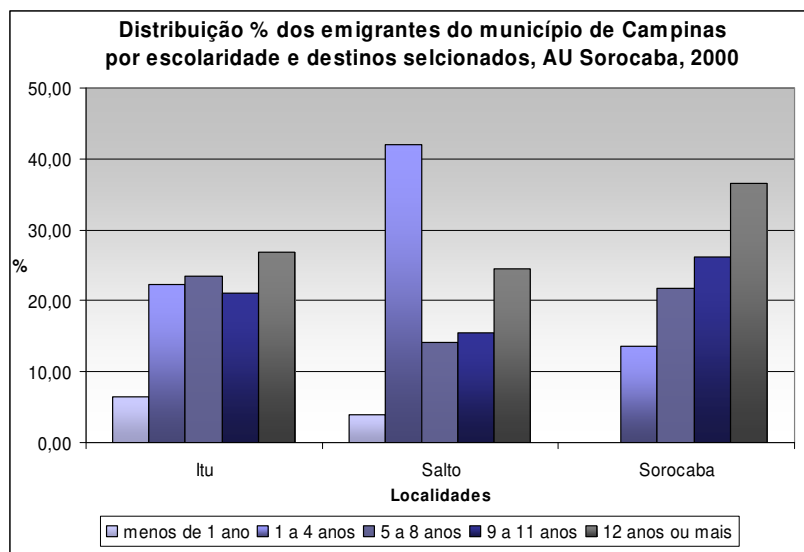
Tabela III.13 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes de Campinas com destino à Itu, Salto e Sorocaba, por faixas de renda (em SM), 2000

Faixas de Renda (SM)	Itu		Salto		Sorocaba	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1	46	26,6	74	47,4	189	27,2
1 a 2	23	13,3	27	17,3	98	14,1
2 a 5	22	12,7	35	22,4	94	13,5
5 a 10	24	13,9	11	7,1	76	10,9
10 a 20	50	28,9	-	-	148	21,3
20 ou +	8	4,6	9	5,8	91	13,1
Total	173	100,0	156	100,0	696	100,0
Renda Média	6,9		3,7		11,6	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria

A esperada relação, alta renda e alta escolaridade, pode ser apreendida pela análise dos deslocamentos a partir de Campinas. Os dados do gráfico III.10 para o grupo com doze anos ou mais de estudo, com elevada proporção para o município de Sorocaba, demonstram tal afirmação. O contrário também se estabelece, uma vez que se verifica a incidência acentuada de pessoas com baixa renda e baixa escolaridade no fluxo com destino a Salto.

Gráfico III.10



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Se os deslocamentos inter-regionais a partir de Campinas mostram tendência à concentração de pessoas com maiores rendimentos, os fluxos oriundos de Indaiatuba para a aglomeração urbana, em especial nos municípios de Itu e Salto, apontam a maior incidência de pessoas com menor poder aquisitivo. O levantamento dos dados revela a maior participação de pessoas com ganhos de até dois salários mínimos e com alto percentual de pessoas com até quatro anos de estudo⁷². É óbvio, portanto, que cada grupo, tendo em vista a estrutura de oportunidades e constrangimentos, participa da estruturação do espaço urbano de maneira distinta.

Tabela III.14 Distribuição absoluta e relativa dos emigrantes de Indaiatuba, por faixas de renda (em SM) e destinos selecionados, AU Sorocaba, 2000

Faixas de Renda (SM)	Itu		Salto		Sorocaba	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1	69	54,8	80	56,7	32	34,0
1 a 2	6	4,8	49	34,8	11	11,7
2 a 5	21	16,7	7	5,0	30	31,9
5 a 10	22	17,5	5	3,5	21	22,3
10 a 20	0	0,0	0	0,0	0	0,0
20 ou +	8	6,3		0,0	0	0,0
Total	126	100,0	141	100,0	94	100,0
Renda Média	4,7		0,9		2,9	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria

Uma vez explorados os movimentos migratórios inter-regionais, tanto a partir da RMSP quanto da RMC e identificado, por meio dos significativos deslocamentos para outros municípios além da sede, a emergência de sub-centros regionais, cabe investigar a dinâmica interna da aglomeração urbana de Sorocaba – movimentos intra-AU. Este esforço deve contribuir para a discussão mais robusta sobre o processo de reestruturação urbana da área em questão. De outro modo, pode-se afirmar que, o processo de ocupação do espaço urbano na AU é tributário de cada um desses vetores de deslocamento da população.

⁷² Do fluxo de emigrantes de Indaiatuba para Itu 66,7% das pessoas tinham até quatro anos de estudo, cifra semelhante àqueles que chegaram ao município de Salto, 61,3%.

3.2.2.2 Dinâmica intra-regional na AU de Sorocaba

Conforme já destacado, as trocas migratórias entre os onze municípios representaram cerca de um quarto do total dos deslocamentos intra-estaduais da aglomeração urbana. Mais de 16 mil pessoas, no ano de 1995 residiam em município diferente daquele registrado em 2000. A tabela III.15 exhibe todos os fluxos, origem (saídas) e destino (entradas), existentes no período questionado pelo censo.

Em linhas gerais, percebe-se que Sorocaba é a única localidade a estabelecer trocas com absolutamente todos os municípios, o que reforça a centralidade da sede para se pensar no processo mais amplo de redistribuição espacial da população. Em termos absolutos, as saídas foram mais significativas no município de Sorocaba (6.178 pessoas), seguido pelos municípios de Votorantim (2.097), Itu (2.078), São Roque (1.179) e Mairinque (1011 pessoas).

Tabela III.15 Matriz migratória AU Sorocaba, município de residência em 1995 x município de residência atual

Município de residência em 1995	Município de residência atual											Total
	Alumínio	Araçoiaba da Serra	Iperó	Itu	Mairinque	Piedade	Salto	Salto de Pirapora	São Roque	Sorocaba	Votorantim	
Alumínio	-	0	0	34	108	11	0	0	39	220	21	433
Araçoiaba da Serra	0	-	0	0	0	9	23	62	0	562	23	679
Iperó	0	0	-	0	0	0	0	0	0	260	0	260
Itu	0	15	27	-	32	5	1.352	16	11	534	86	2.078
Mairinque	154	0	29	144	-	0	0	0	400	238	46	1.011
Piedade	5	10	11	27	0	-	0	95	17	390	366	921
Salto	0	0	4	529	52	7	-	0	0	135	28	755
Salto de Pirapora	10	36	0	35	0	33	0	-	0	296	168	578
São Roque	105	0	67	19	661	0	0	0	-	287	40	1.179
Sorocaba	141	778	643	369	132	284	180	739	228	-	2.684	6.178
Votorantim	20	109	0	5	14	137	49	219	26	1.518	-	2.097
Total	435	948	781	1.162	999	486	1.604	1.131	721	4.440	3.462	16.169

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Dos municípios que mais receberam população da aglomeração urbana, também se destacam Sorocaba e Votorantim, respectivamente 4.440 e 3.462 indivíduos (48,9% do total). Esse ponto deve ser melhor detalhado, mas, por hora, é interessante observar a intensa troca entre as duas localidades. Situação semelhante pode ser verificada pelos valores de entradas em Salto e Itu. Salientamos ainda os números para Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra, cujos resultados estão atrelados, principalmente, aos fluxos havidos a partir da sede da aglomeração.

Essas informações sobre entradas e saídas dos municípios permitiram a avaliação das trocas migratórias a partir do Índice de Eficácia migratória (IE) para cada município da AU de Sorocaba, calculado a partir da seguinte fórmula:

$$IE = \frac{(E - S)}{(E + S)} \quad \text{onde: } E = \text{n}^\circ \text{ de pessoas que entram no município e,}$$

$$S = \text{n}^\circ \text{ de pessoas que saem do município}$$

Esse indicador varia entre -1 e 1, sendo que valores próximos a 1 representam concentração de entradas (imigração) no município, ou seja, recebe muitas pessoas de outros municípios e, valores próximos a -1 indicam ocorrência de saídas (emigração) do município. Os valores próximos a zero denotam área de maior circulação de pessoas. Deve-se ressaltar que esse indicador não avalia o volume das entradas, apenas mostra a relação entre as entradas e saídas de um município.

Tabela III.16 Índice de Eficácia migratória (IE) para a migração intra Aglomeração Urbana, municípios AU de Sorocaba, 2000

Localidades	Entradas	Saídas	Índice de Eficácia (IE)
Alumínio	435	433	0,00
Araçoiaba da Serra	948	679	0,17
Iperó	781	260	0,50
Itu	1.162	2.078	-0,28
Mairinque	999	1.011	-0,01
Piedade	486	921	-0,31
Salto	1.604	755	0,36
Salto de Pirapora	1.131	578	0,32
São Roque	721	1.179	-0,24
Sorocaba	4.440	6.178	-0,16
Votorantim	3.462	2.097	0,25

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Iperó e Salto, com os índices mais elevados da AU, compõem o grupo de cinco municípios que apresentam valores positivos. Entre aqueles locais em que prevalecem as saídas, expressas pelo índice negativo, ressaltamos os casos de Piedade, Itu e também Sorocaba. Alumínio foi o único município que se caracteriza como área de circulação de pessoas em função do valor igual a zero.

Para a verificação dos movimentos migratórios intra-AU nos reportaremos aos dados exibidos na matriz migratória (Tabela III.15). Isso porque os valores encontrados possibilitam a visualização dos diferentes fluxos e volumes mais significativos da aglomeração urbana.

Conforme já indicado, os municípios de Itu e Salto, pela dinâmica diferenciada no processo de redistribuição espacial da população, das atividades econômicas e serviços compartilhados, formam uma das sub-regiões da aglomeração urbana de Sorocaba. No que se refere às trocas no interior da AU verifica-se que os deslocamentos para a sede são menos expressivos do que as trocas realizadas entre eles. Tal afirmação vale, sobretudo para o município de Salto, pois nas trocas intra-AU observa-se que as entradas a partir de Itu representam 85% (1.352 pessoas) do total de imigrantes e as saídas para o município vizinho cerca de 70% (529 pessoas). Embora a análise a partir de Itu também revele alto grau de integração, uma parte significativa das trocas migratórias deste município é estabelecida com Sorocaba.

Tabela III.17 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios intra-AU, Itu e Salto, 2000

Município de Residência em 1995	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Itu	1.352	3,4	34,9	5,5	27,5	63,2	9,2
Salto	529	2,6	52,4	14,9	29,8	62,6	7,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

A tabela anterior mostra que, apesar do maior percentual de pessoas com rendimento superior a dez salários mínimos, o fluxo Salto-Itu apresenta renda média mais baixa do que os deslocamentos no sentido Itu-Salto, além de elevada proporção de pessoas com ganhos inferiores a um salário. Já os dados sobre escolaridade são bastante semelhantes entre os migrantes envolvidos em ambos os fluxos.

Os municípios de Alumínio, Mairinque e São Roque, no eixo AU-RMSP, também acusam trocas migratórias mais significativas entre si do que com a sede da aglomeração. São Roque é o principal município da sub-região situada a leste da AU. É importante lembrar, ademais, que nesta localidade aconteceram dois processos de emancipação: o primeiro, a partir de São Roque, deu origem ao município de Mairinque (1959) e a partir deste, deu-se a criação de Alumínio (1991).

Os deslocamentos relacionados à Alumínio são numericamente menos expressivos, no total apenas 445 pessoas imigraram para o município no ano de 1995 e outras 433 emigraram. No caso das entradas, originaram-se principalmente de Mairinque, Sorocaba e São Roque, nesta ordem.

Nas trocas migratórias envolvendo São Roque e Mairinque, não se apreende diferenças substantivas entre os indivíduos que fizeram o deslocamento. A renda média e a proporção de pessoas com rendimentos acima de dez salários mínimos é um pouco mais elevada para o fluxo Mairinque-São Roque. O mesmo se verifica para aqueles que têm doze anos de estudo ou mais.

Tabela III.18 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios intra-AU, São Roque e Mairinque, 2000

Município de Residência em 1995	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
São Roque	661	3,0	29,2	5,3	32,1	60,6	7,3
Mairinque	400	3,8	32,3	6,0	32,3	56,6	11,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

A diferença entre os fluxos é observada pelos volumes, são 661 pessoas que compõem o deslocamento São Roque-Mairinque e 400 no sentido contrário. Estes valores representam mais da metade do total das entradas nos dois municípios.

Na sequência discorreremos sobre os movimentos migratórios intra-AU tendo como referência a sede da aglomeração. Como destacamos no início desta seção, Sorocaba é o principal fornecedor e também receptor de migrantes desta área. Até aqui, salvo as peculiaridades relacionadas aos sub-centros regionais, pode-se verificar que as saídas dos demais municípios da AU têm como principal destino o município de Sorocaba. O caso de Iperó é emblemático para pensar no exposto, dado que todas as pessoas que deixaram o

município e permaneceram da AU, optaram por esse destino. Tendo em vista o critério de escolha dos municípios que estamos utilizando para a análise dos fluxos, os mais significativos, seria coerente, então, selecionarmos a maior parte das localidades da aglomeração urbana e discutir a relação estabelecida com a sede. Tal tarefa, no entanto, colocaria o todo como o específico e revelaria a fragilidade do critério.

Nestas circunstâncias entendemos que a análise dos deslocamentos mais expressivos realizados a partir da sede da aglomeração cobriria a discussão sobre a dinâmica e estrutura desta área no conjunto, sem desconsiderar, ademais o papel central do município de Sorocaba. Selecionamos, portanto, os fluxos entre esta localidade e os municípios de Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora e Votorantim. As saídas de Sorocaba para estes municípios representam 68% do total dos movimentos emigratórios intra-AU, sendo que Votorantim responde pela maior parte deste valor, 43%.

Pelos dados da tabela abaixo verificamos que o volume do deslocamento Sorocaba-Salto de Pirapora é mais de duas vezes maior do que o sentido contrário e composto, sobretudo por pessoas com baixo rendimento médio – mais de sessenta por cento dos indivíduos ganhavam, na semana anterior ao levantamento censitário, até um salário mínimo – e baixa escolaridade, com alta proporção de pessoas com até quatro anos de estudo. Comparado com os números do fluxo estabelecido no sentido contrário, chama atenção o percentual de pessoas com ganhos acima de dez salários mínimos. Este pode ser um indicativo do processo de expansão imobiliária ao longo dos eixos de ligação entre os dois municípios para os segmentos de mais alta renda.

Tabela III.19 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos movimentos migratórios entre Sorocaba e Salto de Pirapora, 2000

Município de Residência em 1995	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Salto de Pirapora	296	3,5	35,0	7,4	21,4	60,7	18,0
Sorocaba	739	1,5	61,6	8,9	40,1	54,5	5,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Já os movimentos migratórios feitos em direção à sede, são caracterizados por pessoas com ganhos médios de 3,5 salários mínimos, maior proporção de migrantes com mais de doze anos de estudo e baixa proporção para aqueles que têm rendimento inferior a

um salário mínimo. Deste modo, pode-se afirmar com segurança que o fluxo contrário, Salto de Pirapora-Sorocaba, diz respeito a um processo socioespacial distinto.

O segundo município selecionado para pensarmos na redistribuição espacial da população na AU relacionando o município de Sorocaba é Araçoiaba da Serra. Assim como constatado para Salto de Pirapora, o fluxo a partir da sede (778 pessoas) é numericamente mais significativo do que os deslocamentos para a sede (562 pessoas).

Tabela III.20 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios entre Sorocaba e Araçoiaba, 2000

Município de Residência em 1995	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Araçoiaba da Serra	562	5,6	39,7	11,7	22,6	53,3	20,8
Sorocaba	778	6,0	31,1	14,1	32,3	39,6	26,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Pelos dados da Tabela III.20, pode-se verificar que os indivíduos de ambos os fluxos apresentam renda média semelhante, em torno de seis salários mínimos. Há ligeira diferença para a proporção de pessoas com ganhos acima de dez salários mínimos e mais de doze anos de estudo, com números superiores para os que saíram da sede. Também para este caso é preciso atentar para o fato da implantação de empreendimentos imobiliários destinados aos grupos de renda mais alta. Observa-se que as possibilidades para esse tipo de moradia, notadamente pela construção de condomínios horizontais, acompanham as obras de expansão e melhoria da rodovia Raposo Tavares, que liga Sorocaba a Araçoiaba da Serra. Neste caso, dados mais recentes – o censo de 2010 – podem nos dar elementos para verificar a dinâmica de ocupação e expansão urbana nestas localidades.

De todas as trocas migratórias envolvendo municípios da aglomeração, aquelas registradas entre Sorocaba e Votorantim são as mais representativas. A intensidade dos deslocamentos é colocada pelos números, são 1.518 pessoas que chegam a Sorocaba e 2.684 que saem de lá em direção ao município vizinho. Estes valores expressam, ademais, o forte grau de integração destas duas localidades que apresentam, inclusive, áreas conurbadas. Cabe frisar que Votorantim foi distrito de Sorocaba até o ano de 1964, quando se emancipou, o que é extremamente importante para pensarmos na estruturação do espaço nestas áreas.

Tabela III.21 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos fluxos migratórios entre Sorocaba e Votorantim, 2000

Município de Residência em 1995	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Sorocaba	2.684	3,7	32,6	7,4	26,3	59,7	13,2
Votorantim	1.518	4,1	36,2	9,5	21,7	63,5	13,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

A caracterização dos fluxos entre os dois municípios mostra certa semelhança no perfil dos migrantes em ambos os sentidos, com renda média próxima a quatro salários mínimos e leve vantagem na proporção de pessoas com mais de dez salários para os que emigraram de Votorantim para Sorocaba.

A análise dos movimentos migratórios intra-estaduais para a aglomeração mostrou a participação e as especificidades de algumas localidades na AU de Sorocaba. Se as trocas inter-regionais a partir da RMC e da RMSP revelaram a existência de sub-centros regionais que absorvem parte dos fluxos que poderiam se dirigir para a sede, a observação mais detalhada dos deslocamentos intra-AU confirma e coloca a importância dessas localidades diante do processo mais amplo de redistribuição espacial da população.

A preponderância do município de Sorocaba na configuração dos espaços da migração na AU pode ser verificado sobre a participação nos fluxos inter-regionais, recebe cerca de 48% do total de migrantes das regiões metropolitanas com destaque para as entradas a partir da capital que totalizam mais de oito mil pessoas e, intra-AU. Para as trocas internas, sublinhamos que o município fornece 38% dos migrantes da aglomeração e recebe quase 30% dos indivíduos de outros municípios, em que merece realce a relação estabelecida com Votorantim.

Em linhas gerais, o leitor pode acompanhar que a tendência aos movimentos de curta distância no estado de São Paulo, colocada desde a década de 1980, se confirma no decorrer dos anos 1990 para a AU de Sorocaba. Mais do que isso, tais deslocamentos se traduzem em intenso dinamismo regional, já demonstrado pela integração econômica nos eixos de desenvolvimento estaduais e, agora, pela redistribuição espacial da população.

O último elemento do quadro analítico elaborado para este trabalho será descrito na sequência. Trata-se da caracterização dos movimentos pendulares por motivo de estudo ou trabalho realizados entre os municípios da aglomeração urbana e também os traslados com

destino às regiões metropolitanas. Entendemos que a leitura destes dados e as informações referentes à migração intra-estadual podem subsidiar a discussão sobre o processo de reestruturação urbana na aglomeração urbana de Sorocaba.

3.3 Movimentos pendulares na AU de Sorocaba: dinâmica intra ou inter-regional?

Os dados do último censo sobre os deslocamentos pendulares indicam que o estado de São Paulo respondia por cerca de 30% da população de quinze anos ou mais que trabalhava ou estudava em município diferente daquele de residência em âmbito nacional. Dentro dos limites paulistas, a regionalização do cotidiano é verificada pelos quase dois milhões de pessoas – sete por cento da população do estado – que fazem esse deslocamento.

Tabela III.22 População de 15 Anos ou Mais, segundo o Local de Trabalho ou Estudo*
Brasil e Estado de São Paulo – 2000

Local de Trabalho ou Estudo	Brasil		São Paulo	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
TOTAL	119.556.675	100,0	27.164.939	100,0
Trabalhavam ou estudavam no município de residência	69.685.591	58,3	15.350.279	56,5
Não trabalhavam nem estudavam	43.031.522	36,0	9.911.972	36,5
Trabalhavam ou estudavam em município diferente do de residência	6.818.188	5,7	1.902.688	7,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Nota:

* Para o Estado de São Paulo foram considerados apenas os deslocamentos pendulares intra-estaduais, mas para o Brasil os números se referem ao total de deslocamentos de pessoas com 15 anos ou mais.

Associado aos processos de periferização e metropolização durante os anos 1980, os deslocamentos pendulares têm certa relação com a redistribuição espacial da população (CUNHA, 1994). Apesar de revestir-se de outras características nos dias de hoje, como o movimento de parcela da população de mais alta renda para bairros planejados, afastados dos problemas dos grandes centros urbanos e ligados à natureza – os *Alphavilles*, *Ecovilles*, etc. –, esse tipo de mobilidade ainda se dá em maior escala nas regiões metropolitanas, principalmente na de São Paulo, onde mais de um milhão de pessoas trabalha em municípios diferentes do que reside.

No entanto, estudo recente da Fundação SEADE (2008) mostra a importância da pendularidade também para as aglomerações urbanas paulistas: são mais de 250 mil pessoas que realizam estes deslocamentos. Valor que corresponde a 5,4% da população

dessas áreas, sendo que “Nas AUs de São José dos Campos, Jundiaí e Sorocaba, ocorrem os maiores volumes de deslocamentos pendulares, superiores a 43 mil pessoas. Em termos relativos, o destaque fica para a AU de Jundiaí, onde 11% da população realiza este tipo de movimento.” (SEADE, 2008, p. 44)

Na AU de Sorocaba o percentual de comutadores⁷³ sobre o total da população é de 6,5%, valor um pouco superior ao encontrado para o conjunto das AUs do estado, sendo que os dados revelam tratar-se, sobretudo de dinâmica intra-regional. Os fluxos registrados entre os municípios da aglomeração perfazem 64% do total dos deslocamentos dessa localidade. Outros 16,5% que residem na AU, trabalham ou estudam na RMSP, 4,7% na RMC, 12,6% em outros municípios do estado de São Paulo e apenas 2,1% daqueles que se deslocam para esta finalidade, dirigem-se a outros estados ou países. Assim, dos deslocamentos pendulares feitos a partir da aglomeração urbana de Sorocaba se destaca a primazia da dinâmica intra-regional, pois quase 90% do fluxo⁷⁴ está num raio aproximado máximo de cem quilômetros.

3.3.1 Aspectos gerais dos deslocamentos pendulares na AU de Sorocaba

Na sequência trabalharemos com os deslocamentos pendulares com origem em um dos municípios da aglomeração urbana. A análise deve reforçar os apontamentos preliminares acerca dos papéis desempenhados e funções urbanas das diferentes localidades – a sede e as sub-regiões, já destacadas –, seja para as trocas nos limites internos da AU de Sorocaba ou para os movimentos inter-regionais em direção às regiões metropolitanas.

É preciso sublinhar a importância do município de Votorantim, em especial para a compreensão da dinâmica intra-regional, uma vez que fornece o maior contingente de comutadores. Outros municípios que merecem realce são Sorocaba e Salto, dado que os movimentos com origem nestas localidades correspondem a 23% e 12,2% do total, respectivamente. Em ambos os casos verifica-se acentuada importância para as trocas intra-

⁷³ Como já destacou Pereira (2008) na falta de um termo específico na língua portuguesa para o indivíduo que realiza movimento pendular, adaptou-se a palavra utilizada em inglês, *commuter*.

⁷⁴ O detalhamento dos dados mostrou que mais da metade dos fluxos de “Outros SP” restringe-se a municípios próximos à AU, como Pilar do Sul, Ibiúna, Porto Feliz, Tatuí, Boituva, Araçariguama, Cabreúva, Jundiaí e Piracicaba.

AU, mas também grande parte dos fluxos seguem para as RMs, no primeiro, para São Paulo e no segundo, para Campinas.

Tabela III.23 Número de deslocamentos pendulares total, segundo município de residência e município de trabalho ou estudo, AU Sorocaba, 2000

Município de Residência	Município de Trabalho ou estudo				Total	
	AU	RMSP	RMC	Outros*	Absoluto	%
Alumínio	581	81	10	65	737	1,5
Araçoiaba da Serra	1.226	127	6	97	1.456	2,9
Iperó	359	44	9	286	698	1,4
Itu	1.119	932	503	715	3.269	6,5
Mairinque	2.444	360	20	380	3.204	6,4
Piedade	568	224	21	498	1.311	2,6
Salto	3.866	477	1.017	764	6.124	12,2
Salto de Pirapora	2.870	166	35	144	3.215	6,4
São Roque	1.021	1.738	53	980	3.792	7,6
Sorocaba	4.150	3.717	655	2.999	11.521	23,0
Votorantim	13.953	391	50	466	14.860	29,6
AU Sorocaba	32.157	8.257	2.379	7.394	50.187	100,0
% Total	64,1	16,5	4,7	14,7	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Nota: * "Outros" inclui os deslocamentos realizados para outros municípios de São Paulo e outras UF/países.

Assim como se verificou para os movimentos migratórios envolvendo a RMSP, os dados referentes aos deslocamentos inter-regionais expõem a primazia de três municípios: Sorocaba, Itu e São Roque, sendo que da sede da AU segue o principal fluxo para esta área, dado que no total são 3.717 comutadores. A diferença entre os fluxos, no entanto, assenta-se sobre os destinos. Ao passo que se constata a capital como local de trabalho ou estudo de 80% e 90% daqueles que saem, respectivamente, de Sorocaba e Itu, para São Roque este percentual é inferior a 50%.

Tabela III.24 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares com destino a São Paulo e origem em Itu, São Roque e Sorocaba, 2000

Município de Residência	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Itu	836	28,2	8,1	50,2	11,6	37,3	50,2
São Roque	853	13,1	15,6	38,0	15,3	40,4	44,4
Sorocaba	2956	15,1	6,9	49,3	7,6	38,8	53,2

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Pelos dados da tabela anterior pode-se perceber que os comutadores do fluxo AU-São Paulo concentram-se entre as faixas de renda e escolaridade mais altas.

Conforme apontado acima, parte dos deslocamentos pendulares realizados pelos indivíduos que residem em São Roque destina-se a outros municípios da RMSP. Nesse caso, destacam-se as saídas para Cotia e Vargem Grande Paulista, que correspondem a 35% das trocas inter-regionais para esta área. O perfil dos comutadores destes fluxos é de renda média em torno de sete salários mínimos e maior concentração de pessoas entre cinco e onze anos de estudo. A diferença entre os dois fluxos fica por conta do percentual de indivíduos com rendimentos de até um salário mínimo para Vargem Grande Paulista, cerca de 30%, frente aos 7,6% daqueles que vão para Cotia.

Já os deslocamentos inter-regionais para a RMC, sobressaem, além de Sorocaba e Itu, o município de Salto, de onde parte quase metade do total deste fluxo. Tendo em vista que os deslocamentos para Campinas envolvem 1.311 pessoas e Indaiatuba outras 655 e que juntos representam 83% do total deste fluxo, tomaremos apenas os dois municípios como referência.

Cabe ressaltar que os deslocamentos para Campinas correspondem a 55% e 78% do total dos fluxos de Sorocaba e Itu, respectivamente. No caso de Salto, os comutadores destinam-se, principalmente a Indaiatuba, são 541 pessoas que representam 53% do total dos deslocamentos inter-regionais para a região metropolitana de Campinas.

Tabela III.25 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares com destino a RMC, e origem em Itu, Salto e Sorocaba, 2000

Município de Residência	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Itu	472	14,1	23,3	23,1	5,5	43,0	51,5
Salto	837	7,3	11,4	14,9	3,8	63,8	32,4
Sorocaba	494	13,6	18,0	44,0	0	39,1	60,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Para todos os fluxos o percentual de pessoas com renda e escolaridade baixas, é pequeno. Pode-se apreender também que os indivíduos presentes nestes deslocamentos, a partir de Sorocaba e Itu, têm o dobro da renda média daqueles que saem de Salto e maior concentração de pessoas com mais de doze anos de estudo.

Em síntese, pode-se verificar que os fluxos inter-regionais, tanto para a RMSP quanto para a RMC, é composto em sua maioria por pessoas de renda e escolaridade altas, sendo que aumenta a proporção na medida em que se ampliam as distâncias. É o caso dos deslocamentos realizados a partir de Sorocaba com destino a São Paulo e Campinas. E, comparativamente, menores para fluxos a partir de São Roque e Salto, sobretudo nos movimentos para municípios limítrofes.

3.3.1.1 Deslocamentos pendulares intra-AU

Na sequência analisaremos os deslocamentos pendulares realizados entre os municípios da aglomeração urbana de Sorocaba. Cabe lembrar que as trocas intra-AU correspondem à maior parcela do total de deslocamentos originados nesta região, 64,1%.

A sede da AU recebe a maior parte dos comutadores da aglomeração, são ao todo quase 20 mil pessoas, valor que representa 60% do fluxo intra-AU. Embora seja em menor volume, a Tabela III.26 mostra que estas entradas são mais representativas no município de Alumínio, pois o fluxo de pessoas que se dirige para o município equivale a 16,9% da sua população.

Tabela III.26 Distribuição absoluta e relativa dos indivíduos que realizam deslocamento pendular intra-AU e Índice de Eficácia de pendularidade, AU Sorocaba, 2000

Localidade	População (a)	Entradas (b)	Saídas (c)	% (a/b)	% (a/c)	IE
Alumínio	10.736	1.815	581	16,9	5,4	0,52
Araçoiaba da Serra	14.716	240	1.226	1,6	8,3	-0,67
Iperó	12.999	479	359	3,7	2,8	0,14
Itu	98.200	4.751	1.119	4,8	1,1	0,62
Mairinque	28.129	1.108	2.444	3,9	8,7	-0,38
Piedade	35.892	178	568	0,5	1,6	-0,52
Salto	67.027	561	3.866	0,8	5,8	-0,75
Salto de Pirapora	24.649	347	2.870	1,4	11,6	-0,78
São Roque	48.849	1.668	1.021	3,4	2,1	0,24
Sorocaba	361.427	19.278	4.150	5,3	1,1	0,65
Votorantim	68.355	1.732	13.953	2,5	20,4	-0,78
AU Sorocaba	770.979	32.157	32.157	4,2	4,2	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Os valores registrados para as saídas de Votorantim também chamam a atenção, pois são os mais elevados em termos absolutos (13.953) e relativos (20,4%). O número total de pessoas que realiza movimento pendular a partir deste município se assemelha à população de quinze anos ou mais dos municípios de Alumínio, Araçoiaba da Serra e Iperó. Ainda no que diz respeito às saídas, sobressaem os percentuais encontrados para Araçoiaba da Serra, Mairinque e Salto de Pirapora.

Conforme já apontado, o levantamento de dados sobre os movimentos pendulares não diferencia os indivíduos que estudam daqueles que trabalham. Alguns trabalhos (SEADE, 2008; OJIMA, 2007) afirmam, contudo, que os deslocamentos relacionados a trabalho são maioria. É o que sugerem os números sobre o movimento pendular na AU de Sorocaba, uma vez que a sede e o município de Itu acusam os valores mais acentuados para o índice de eficácia de pendularidade (IE). Tendo em vista que os números próximos a 1 (um) indicam a prevalência de entradas sobre as saídas e o contrário quando se observa valores próximos a -1, pode-se afirmar que as duas localidades exercem forte atração sobre os demais municípios. A sede, por concentrar grande parte da oferta de empregos na indústria, comércio e serviços da AU e Itu, que polariza parte das funções da sub-região ao norte da aglomeração.

Os altos valores negativos para os municípios de Votorantim, Salto e Salto de Pirapora, por outro lado, expressam a acentuada dependência sobre outras localidades. Os dados organizados a seguir podem nos dar mais elementos para discutir estas relações. A

matriz organizada abaixo apresenta as entradas e saídas havidas entre todos os municípios da aglomeração.

Tabela III.27 Matriz de movimentos pendulares intra-AU de pessoas com quinze anos ou mais, município de trabalho ou estudo x município de residência, e principais destinos inter-regionais, AU Sorocaba, 2000

Município de Trabalho ou estudo	Município de residência											Total
	Alumínio	Araçoiaba da Serra	Iperó	Itu	Mairinque	Piedade	Salto	Salto de Pirapora	São Roque	Sorocaba	Votorantim	
Neste município	5.443	7.113	6.314	60.928	14.311	21.613	35.915	10.410	27.084	210.254	25.748	425.133
Não trabalha, nem estuda	4.556	6.147	5.987	34.003	10.614	12.968	24.988	11.024	17.973	139.652	27.747	295.659
Alumínio	-	12	0	0	697	0	0	11	210	697	188	1.815
Araçoiaba da Serra	0	-	26	0	0	11	10	40	0	134	19	240
Iperó	4	6	-	0	0	9	0	0	0	422	38	479
Itu	16	0	0	-	38	10	3.632	43	61	803	148	4.751
Mairinque	238	0	23	69	-	0	23	29	496	203	27	1.108
Piedade	0	0	0	0	0	-	0	15	0	127	36	178
Salto	0	7	0	423	0	0	-	13	0	111	7	561
Salto de Pirapora	0	0	0	0	0	17	0	-	0	193	137	347
São Roque	133	0	0	39	1.331	16	0	0	-	136	13	1.668
Sorocaba	179	1.152	310	588	352	425	194	2.484	254	-	13.340	19.278
Votorantim	11	49	0	0	26	80	7	235	0	1.324	-	1.732
Total Intra-AU	581	1.226	359	1.119	2.444	568	3.866	2.870	1.021	4.150	13.953	32.157
RMSB	81	127	44	932	360	224	477	166	1.738	3.717	391	8.257
RMC	10	6	9	503	20	21	1.017	35	53	655	50	2.379
Outros SP	46	97	276	647	346	424	692	116	907	2.406	390	6.347
Outros UF/País	19	0	10	68	34	74	72	28	73	593	76	1.047
Total de deslocamentos	737	1.456	698	3.269	3.204	1.311	6.124	3.215	3.792	11.521	14.860	50.187
População Total	10.736	14.716	12.999	98.200	28.129	35.892	67.027	24.649	48.849	361.427	68.355	770.979

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Antes de qualquer coisa é imprescindível sublinhar a semelhança entre a matriz acerca dos deslocamentos pendulares com os dados apresentados na matriz sobre as trocas migratórias intra-AU por data fixa. Guardadas as devidas proporções, a verifica-se acentuada intensidade dos fluxos entre as mesmas localidades: nos sub-centros regionais e também entre a sede e alguns municípios do seu entorno. Este é um importante indicativo da relação entre redistribuição espacial da população e a estruturação do espaço na AU de Sorocaba.

Os deslocamentos apreendidos ao longo do eixo formado pelos municípios de Alumínio, Mairinque e São Roque são bastante característicos deste processo. Dos três municípios, o que apresenta o maior volume de deslocamentos é Mairinque, com 2.444 pessoas, seguido por São Roque com 1.021 e Alumínio com 581 pessoas. Sobre a dinâmica da sub-região destacam-se as saídas a partir de Mairinque, uma vez que 83% dos comutadores em um dos dois municípios e São Roque, em que a proporção de entradas de Alumínio e, sobretudo, de Mairinque é de 88% sobre o total dos movimentos do vetor intra-AU.

Metade das pessoas que trabalham ou estudam no município de Alumínio vêm da sub-região. Porém, se observado no conjunto, é a localidade que recebe maior fluxo com origem na sede da aglomeração.

Os diferentes fluxos do eixo analisado são compostos, de uma forma geral por pessoas com escolaridade intermediária e renda média por volta de cinco salários mínimos. Ademais, verifica-se que é baixo o percentual de pessoas com ganhos inferiores a um e superiores a dez salários mínimos.

Tabela III.28 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares intra-AU, Alumínio, Mairinque e São Roque, AU Sorocaba, 2000

Alumínio							
Município de Trabalho ou estudo	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Mairinque	238	3,6	4,2	2,1	16,8	72,3	10,9
São Roque	133	3,9	21,1	6,8	21,8	59,4	15,0
Mairinque							
Alumínio	697	5,7	6,6	8,2	9,5	80,3	8,8
São Roque	1331	2,9	13,5	2,2	25,5	65,5	8,1
São Roque							
Alumínio	210	5,7	8,1	3,8	19,5	72,4	8,1
Mairinque	496	8,2	2,0	16,9	15,1	66,9	17,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Um olhar mais atento sobre o detalhamento dos fluxos permite apontar que os deslocamentos pendulares feitos de São Roque para Mairinque envolve pessoas com renda média mais alta entre todos os fluxos analisados, onde os extremos estão representados pelos 2% que ganham menos de 1 SM e os cerca de 17% que dispunham, na data de referência, de mais de dez salários mínimos. É também o que apresenta maior proporção de indivíduos com mais de doze anos de estudo.

O fluxo contrário mostra situação exatamente oposta: a renda média mais baixa, maior percentual de pessoas com até quatro anos de estudo e 13,5% das pessoas acusavam ganhos mínimos. Na verdade, tanto os fluxos de Mairinque como o de Alumínio sentido São Roque mostram significativo percentual de pessoas com indicadores socioeconômicos mais baixos, se comparado com o conjunto em questão.

Os deslocamentos envolvendo os municípios de Itu e Salto também apresentam valores expressivos, o que revela a dinâmica existente nesta sub-região. É importante lembrar ao leitor que os fluxos intra-AU, aqui analisados, estão referenciados na Tabela III.27.

Em termos absolutos o fluxo Salto-Itu é mais significativo do que o fluxo Itu-Salto. São 3.652 pessoas que se deslocam por motivo de trabalho ou estudo para Itu – o que representa 93% dos deslocamentos com origem em Salto –, e apenas 423 no sentido oposto. Estes números representam, no entanto, 75% do total de entradas para ambos os municípios.

Itu recebe a maior parte dos deslocamentos de Salto, mas, numericamente, o fluxo mais expressivo é em direção à sede da aglomeração, para onde seguem mais da metade dos comutadores do município. Os dados da tabela abaixo mostram importantes diferenciais no perfil dos comutadores desta área.

Tabela III.29 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares com destino a Itu, Salto e Sorocaba e origem em Itu e Salto, AU Sorocaba, 2000

Itu							
Município de Trabalho ou estudo	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Salto	423	17,9	2,1	31,0	11,8	45,0	43,1
Sorocaba	588	8,4	18,5	25,8	7,1	51,3	41,6
Salto							
Itu	3.632	4,6	8,5	6,2	21,4	68,4	10,0
Sorocaba	194	6,6	42,7	27,6	0,0	47,9	52,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Os deslocamentos com origem em Salto e destino em Itu apresentam a menor renda média dentre os fluxos analisados, baixo percentual de pessoas com ganhos inferiores a um salário mínimo e superiores a dez, sendo que a maioria dessas pessoas têm entre cinco e onze anos de estudo.

Já os fluxos feitos a partir de Itu são compostos por alta proporção de pessoas com rendimentos acima de 10 SM e mais de doze anos de estudo. As distinções se dão pelos valores para a renda média, duas vezes maior para os indivíduos que vão para Salto e pela proporção de pessoas com rendimentos mínimos para Sorocaba.

O último grupo de municípios analisado revela uma particularidade sobre os deslocamentos pendulares intra-AU. Tendo como referência as localidades que acusaram os deslocamentos mais significativos para a sede, Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora e Votorantim, constatou-se a prevalência para os movimentos realizados dentro dos limites da aglomeração urbana de Sorocaba. Observando o total de deslocamentos feitos a partir destes municípios, são respectivamente, 84,2%, 89,3% e 93,9% restritos às trocas intra-AU, muito acima dos valores encontrados para a AU como um todo (64,1%, conforme já ressaltado).

Os valores envolvendo essas trocas são muito significativos. Os deslocamentos com origem nestes três municípios representam 88% das entradas na sede e as saídas a partir destes, sentido Sorocaba, chegam a corresponder a 95,6% do total, como no caso do município de Votorantim.

Tabela III.30 Composição por renda (em SM) e escolaridade (em anos de estudo) dos deslocamentos pendulares com destino ao município de Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora e Votorantim, 2000

Destino: Sorocaba							
Localidades	N	Renda (em SM)			Escolaridade (em anos de estudo)		
		Média	% < 1 SM	% > 10 SM	% Até 4	% 5 a 11	% 12 ou +
Araçoiaba da Serra	1.152	6,4	16,2	18,2	12,2	59,6	27,6
Salto de Pirapora	2.484	3,9	10,5	4,3	26,4	65,2	8,2
Votorantim	13.340	4,6	12,1	7,4	15,7	70,6	10,9
Origem: Sorocaba							
Araçoiaba da Serra	134	5,0	0,0	11,2	17,9	64,2	17,9
Salto de Pirapora	193	16,9	3,6	44,0	3,6	58,5	37,8
Votorantim	1324	8,4	3,4	18,3	17,0	57,6	24,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Levando em consideração apenas os movimentos com destino à Sorocaba, é possível observar um recorte por extratos de renda e escolaridade para cada um dos três fluxos: mais alta para aqueles que saem de Araçoiaba da Serra, mais baixos para os indivíduos que se deslocam a partir de Salto de Pirapora e níveis intermediários de ambas as variáveis para as pessoas oriundas de Votorantim.

Para os fluxos com origem na sede da aglomeração urbana, em primeiro lugar, é preciso sublinhar a relação entre a proporção de saídas e entradas: o volume de pessoas que sai de Sorocaba em direção ao entorno equivale a cerca de 10% do fluxo no sentido contrário. Ademais, é característico o fato de estes fluxos serem compostos com relevante proporção de pessoas com ganhos acima de dez salários mínimos e mais de doze anos de estudo, com destaque para os fluxos Sorocaba-Salto de Pirapora que apresenta renda média mais elevada e Sorocaba-Araçoiaba da Serra, onde não se verifica o deslocamento de indivíduos com menos de um salário mínimo⁷⁵.

Pelas considerações feitas sobre os deslocamentos pendulares intra-AU, é possível constatar a existência de diferentes espacialidades na aglomeração urbana de Sorocaba. Assim, pode-se afirmar que, i) os fluxos de pessoas das faixas de rendimentos mais elevadas do entorno para a sede sugerem que a conformação dos espaços da AU de Sorocaba aproxima-se das transformações urbanas recentes no que tange a ocupação residencial de baixa densidade, ii) o mesmo se observa no fluxo de pessoas de maior rendimento para o entorno imediato dos

⁷⁵ Ainda que se verifique a participação efetiva de parcela da população de renda mais elevada no fluxo em tela, é importante lembrar a questão relativa à expansão da amostra do censo para não acusar pessoas sem rendimentos.

principais municípios das sub-regiões, Itu e São Roque, e iii) verifica-se a ocorrência de deslocamentos de indivíduos com rendimentos intermediários para a sede.

Em síntese, a pendularidade configura-se como importante indicador da dinâmica de redistribuição espacial da população, uma vez que pudemos observar forte relação entre os movimentos migratórios por data fixa e esta modalidade de deslocamento da população. Ademais, a análise dos fluxos entre os municípios da aglomeração urbana de Sorocaba mostrou a importância destes deslocamentos para se pensar sobre os processos de integração e articulação regional que, como vimos, é orientado pelo município-sede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho apontamos os desdobramentos históricos do processo de produção e reprodução do espaço na aglomeração urbana de Sorocaba. A questão locacional dada pela proximidade, sobretudo, com a capital paulista associada à urbanização e industrialização crescentes desde o início do século XX, colocam essa região como um dos pólos de atração econômica e populacional do estado de São Paulo. E, conseqüentemente, como um dos eixos de desenvolvimento estadual dado pelo processo de interiorização produtiva em que salientamos a participação dos governos federal e estadual, notadamente entre as décadas de 1970-1990. Neste aspecto, é imprescindível destacar a construção e ampliação da malha viária estadual e este como um importante elemento de integração dos diferentes pólos à capital. Para a compreensão da área estudada merece destaque a construção da rodovia Castelo Branco e a ampliação da rodovia Raposo Tavares, nesse período.

O estudo partiu das transformações recentes da rede urbana paulista em que se sublinha a existência de uma extensa e articulada rede de cidades organizadas em três regiões metropolitanas e onze aglomerações urbanas que concentram mais de três quartos da população estadual. Por esta razão optou-se por não analisar outras localidades que têm, do ponto de vista da dinâmica de redistribuição da população, forte relação com a AU de Sorocaba, mas que não compõem recortes territoriais específicos, como no caso de municípios localizados próximos à aglomeração ou na região administrativa de Sorocaba.

No que se refere à dinâmica migratória, verificou-se que a tendência para os movimentos de curta distância levantada a partir dos dados do censo de 1991 se confirma com os resultados do levantamento censitário posterior. A importância dos deslocamentos de menor distância entre municípios do próprio estado revela, ademais, a prevalência da dinâmica regional. Corrobora esta afirmação o fato de mais de dois terços dos migrantes intra-estaduais recentes terem saído de municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas e também dos municípios da aglomeração urbana. No que se refere à dinâmica intra-AU é imprescindível pensar nos desmembramentos municipais ao longo do tempo para pensar na configuração de espacialidades para os movimentos populacionais, como no caso do eixo composto pelos municípios São Roque-Mairinque-Alumínio ou nos fluxos observados entre Sorocaba e Votorantim.

Tendo em vista os valores encontrados para o movimento migratório inter-regional e intra-AU por data fixa na aglomeração urbana de Sorocaba e, sobretudo, a partir da caracterização sociodemográfica dos fluxos mais expressivos, pode-se afirmar que este componente da dinâmica demográfica tem papel decisivo sobre a expansão e conformação dos contornos da região de Sorocaba.

No que se refere à estrutura e dinâmica de redistribuição espacial da população, pode-se sublinhar a relevância dos movimentos pendulares na AU de Sorocaba. Apontado como elemento de regionalização do cotidiano (SEADE, 2008), esta modalidade de deslocamento proporciona, por um lado, a leitura sobre a existência de distintos processos socioespaciais na aglomeração urbana, uma vez que o levantamento e discussão dos dados do censo 2000 mostraram a existência de diferenciais de perfis entre os migrantes e comutadores para as diferentes localidades. Os dados referentes ao deslocamento pendular para a RMSP e para a RMC a partir de Sorocaba e Itu, sobretudo, demonstram que a maior parte das pessoas que realiza este tipo de movimento dispõe de alta renda e alta escolaridade. Referenciado com os números acerca dos movimentos migratórios recentes, o exposto pode ser um indicativo de que parte dessa população está envolvido no processo “sub-urbano” de ocupação do espaço. Isto é, a busca de uma parcela de mais alta renda da sociedade por um estilo de vida mais ameno, longe dos problemas dos grandes centros, em que estão colocados os valores associados à natureza.

Por outro lado, o alto percentual de deslocamentos pendulares realizados dentro dos limites da AU de Sorocaba revela que do ponto de vista do processo de redistribuição espacial da população, a dinâmica e estrutura da aglomeração urbana é, substancialmente, endógena. Ou seja, mesmo havendo forte relação e integração com as regiões metropolitanas, em especial com São Paulo, os deslocamentos espaciais da população concentram-se na AU de Sorocaba. Nesse sentido, tal constatação sugere que a área que se convencionou chamar de macro metrópole de São Paulo com centralidade na capital paulista deve ser relativizada.

O presente estudo mostrou ainda que o município-sede desempenha importante papel na articulação da aglomeração urbana como um todo, seja a partir da dinâmica econômica e populacional ou ainda pelo caráter central no que se refere às funções urbanas. Neste aspecto deve-se sublinhar a localização de equipamentos públicos, a oferta de empregos, serviços ou a rede de consumo.

Para uma análise acerca da estrutura da AU, deve-se considerar a centralidade do município de Sorocaba e os dados relativos ao deslocamento da população, principalmente aqueles que trazem a dimensão cotidiana dos indivíduos a partir dos deslocamentos pendulares. Se associados às transformações recentes nos principais eixos de ligação entre os municípios da aglomeração urbana de Sorocaba e a ampliação e diversificação dos meios de locomoção coletiva ou individual da população, colocam a questão do processo mais amplo de estruturação do espaço urbano (VILLAÇA, 2001). É a relação entre cada um dos espaços de vida dos indivíduos – a moradia, o trabalho ou o lazer – que orientam a estruturação do espaço urbano.

Para finalizar é importante destacar que a integração destes espaços aponta para a necessidade de se entender e aprofundar a verificação acerca das conexões entre os municípios da AU de Sorocaba e colocá-las sob perspectiva de análise mais ampla, como as escalas de planejamento urbano e regional.

BIBLIOGRAFIA

ANTICO, C. Deslocamentos pendulares nos espaços sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG. **Anais...** ABEP, 2004.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. 148 p.

_____. Deslocamentos populacionais urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, n. 15, v. 2, p. 67-81, 1998.

_____. **Interiorização da Migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG. **Anais...** ABEP, 2004

_____. Homogeneização de tendências populacionais em São Paulo: o papel dos pólos regionais no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994, Caxambu, MG. **Anais...** ABEP, 1994.

_____. Cenário migratório recente: o que a PRAD revela. In: PATARRA, N. L. et al (orgs.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas-SP: UNICAMP-IE, 1997. p. 53-74.

_____.; SIQUEIRA, C. G. Pólo econômico de Sorocaba. Dinâmica Demográfica. In: DEDECCA, C.; MONTALI, L.; BAENINGER, R. (orgs.). **Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**. FINEP/NEPP/NEPO/IE-UNICAMP: Campinas-SP, 2009. p. 27-78. Disponível em <<http://www.nepo.unicamp.br/simesp/Site/Estudos/SOROC.pdf>> acessado em jan/2010.

_____.; CUNHA, J. M. P. Migração, dinâmica regional e projeções populacionais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 2, p. 102-109, 1996.

BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 5, 1973.

BELLUZZO, L. G. M.; TAVARES, M. C. Notas sobre o processo de industrialização recente. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**; ensaios sobre a crise. SP: Editora Brasiliense, vol. 1, 1982.

BERQUÓ, E. S. Fatores estatísticos e dinâmicos – mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.

BIZELLI, E. A. Considerações sobre a urbanização interiorana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 9, n. 3, p. 38-45, jul-set., 1995.

BONADIO, G. **Sorocaba**: a cidade industrial. Sorocaba, SP: do autor, 2004.

BONDUKI, N. G.; ROLNIK, R. **Periferias**: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo: USP, 1978.

CAIADO, A. S. C.. Migração e Rede Urbana: estudo da mobilidade demográfica nas principais aglomerações urbanas do estado de São Paulo na década de 1990. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG. **Anais...** ABEP, 2004.

_____. Dispersão urbana, integração produtiva e mobilidade: novas territorialidades e novos desafios na rede urbana paulista. In: REIS, N.G.; TANAKA, M. S. (Orgs.). **Brasil**: estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: FAU/USP, 2007. p. 113-137.

_____. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 9, n. 3, p. 46-53, jul./set. 1995.

_____.; SANTOS, S. M. M. Fim da dicotomia rural-urbano? – um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 17, n. 3-4, Jul-Dez 2003.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4 ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998a (Série 30 anos de economia – UNICAMP)

_____. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil, 1970/95. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, p. 101-141, jun. 1997.

_____. Subsídios para reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no Estado de São Paulo. In: CANO, W. (coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980**. São Paulo: SEADE, 1988b. (Coleção economia paulista, v.1, n.1).

_____. et al (orgs.) **Economia paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005**. Campinas-SP: Alínea, 2007.

CARVALHO, J. A. M. Migrações internas: mensuração direta e indireta. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 2, 1980, Águas de São Pedro-SP. **Anais... ABEP**, 1980.

_____.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, MG. **Anais... ABEP**, 1998.

CUNHA, J. M. P. População e mobilidade espacial: características e transformações dos fluxos migratórios nas regiões paulistas. In: PATARRA, N. L. et al (orgs.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas-SP: UNICAMP-IE, 1997. p. 75-96.

_____. Migração e Urbanização no Brasil, alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v. 19, n. 4, p. 3-20, out-dez. 2005.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Campinas**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP, Campinas, 1994.

_____.; BAENINGER, R. **Las migraciones internas en el Brasil Contemporáneo**. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. Buarque de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 37, n. 1, jan/mar, 1975.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. Los procesos migratórios: conceptos y medición. In: _____.; _____. **Las Migraciones**. Córdoba, Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, Dirección General de Publicaciones, 1995.

FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. São Paulo, **Estudos Cebrap**, n. 18, p. 92-115, 1976. Disponível em <<http://www.cebrap.org.br/biblioteca-virtual/biblioteca-virtual-exibe.php?i=83>> acesso em dez de 2009.

_____. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 29, Mar/91, p. 98-119, 1991.

FRANZONI, V.; BOAVENTURA, R. C. F.; GONÇALVES, M. C. P. F. (orgs.). **Manual de Normalização de Apresentação de Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade de Sorocaba**. 5. ed. Sorocaba, SP: EdUniso, 2009. 75p.

FREY, H. **Os agentes sociais envolvidos no processo de favelamento e desfavelamento na cidade de Sorocaba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2006.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informe demográfico nº. 1**: Evolução urbana e rural nas 11 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo. São Paulo: SEADE, 1980.

_____. **O novo retrato de São Paulo**: avaliação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991. São Paulo: SEADE, 1992.

_____. **Informe demográfico nº. 23**: Migração no interior do estado de São Paulo. São Paulo: SEADE, 1990.

_____. **Relatório de pesquisa do projeto Urbanização dispersa e mudanças no tecido urbano**. SEADE: São Paulo, abr/2008.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva**: ensaio sobre a formação urbana paulista. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), IFCH-UNICAMP, Campinas-SP, 1998.

GOTTDIENER, M. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

HAMILTON, H. Consideraciones practicas y matemáticas en la formulación y selección de tasas de migración. In: ELIZAGA, J. C.; MACISCO JR., J. J. **Migraciones internas: teoria, método y factores sociológicos**. Santiago de Chile: CELADE, 1975.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 10ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez., 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2000. Documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Manual do recenseador CD 1.09**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IPEA; IBGE; NESUR-IE-UNICAMP; SEADE. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Configurações atuais e tendência da rede urbana. Brasília: IPEA, v. 1, 2001a.

IPEA; IBGE; NESUR-IE-UNICAMP; SEADE. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Redes urbanas regionais: Sudeste**. Brasília: IPEA, v. 5, 2001b.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

LEIS, N. **A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba**. Dissertação (Mestrado em Economia), PUC-SP, São Paulo, 1995.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural**. Cadernos CEBRAP, n.5, São Paulo, CEBRAP.

_____.; PATARRA, N. L. Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. In: **Estudos sobre a população brasileira**. Caderno CEBRAP n. 20, p. 17-40. São Paulo: CEBRAP, 1974.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas-SP, v. 1, n. 1/2, p. 99-143, jan-dez, 1984.

MARICATO, E. **A produção social da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, 2000. **Anais...** Caxambu-MG: ABEP, 2000.

MATOSO, J. E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países desenvolvidos. In: OLIVEIRA, C.A. et al (org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p. 521-562.

NANIAS, A. T. **O fenômeno da favelização em Sorocaba: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), PUC-SP, São Paulo, 1994.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996 (coleção momento).

_____. A interiorização da indústria paulista (1920-1980). In: CANO, W. (coord.) **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980**. São Paulo: SEADE, 1988a. (Coleção economia paulista, v.1, n.2).

_____. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985. In: TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. (orgs.) **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 1988b.

_____.; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (coord.) **A interiorização do**

desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção economia paulista, v.1, n.1).

OJIMA, R. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras:** elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. Tese (Doutorado em Demografia), IFCH-UNICAMP, Campinas-SP, 2007.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação.** Campinas: SP, UNICAMP-IE, 1998.

_____.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al (orgs.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993.** Campinas-SP: UNICAMP-IE, 1997. p. 25-52.

_____. et al. Análise demográfica do estado de São Paulo. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. (orgs.) **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil.** Campinas-SP: UNICAMP-IE, 2000. p. 351-444. (Coleção Pesquisas 4)

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 50p. (Textos para discussão. ENCE, n. 7).

_____. Apresentação. In: _____. et al (orgs.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993.** Campinas-SP: UNICAMP-IE, 1997. p. 11-22

_____.; CUNHA, J. M. P. Migração: um tema complexo. **Revista São Paulo em Perspectiva,** São Paulo: Fundação SEADE, v. 1, n. 2, p. 32-35, 1987.

PEREIRA, R. H. M. **Processos socioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de Campinas.** Dissertação (Mestrado em Demografia), IFCH-UNICAMP: Campinas-SP, 2008.

PUPPO, F. V.; CAIADO, A. S. C. A aglomeração urbana de Sorocaba. In: CANO, W. (coord.) **Urbanização e metropolização no estado de São Paulo: desafios da política urbana.** FECAMP: Campinas, 1992. (mimeo)

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento:** Programa de Ação do Governo para a Região Sudeste 1975-79. Brasília, 1975.

RIBEIRO, E. **Caminhos e descaminhos:** a ferrovia e a rodovia no bairro Barcelona em Sorocaba-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), USP, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, F. **Por onde vão as “Brisas Suaves” do Sertão Paulista?:** população e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível: Votuporanga, um estudo de caso. Campinas-SP: NEPO-UNICAMP, 2006. 178p. (Coleção Textos NEPO n. 51).

ROMERO NETO, F. **Tropeiro:** memória e esquecimento no resgate da tradição. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais), PUC-SP, São Paulo, 2006.

SANTORO, P. F.; CYMBALISTA, R.; NAKASHIMA, R. Plano Diretor de Sorocaba: um olhar sobre os atores e a auto-aplicabilidade dos instrumentos urbanísticos. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 4, 2006. **Anais...** São Paulo, 2006.

SANTOS, E. O. **A industrialização de Sorocaba:** bases geográficas. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

SASSEN, S. **The global city:** New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SCOTT, A. et al. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 41, p. 11-25, 2001.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Cidades médias e desenvolvimento industrial:** uma proposta de descentralização metropolitana. São Paulo, 1978. (Série estudos e pesquisas, n. 17)

_____; SEADE. **Perfil Regional:** RA de Sorocaba. Abr/2009. 11p. Disponível em: <<http://www.planejamento.sp.gov.br/des/textos8/Sorocaba.pdf>> acesso em Dez/2009.

SILVA, P. C. **De novelo de linha a Manchester paulista – fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba.** 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), USP, São Paulo, 1995.

SIMMONS, A. B. Explicando la migración: la teoría en la encrucijada. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, vol. 6, n. 1, p. 5-31, enero-abril, 1991.

SINGER, P. Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional brasileira. In: **Estudos sobre a população brasileira**. Caderno CEBRAP n. 20, p. 5-16. São Paulo: CEBRAP, 1974.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SONODA, E. C. **Evolução econômica e mudanças na estrutura produtiva da Região Administrativa de Sorocaba**. Dissertação (Mestrado em Economia), IE-UNICAMP, Campinas, 2006.

SOUZA, M. R. **Região de Governo de Sorocaba**. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1992. (Coleção Textos NEPO n. 24)

STRAFORINI, R. **No caminho das tropas**. Sorocaba-SP: TCM - Comunicação, 2001.

UNITED NATIONS. **Methods of measuring internal migration – Manual VI**. New York, 1970. (Population Studies n° 47)

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/ Lincon Institute, 2001.

ZIMMERMANN, G. A Região Administrativa de Sorocaba. In: SEADE; SPG. **Cenários da Urbanização Paulista: Regiões Administrativas**. São Paulo: SPG/FSEADE, vol. 8, 1992. (Coleção São Paulo no limiar do século XXI)

APÊNDICE

Tabelas complementares: dinâmica econômica e populacional, RA de Sorocaba

Tabela II.a Distribuição relativa do Valor da Transformação Industrial da indústria de transformação, Regiões do Interior de SP, 1960-1985

Região	Período				
	1960	1970	1975	1980	1985
Sorocaba	3,3	2,2	2,4	4,1	4,3
Campinas	8,9	10,6	15,1	15,8	16,9
Ribeirão Preto	3,2	3,0	3,1	4,4	5,5
Vale do Paraíba	2,0	3,3	4,2	5,5	7,9
Litoral	4,0	2,8	2,5	3,7	4,5

Fonte: IBGE. Censo industrial 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985.
Elaborado a partir de Negri (1988a, p.126; 1996, p. 208)

Tabela II.b Taxas de crescimento populacional (% a. a.) Região Administrativa de Sorocaba e Regiões de Governo, 1960-2009

Localidade/ Período	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2009
RG Avaré	0,99	0,94	1,43	1,67	1,25
RG Botucatu	0,59	0,87	2,56	1,96	1,69
RG Itapetininga	2,1	2,81	2,85	2,66	1,91
RG Itapeva	2,3	2,66	1,56	0,9	0,65
RG Sorocaba	2,81	4,08	3,3	2,82	1,85
RA Sorocaba	2,03	2,84	2,65	2,31	1,63

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de SP de 1960, 1970 e 1980 in SEADE (1990, p. 29). Fundação SEADE (www.seade.gov.br)

Tabela II.c Grau de urbanização Região Administrativa de Sorocaba e Regiões de Governo, 1960-2009

Localidade/ Período	Grau de Urbanização					
	1960	1970	1980	1991	2000	2009
RG Avaré	35,53%	47,12%	60,24%	73,72%	83,05%	85,78%
RG Botucatu	48,81%	60,19%	74,29%	83,67%	88,02%	89,53%
RG Itapetininga	50,64%	58,25%	69,15%	78,82%	84,19%	85,51%
RG Itapeva	30,33%	35,97%	47,71%	61,14%	67,28%	69,77%
RG Sorocaba	60,66%	71,01%	83,67%	86,39%	86,85%	88,24%
RA Sorocaba	48,18%	58,09%	71,47%	79,74%	83,54%	85,41%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos do Estado de SP de 1960, 1970 e 1980 in SEADE (1990, p. 31). Fundação SEADE (www.seade.gov.br)

Tabela II.d Densidade demográfica Região Administrativa de Sorocaba e Regiões de Governo, 1960-2009

Localidade/ Período	Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)					
	1960	1970	1980	1991	2000	2009
RG Avaré	19,13	21,11	23,13	27,04	31,39	35,1
RG Botucatu	20,95	22,22	24,14	31,88	37,98	44,18
RG Itapetininga	21,51	26,48	34,76	47,37	59,98	71,12
RG Itapeva	12,28	15,47	20,06	23,79	25,8	27,35
RG Sorocaba	48,88	64,47	95,61	136,62	175,48	206,87
RA Sorocaba	22,83	27,91	36,78	49,06	60,27	69,68

Fonte: IBGE. Elaborado a partir dos Censos Demográficos do Estado de SP de 1960, 1970 e 1980 in SEADE (1990, p. 29). Fundação SEADE (www.seade.gov.br)

ANEXO 1

Municípios da RA de Sorocaba por Região de Governo, 2009

RG de Avaré	RG de Itapetininga	RG de Sorocaba
1 Águas de Santa Bárbara	1 Alambari	1 Alumínio
2 Arandu	2 Angatuba	2 Araçariguama
3 Avaré	3 Boituva	3 Araçoiaba da Serra
4 Barão de Antonina	4 Campina de Monte Alegre	4 Ibiúna
5 Cerqueira César	5 Capela do Alto	5 Iperó
6 Coronel Macedo	6 Cerquillo	6 Itu
7 Fartura	7 Cesário Lange	7 Jumirim
8 Iaras	8 Guareí	8 Mairinque
9 Itaporanga	9 Itapetininga	9 Piedade
10 Itaí	10 Quadra	10 Pilar do Sul
11 Manduri	11 Sarapuí	11 Porto Feliz
12 Paranapanema	12 São Miguel Arcanjo	12 Salto
13 Piraju	13 Tatuí	13 Salto de Pirapora
14 Sarutaiá		14 Sorocaba
15 Taguaí	1 Apiaí	15 São Roque
16 Taquarituba	2 Barra do Chapéu	16 Tapiraí
17 Tejupá	3 Bom Sucesso de Itararé	17 Tietê
	4 Buri	18 Votorantim
	5 Capão Bonito	
	6 Guapiara	
	7 Iporanga	
	8 Itaberá	
	9 Itapeva	
	10 Itapirapuã Paulista	
	11 Itararé	
	12 Itaóca	
	13 Nova Campina	
	14 Ribeira	
	15 Ribeirão Branco	
	16 Ribeirão Grande	
	17 Riversul	
	18 Taquarivaí	
RG de Botucatu		
1 Anhembi		
2 Areiópolis		
3 Bofete		
4 Botucatu		
5 Conchas		
6 Itatinga		
7 Laranjal Paulista		
8 Pardinho		
9 Pereiras		
10 Porangaba		
11 Pratânia		
12 São Manuel		
13 Torre de Pedra		

ANEXO 2

Sub-regiões e municípios da RA de Sorocaba, 1970

Sub-região de Avaré	Sub-região de Itapetininga
1 Arandu	1 Angatuba
2 Avaré	2 Guareí
3 Cerqueira César	3 Itapetininga
4 Coronel Macedo	4 São Miguel Arcanjo
5 Itaí	
6 Itatinga	Sub-região de Tatuí
7 Paranapanema	1 Boituva
8 Santa Bárbara do Rio Pardo	2 Cerquilha
9 Taquaritinga	3 Cesário Lange
	4 Laranjal paulista
Sub-região de Botucatu	5 Pereiras
1 Anhembi	6 Tatuí
2 Areiópolis	7 Tietê
3 Bofete	
4 Botucatu	Sub-região de Sorocaba
5 Conchas	1 Araçoiaba da Serra
6 Pardinho	2 Cabreúva
7 Porangaba	3 Capela do Alto
8 São Manuel	4 Ibiúna
	5 Iperó
Sub-região de Capão Bonito	6 Itu
1 Apiaí	7 Mairinque
2 Barra do Turvo	8 Piedade
3 Capão Bonito	9 Pilar do Sul
4 Guapiara	10 Porto Feliz
5 Iporanga	11 Salto
6 Ribeira	12 Salto de Pirapora
	13 São Roque
Sub-região de Itapeva	14 Sarapuí
1 Barão de Antonina	15 Sorocaba
2 Buri	16 Tapiraí
3 Itaberá	17 Votorantim
4 Itapeva	
5 Itaporanga	
6 Itararé	
7 Ribeirão Branco	
8 Ribeirão Vermelho do Sul	